



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf MARCELO **BASTOS** DE SOUZA

**Guerra Irregular no contexto da Estratégia da
Resistência**

**Rio de Janeiro
2014**



Maj Inf MARCELO **BASTOS** DE SOUZA

Guerra Irregular no contexto da Estratégia da Resistência

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Orientador: Professor Doutor Francisco Carlos Teixeira da Silva

Rio de Janeiro
2014

S 729 SOUZA, Marcelo Bastos de.
Guerra Irregular no contexto da Estratégia da
Resistência. / Marcelo Bastos de Souza. 2014.
131 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.
Bibliografia: f. 124-127.

1. Guerra Irregular. 2. Estratégia da Resistência. 3.
Securitização da Amazônia. I. Título.

CDD 729

Maj Inf MARCELO **BASTOS** DE SOUZA

GUERRA IRREGULAR NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA DA RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como, requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Aprovada em 21 de outubro de 2014.

BANCA EXAMINADORA



FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA – Prof Dr – Presidente
Universidade Cândido Mendes



DILTON CÂNDIDO SANTOS MAYNARD – Prof Dr – Membro
Universidade Federal de Sergipe



ADRIANA APARECIDA MARQUES – Profª Drª – Membro
Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



Ciente

MARCELO **BASTOS** DE SOUZA – Maj Inf – Postulante
Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares

A Adriana, Vinícius e Luan, razões da
minha existência.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Francisco Carlos Teixeira da Silva, pela orientação dedicada e segura, por ter assumido o desafio de supervisionar um trabalho já iniciado e, principalmente, pela generosidade em compartilhar um pouco de seu brilhantismo intelectual, visão crítica e amor pela História. Obrigado, Mestre!

Ao Professor Doutor César Campiani Maximiano, pela orientação inicial, estabelecendo os rumos da pesquisa. Obrigado pelo estímulo intelectual que ampliou sobremaneira a visão deste pesquisador sobre o fenômeno da guerra irregular.

Aos Professores Doutores Adriana Aparecida Marques, Ariela Diniz Cordeiro Leske, Major Oscar Medeiros Filho, Tenente-Coronel Pedro Augusto de Souza Lopes Cosentino, Major Rejane Pinto Costa, Major Selma Lúcia de Moura Gonzales e Valentina Schmitt, pelo conhecimento transmitido, apoio, cordialidade, compreensão e profissionalismo nas aulas do curso de Mestrado, contribuindo não só para a realização desta pesquisa, como para o meu crescimento intelectual.

Ao Professor Doutor Dilton Cândido Santos Maynard, pelas observações realizadas sobre a pesquisa, além do apoio intelectual, que muito enriqueceram o conteúdo do trabalho.

Ao Tenente-Coronel Gladstone Corlet dos Santos, Tenente-Coronel Roberto Wanderley Guarino Junior e Major Sérgio Ricardo Reis Matos, pelo apoio em fontes bibliográficas que muito agregou à discussão sobre a Estratégia da Resistência e aos assuntos de Defesa realizada nesta dissertação.

Aos companheiros do programa *Stricto Sensu* da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), pelo convívio fraterno e cordial durante os dois anos do curso.

Aos meus pais, responsáveis pela minha formação e pelos valores morais transmitidos, que me permitiram ser pai de família e profissional.

A minha esposa Adriana e meus filhos Vinícius e Luan, pelo amor e compreensão, alicerces fundamentais que me permitem a superação de desafios como este. Amo vocês!

“A guerra não se há de fazer de necessidade com estas ou aquelas armas, senão com as que forem necessárias para vencer.”

(Luís Mendes de Vasconcelos, *In A Arte Militar*, 1612)

RESUMO

Após o fim da Guerra Fria, no início da década de 1990, novas questões de Segurança e Defesa emergiram, como a segurança humana, a segurança ambiental, entre outras. Dentro desse contexto, a discussão sobre a importância de se defender a Amazônia e seus recursos naturais passa a sofrer um processo de securitização como um tema de interesse internacional, dando margem à crescente relativização da soberania dos países amazônicos sobre a região. Paralelamente a essa discussão, o Brasil passa a adotar a Estratégia da Resistência, como uma hipótese de emprego de força militar contra país ou coligação de países de poder militar incontestavelmente superior que recorrerem ao uso da força para garantir seus interesses na Amazônia. A presente pesquisa tem o propósito de analisar três casos históricos de guerra irregular bem sucedidos, a Guerra de Resistência Sino-Japonesa, a Guerra de Resistência Vietnamita e a Revolução Argelina, de modo a obter ensinamentos que contribuam para o debate sobre a Estratégia da Resistência brasileira, particularmente nos campos político, estratégico e cultural. A pesquisa se iniciou com um estudo sobre o processo de securitização da Amazônia, o conceito teórico sobre a guerra irregular, a descrição cronológica dos três casos históricos de que trata a pesquisa e o processo de formulação da Estratégia da Resistência brasileira. Em seguida, foi realizada a análise da doutrina de guerra irregular empregada em cada caso histórico, dentro dos campos político, estratégico e cultural. Após isso, foi realizada a análise cruzada dos marcadores – características definidoras da guerra irregular – presentes em cada caso histórico. Finalmente, foram apresentadas as principais contribuições obtidas pela dissertação para a doutrina da Estratégia da Resistência brasileira.

Palavras-chave: guerra irregular; Estratégia da Resistência; securitização da Amazônia.

ABSTRACT

After the end of the Cold War in the early 1990s, new security and defense issues emerged, such as human security, environmental security, among others. Within this context, the discussion about the importance of defending the Amazon and its natural resources tends to undergo a process of securitization as a subject of international interest, giving rise to a growing relativization of sovereignty of countries over the Amazon region. Parallel to this discussion, Brazil adopted the Strategy of Resistance, as a hypothesis of military force against a country or coalition of countries military power unquestionably higher, resorting to the use of force to secure its interests in Amazonia. This research aims to examine three historical cases of successful irregular warfare, the Sino-Japanese War, the Vietnamese Resistance and the Algerian Revolution, in order to obtain teaching that contribute to the debate on the Brazilian Strategy of Resistance, particularly in the political, strategic and cultural fields. The research began with a study about the process of securitization of Amazon, the theoretical concept of irregular warfare, a chronological description of the three mentioned historical cases and the process of formulating the Brazilian Strategy of Resistance. Then, an analysis of the doctrine of irregular warfare used in each historical case is held within the political, cultural and strategic field. After that, an analysis of markers - defining characteristics of irregular warfare - is done in each historical case. Finally, we present the main contributions obtained by the dissertation to the doctrine of Brazilian Strategy of Resistance.

Keywords: Irregular Warfare; Strategy of Resistance; securitization of Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – A Trindade Clausewitziana expandida	40
Figura 02 – A ocupação japonesa da China.....	47
Figura 03 – O cerco vietnamita a Dien Bien Phu.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Entrevistados.....	29
--------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALN	Ação Libertadora Nacional
CDS	Conselho de Defesa Sul-americano
CFLN	Comitê Francês para a Libertação Nacional
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ELN	Exército de Libertação Nacional
ELP	Exército de Libertação Popular
ENA	Estrela Norte-Africana
EUA	Estados Unidos da América
FLN	Frente de Libertação Nacional
FNL	Frente Nacional de Libertação
Km	Quilômetro(s)
Mercosul	Mercado Comum do Sul
OES	Organização do Exército Secreto
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Organização Político-Administrativa
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PC	Partido Comunista
PCA	Partido Comunista Argelino
PCI	Partido Comunista da Indochina
PPA	Partido do Povo Argelino
RDV	República Democrática do Vietnã
RToP	<i>Responsability to Protect</i> (responsabilidade por proteger)
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
UNASUL	União de Nações Sul-americanas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNOSOM II	Operação das Nações Unidas na Somália
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USS	<i>United States Ship</i>
Vietminh	Liga Revolucionária para a Independência do Vietnã
ZAA	Zona Autônoma de Argel

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 REFERENCIAIS TEÓRICO E METODOLÓGICO	17
1.1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
1.1.1 Obras conceituais	17
1.1.2 Cultura estratégica	19
1.1.2.1 Conceituação e características.....	19
1.1.2.2 Princípios da cultura estratégica.....	21
1.1.2.3 Gerações da cultura estratégica: um contraponto.....	22
1.1.2.3.1 Primeira geração da cultura estratégica.....	23
1.1.2.3.2 Segunda geração da cultura estratégica.....	23
1.1.2.3.3 Terceira geração da cultura estratégica.....	24
1.1.2.4 Síntese.....	24
1.2 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	25
2 ASPECTOS CONCEITUAIS	30
2.1 O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DA AMAZÔNIA.....	30
2.1.1 Histórico das tentativas de ingerência internacional sobre a Amazônia	31
2.1.2 O conceito de securitização	32
2.2 CONCEITO DE GUERRA IRREGULAR.....	35
2.3 CASOS HISTÓRICOS DE GUERRA IRREGULAR.....	43
2.3.1 Guerra de Resistência Sino - Japonesa	44
2.3.1.1 Antecedentes.....	44
2.3.1.2 A resistência contra o Japão.....	46
2.3.2 Guerra da Indochina/Vietnã	48
2.3.2.1 Antecedentes.....	48
2.3.2.2 Guerra de resistência contra a França (Guerra da Indochina).....	50
2.3.2.3 Guerra de resistência contra os EUA (Guerra do Vietnã).....	52
2.3.3 Revolução Argelina	55
2.3.3.1 Antecedentes.....	55
2.3.3.2 Guerra de resistência contra a França (Revolução Argelina).....	58
2.3.4 Conclusão parcial	61

2.4 A ESTRATÉGIA DA RESISTÊNCIA BRASILEIRA.....	62
3 A DOCTRINA DA GUERRA IRREGULAR NOS CASOS HISTÓRICOS.....	66
3.1 DOCTRINA MAOÍSTA NA GUERRA SINO-JAPONESA.....	66
3.1.1 Campo político.....	66
3.1.2 Campo estratégico.....	71
3.1.3 Campo cultural.....	76
3.2 DOCTRINA DE GIAP NAS GUERRAS DA INDOCHINA E DO VIETNÃ.....	79
3.2.1 Campo político.....	79
3.2.2 Campo estratégico.....	85
3.2.3 Campo cultural.....	90
3.3 DOCTRINA DE GUERRA IRREGULAR NA REVOLUÇÃO ARGELINA.....	92
3.3.1 Campo político.....	92
3.3.2 Campo estratégico.....	98
3.3.3 Campo cultural.....	100
4 ANÁLISE CRUZADA DA GUERRA IRREGULAR.....	103
4.1 MARCADORES.....	103
4.2 MARCADOR 1: PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	104
4.3 MARCADOR 2: CONDUÇÃO POLÍTICA DA GUERRA IRREGULAR.....	105
4.4 MARCADOR 3: APOIO EXTERNO.....	107
4.5 MARCADOR 4: PROPAGANDA.....	109
4.6 MARCADOR 5: NEGAÇÃO DO CONFRONTO DIRETO.....	111
4.7 MARCADOR 6: CENTRO DE GRAVIDADE.....	112
4.8 MARCADOR 7: MOTIVAÇÃO.....	114
5 CONTRIBUIÇÕES DOCTRINÁRIAS.....	117
CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS.....	124
APÊNDICE A - Entrevista com M1.....	128
APÊNDICE B - Entrevista com M2.....	130

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar, através do estudo das doutrinas e dos respectivos casos históricos, as possibilidades, riscos e desafios do emprego da guerra irregular na atualidade, em especial nos campos político, estratégico e cultural, contribuindo, desta forma, para a reflexão sobre a Estratégia da Resistência como é pensada no Brasil.

No intuito de realizar a referida pesquisa, o trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro deles é o referencial teórico e metodológico, com a apresentação dos autores que nortearam a concepção da pesquisa, bem como a fundamentação metodológica da mesma.

O segundo capítulo, intitulado “Aspectos conceituais”, é composto por quatro subcapítulos: “2.1 O processo de securitização da Amazônia”, onde é realizada a contextualização das tentativas de ingerência internacional sobre a região amazônica e a apresentação de conceitos afetos aos Estudos de Segurança Internacional, particularmente o de securitização, que é entendida como o uso da retórica da ameaça existencial com o objetivo de levar um assunto para fora das condições da política normal (Buzan; Weaver; Wilde, 1998). O subcapítulo “2.2 Conceito de Guerra Irregular” apresenta as concepções de teóricos, como Clausewitz, Galula e Trinquier, além das diversas nomenclaturas que a guerra irregular recebeu ao longo da História. No subcapítulo “2.3 Casos históricos de Guerra Irregular” são apresentados os conflitos históricos analisados na presente dissertação: Guerra de Resistência Sino-Japonesa, com ênfase na estratégia de guerra irregular concebida por Mao Tsé-tung e empregada pelo Exército Vermelho; Guerra da Indochina/Vietnã e Revolução Argelina. O último subcapítulo, “2.4 A Estratégia da Resistência”, apresenta a descrição da doutrina de resistência atualmente empregada pelo Exército Brasileiro, com a contextualização histórica da sua criação.

O terceiro capítulo, intitulado “A doutrina da guerra irregular nos casos históricos”, analisa os fundamentos da doutrina de guerra irregular elaborada por Mao Tsé-tung, Vo Nguyen Giap e na Revolução Argelina, particularmente nos campos político, estratégico e cultural, e empregada na resistência vitoriosa contra invasores estrangeiros.

O capítulo 4, que se intitula “Análise cruzada da guerra irregular”, destina-se a consolidar os conhecimentos teóricos obtidos por meio dos três casos históricos citados, analisando as características definidoras do conceito de guerra irregular.

No quinto e último capítulo, são apresentadas as contribuições dos casos históricos analisados à doutrina da Estratégia de Resistência brasileira, de modo a contribuir para o seu aperfeiçoamento.

1 REFERENCIAIS TEÓRICO E METODOLÓGICO

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1.1 Obras conceituais

A presente dissertação tem como foco a análise de três casos históricos de guerra irregular (Guerra de Resistência Sino-Japonesa, Guerra da Indochina/ Vietnã e Revolução Argelina), particularmente nos campos político, estratégico e cultural, de modo a discutir sobre a adequabilidade das concepções doutrinárias analisadas (ou parte delas) à doutrina da Estratégia da Resistência brasileira. Para tanto, a pesquisa fundamenta sua análise teórica nos pressupostos de Alessandro Visacro, Mao Tsé-tung e Marc Bloch.

A obra “Guerra Irregular”, de Alessandro Visacro, serve de referencial teórico no aspecto conceitual acerca da guerra irregular, pois é relevante à pesquisa no sentido de fornecer um parâmetro para o entendimento dos contextos políticos e militares em que os casos históricos analisados ocorreram. O autor ressalta, ainda, os aspectos mais importantes que tornam vantajosa a guerra irregular para o contendor de menor poder militar, tais como o apoio da população, a menor relevância dos aspectos militares, a utilização da guerra prolongada, entre outros.

O fato de ser uma das poucas obras nacionais sobre guerra irregular, apresentando uma perspectiva militar com relação aos casos históricos, além da contextualização do tema com situações contemporâneas, denota sua importância para o assunto em questão.

O líder chinês Mao Tsé-tung, por meio de suas “Obras escolhidas”, foi um dos primeiros teóricos da guerra irregular a sistematizar os fundamentos doutrinários dessa modalidade de combate, servindo como modelo para diversos movimentos insurrecionais em todo o mundo. Mao percebeu, de maneira inédita, o papel da população camponesa como força de combate ao longo da história da China e soube empregá-la com maestria na guerra irregular empreendida tanto contra o regime de Chiang Kai-chek, quanto na resistência à invasão japonesa.

A obra de Mao Tsé-tung é referência teórica para essa dissertação, pois ajuda a compreender o papel da população do país invadido na guerra irregular de resistência a uma potência estrangeira, não só na China, mas nos demais casos

analisados. Dentro desse contexto, será destacada a forma como cada país desenvolveu a motivação popular para o combate, aspecto de capital importância para o resultado alcançado ao final dos conflitos.

Com relação à discussão acerca da decisão de uma nação de adotar a resistência, merece destaque a obra "*L'Étrange défaite*", do historiador francês Marc Bloch. Nessa obra, ambientada logo após a derrota da França frente à ofensiva do exército nazista, no início da Segunda Guerra Mundial, o autor realiza uma reflexão sobre os motivos de tão acachapante derrota, fazendo uma severa crítica da decisão (ou, seria mais adequado afirmar, da inação) de não resistir por parte das lideranças políticas e militares francesas.

Nesse momento de colapso militar e moral, o autor enfatiza o sentimento de impotência do francês comum:

O soldado, consciente de seus próprios sacrifícios, recusa-se a assumir a responsabilidade por sua inutilidade. Seus líderes, temendo o seu julgamento, os incentiva a encontrar os culpados em outras partes que não no Exército. (BLOCH, 1940, p. 166-167, tradução nossa).

Segundo o autor, várias foram as razões para a aceitação da derrota sem empreender a resistência. Uma delas foi o temor evocado pelas lembranças da Grande Guerra ainda vívidas na memória dos franceses, com a destruição física e psíquica que marcou toda uma geração de jovens em idade de conscrição militar; temor acentuado pelas cenas dos bombardeios contra alvos civis na recém-encerrada Guerra Civil Espanhola, com elevado número de baixas.

Contudo, apesar do entendimento do nefasto efeito dos "traumas" da guerra, Bloch declara-se desconsolado com a ausência de reação à invasão alemã, e busca identificar os reais culpados pela situação: primeiro, o cidadão comum que se confere o direito de retirar-se do perigo comum; nesse caso, a fraqueza coletiva resultou da soma das muitas fraquezas individuais. Segundo, os comandantes militares, que não prepararam suas forças armadas corretamente: a produção de guerra revelou-se insuficiente; a ausência de definição de objetivos militares claros prejudicou as ações ofensivas; o excesso de otimismo, aliado à subestimação do inimigo levou à surpresa ante as fulminantes ações alemãs. Terceiro, as elites políticas, que conduziram o país segundo uma ideologia internacionalista e pacifista, que se revelou ingênua ante o triunfo do belicismo nazista, que já se mostrava previsível há pelo menos uma década.

Por fim, o autor evoca o passado de luta popular da França revolucionária para realizar o chamamento de seus conterrâneos à resistência, particularmente a juventude, reeditando a figura do soldado-cidadão do período napoleônico, que, apesar da letargia das classes dominantes, recorre às armas a fim de livrar a pátria do jugo do invasor.

Além das citadas obras que referenciam os aspectos conceituais sobre guerra irregular, a pesquisa se alicerça sobre o conceito de cultura estratégica, como referência de análise dos distintos casos históricos.

1.1.2 Cultura estratégica

1.1.2.1 Conceituação e características

O britânico Colin S. Gray, em sua obra "*Modern Strategy*", analisa o conceito de cultura estratégica¹, como uma forma de se antever o comportamento, em termos estratégicos, de um Estado ou comunidade de países, mediante um determinado contexto. Por exemplo: países cuja população têm baixa tolerância à perda de vidas humanas tendem a resolver os conflitos em que estão inseridos em curto espaço de tempo, seja por uma eficiente ação diplomática, seja pelo maciço investimento em aumento da capacidade militar.

Segundo o citado autor, nem as pessoas e, por conseguinte, nem as instituições podem agir além da cultura (GRAY, 1999). Os fatores culturais influenciam tanto as ideias quanto os comportamentos, o que, por analogia, pode ser estendido às questões estratégicas. Tome-se, por exemplo, o caso norte-americano: o natural isolacionismo geográfico do território dos Estados Unidos da América (EUA), apartado dos demais continentes por dois oceanos, produziu gradativamente uma cultura estratégica que se traduziu em seu envolvimento tardio nos dois principais conflitos do século XX.

A influência da cultura estratégica é decisiva, pois está associada à essência das raízes que formaram e orientaram as nações ao longo do tempo. Consequentemente, o conjunto de características socialmente construídas o qual se

¹ Cultura estratégica consiste nas premissas socialmente construídas e transmitidas, hábitos mentais, tradições e métodos preferenciais de operação - ou seja, comportamento - que são mais ou menos específicos para uma determinada comunidade de segurança geográfica. (GRAY, 1999, p. 28, tradução nossa).

chama cultura é fator principal que explica e determina o comportamento de determinada nação, que se reflete também no campo estratégico.

Porém, o autor alerta que a cultura estratégica não pode ser analisada isoladamente, mas em contexto:

O contexto cultural estratégico para o comportamento estratégico inclui os atores estratégicos e suas instituições que produzem cultura e interpretam aquilo que percebem. (GRAY, 1999, p. 130, tradução nossa).

Ressalta-se, ainda, que a cultura estratégica pode mudar com o passar do tempo, conforme novas experiências sejam assimiladas, decodificadas e transmitidas culturalmente, bem como fatos significativos que alterem radicalmente o *status quo*. Um exemplo elucidativo é o Japão, que até a Segunda Guerra Mundial apresentava forte tradição expansionista, particularmente em seu entorno estratégico; após a derrota para os EUA, com os traumáticos efeitos produzidos por duas bombas atômicas, passou a apresentar um comportamento estratégico essencialmente pacifista.

Vários são os fatores que influenciam a cultura estratégica, tais como a geografia física e política, a ideologia política e religiosa e até as tecnologias militares, porém os principais atores que interferem sobre a cultura estratégica são os seres humanos, os agentes culturais por excelência, que podem modificar o ambiente estratégico de acordo com suas preferências e as circunstâncias que se apresentem.

Verifica-se, também, que eventuais comportamentos desviantes não implicam necessariamente numa transformação da cultura estratégica. Gray (1999) cita o exemplo da Inglaterra nas duas grandes guerras mundiais: o fato de ter combatido nesses dois conflitos sob uma estratégia predominantemente continental apresentou-se circunstancial, ou seja, não fez o país abandonar sua cultura estratégica essencialmente marítima. Tal fato denotou uma adaptação do comportamento estratégico a uma necessidade de se combater fora de suas características, sob a pressão da ameaça terrestre alemã.

O autor alerta para os perigos do etnocentrismo – a tendência de observar a cultura alheia sob a lente de suas próprias concepções culturais – o que leva a sérios erros de avaliação, como no caso dos soldados americanos na Segunda Guerra Mundial, que chegaram ao *front* com a ideia pré-concebida da folclórica rigidez teutônica do soldado alemão e se depararam com um inimigo versátil e de

grande flexibilidade tática (GRAY, 1999).

1.1.2.2 Princípios da cultura estratégica

Segundo Gray (1999), a cultura estratégica apresenta alguns princípios que auxiliam o seu entendimento. O primeiro afirma que o comportamento estratégico não pode existir além da cultura, ou seja, por mais desviante ou excepcional que determinado comportamento seja, sempre estará alicerçado sobre um padrão cultural de pensamento típico daquele determinado país ou comunidade de segurança.

Outro princípio é o de que a adversidade não pode cancelar a cultura: em condições de pressão, onde o tempo para a tomada de decisões é escasso, os fatores culturais imperam sobre todos os demais. O autor cita o exemplo da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que, pressionada pela demanda de equiparação estratégica com seu antagonista na Guerra Fria, e mesmo sendo um país essencialmente continental, desenvolveu uma eficiente estratégia marítima, porém com características marcadamente identificadas com a cultura estratégica ancestral russa.

A cultura estratégica funciona como um guia para a ação estratégica, pois os combatentes, em todos os níveis, carregam consigo para o campo de batalha uma herança cultural que é fundamental na sua compreensão da realidade e que prevalece nas grandes decisões. Para o autor, não existe ação ou comportamento desconectado da formação cultural, seja no nível individual ou dos Estados.

O quarto princípio estabelece que as mesmas vantagens e desvantagens (geográficas, humanas, políticas, etc.) que definem uma cultura estratégica dominante estão diretamente relacionadas com o melhor ou pior desempenho nas atividades estratégicas. O autor cita como exemplo a Alemanha e a Rússia, que, por terem acesso restrito ao mar aberto, desenvolveram uma cultura estratégica mais eficiente em operações terrestres que navais. Ressalta-se, porém, que alguns fatores como o desenvolvimento tecnológico, e até as experiências de combate podem, a longo prazo, alterar alguns aspectos da cultura estratégica, como ocorreu, por exemplo no caso dos EUA que, devido ao fracasso na Guerra do Vietnã, foram obrigados a aperfeiçoar suas técnicas e táticas de operações especiais e contra forças irregulares, tidas como ineficientes até então.

A cultura estratégica pode, ainda, apresentar comportamentos e ideias que Gray (1999) chamou de *dysfunctional*, o qual podemos traduzir livremente como “irracionais”, ou seja, que podem levar a um fracasso estratégico ou a um comportamento estratégico autodestrutivo. O autor alerta, contudo, que nem sempre os traços culturais “irracionais” serão dominantes e que outros fatores podem, dependendo do contexto, preponderar e levar a uma situação estratégica vantajosa. Cabe ressaltar que mesmo os fracassos estratégicos podem ser aproveitados como fatores motivacionais e inspiradores para uma nação, como, por exemplo, os episódios do Forte Álamo para os EUA ou a Retirada da Laguna para o Brasil.

O último princípio estabelece que a cultura estratégica pode ser categorizada de várias maneiras, particularmente por meio da nacionalidade (experiências culturais comuns); geografia; serviços, armas e funções (diferenças culturais entre marinheiros, soldados de terra e aviadores, por exemplo); simplicidade/complexidade; gerações (experiências vividas em cada contexto histórico); e grande estratégia (preferência pela diplomacia, sanções econômicas, poder militar, etc.).

Para Colin Gray, todas as dimensões da estratégia são culturais: uma nação vai às armas da maneira como sua essência cultural determina. Todos somos um produto das influências culturais construídas ao longo da História. Cabe ressaltar, todavia, que essa não foi a única maneira de compreender a cultura estratégica.

1.1.2.3 Gerações da cultura estratégica: um contraponto

O pesquisador da Universidade de Harvard Alastair Iain Johnston, em seu artigo *Thinking about Strategic Culture*, oferece um contraponto aos conceitos de Gray acerca da cultura estratégica:

É preciso cautela ao utilizar a cultura estratégica como uma ferramenta de análise. [...] A cultura estratégica pode ter um efeito observável no comportamento dos Estados, mas ao contrário de muito que existe na literatura sobre cultura estratégica, ela não pode ser o único fator para qualquer Estado. (JOHNSTON, 1995, p. 33, tradução nossa).

Além disso, o autor enfatiza que, devido à complexidade do conceito de cultura, e ao fato da mesma ser um somatório de diferentes fatores (valores, tradições, História, costumes, etc.), a cultura estratégica, por conseguinte, deveria ser analisada de maneira mais particularizada conforme cada realidade.

1.1.2.3.1 Primeira geração da cultura estratégica

Johnston divide os estudiosos da cultura estratégica em três gerações. A primeira, que iniciou a divulgação de seus trabalhos no início da década de 1980, influenciada pela corrida armamentista na Guerra Fria, foi a mais influente e os autores mais destacados foram Colin Gray e David Jones. Essa geração defendia que o comportamento estratégico derivaria de diversos fatores, tais como experiências históricas, crenças nacionais dominantes, valores, aspectos geográficos, enfim, tudo o que pode ser chamado de cultura.

Uma das críticas de Johnston às concepções sobre cultura estratégica da primeira geração é conceitual: por abranger uma grande diversidade de aspectos sob a denominação de cultura estratégica, os estudiosos daquela geração, particularmente Gray, deixaram pouco espaço às explicações “não-culturais” para o comportamento estratégico, o que, de certa forma, fragiliza o conceito.

O autor verifica nas concepções da primeira geração um caráter determinista, ao restringir as causas do comportamento estratégico apenas a fatores culturais, sem deixar espaço a explicações teóricas de “desvios comportamentais” dos Estados, ou seja, opções estratégicas alheias à suas predisposições culturais.

Outra crítica de Johnston à primeira geração refere-se à proposição de seus estudiosos de que uma nação teria apenas uma cultura estratégica dominante. Segundo o autor, ocorre justamente o contrário: seria mais plausível supor que a diversidade de uma sociedade sob os mais variados aspectos produziria culturas estratégicas diferentes e até mesmo conflitantes.

Finalmente, o autor destaca o fato de que a cultura estratégica é cambiante ao longo do tempo; por esse motivo, a análise do comportamento de determinado ator por meio da cultura estratégica deve ser realizada de maneira bastante criteriosa, pois dependendo do recorte temporal a ser avaliado, a cultura estratégica do Estado em questão pode não servir como parâmetro fidedigno para o estudo de seu comportamento estratégico.

1.1.2.3.2 Segunda geração da cultura estratégica

Surgida em meados da década de 1980, a segunda geração de cultura estratégica teve como principal teórico Bradley S. Klein, que desenvolveu seus

estudos a partir da política nuclear norte-americana. Para essa geração, a cultura estratégica serviria como instrumento de justificativa teórica (linguística e cultural) para os interesses das potências dominantes, particularmente os EUA, legitimando, destarte, seu comportamento estratégico ante a comunidade internacional.

Conforme a segunda geração, a cultura estratégica é um produto da experiência histórica de um Estado/comunidade de segurança. Porém, o comportamento estratégico é primordialmente o resultado dos interesses de grupos hegemônicos, que utilizam a cultura estratégica à guisa de discurso simbólico.

Johnston critica a segunda geração pela ausência de clareza na relação entre discurso simbólico (cultura estratégica) e comportamento, já que os autores não especificam se o primeiro influencia o segundo.

1.1.2.3.3 Terceira geração da cultura estratégica

Essa geração, que emergiu na década de 1990, diferenciou-se pelo rigor e ecletismo no estabelecimento das variáveis condicionadoras do comportamento estratégico. Ao contrário da primeira geração, afirmava que a cultura estratégica está mais ligada às práticas e experiências recentes do que às raízes históricas.

Autores como Elizabeth Kier e Jeffrey Legro criticam o determinismo e a pouca profundidade metodológica da primeira geração. Para eles, a abrangência da cultura estratégica é muito maior que apenas os valores históricos, tradições e geografia: é necessário analisar os modelos organizacionais burocráticos, aumentando o número de variáveis que definem o comportamento estratégico.

Segundo os teóricos da terceira geração, a cultura tem dois papéis fundamentais: o primeiro, de limitar aos tomadores de decisão a quantidade de opções de comportamento possíveis; o segundo, de atuar como uma lente que molda a forma de enxergar os problemas estratégicos.

1.1.2.4 Síntese

Analisando as três gerações da cultura estratégica, pode-se inferir que a primeira, apesar de dominar a literatura sobre o assunto, apresenta lacunas conceituais que foram exploradas pela segunda e terceira, as quais ampliam o debate, enriquecendo metodologicamente e, por conseguinte, dando substância ao

conceito de cultura estratégica.

Desta forma, Johnston (1995) propõe uma nova abordagem sobre cultura estratégica, definindo-a como:

[...] pressupostos comuns e regras de decisão que impõem um grau de ordem nas concepções individuais e coletivas em sua relação com o seu ambiente social, organizacional ou político. (JOHNSTON, 1995, p. 45, tradução nossa).

O autor assevera, ainda, que culturas variadas podem existir, mas uma cultura dominante sobrepujará as demais por meio de sua instrumentalização e adoção como discurso pela classe política que deseja preservar o *status quo*. A cultura estratégica oferecerá, então, um “repertório” de opções para os decisores, fazendo com que seu comportamento possa ser mais previsível.

Enfim, pode-se constatar que a obra de Colin Gray, apesar das críticas realizadas pelas outras gerações da cultura estratégica, possui grande aplicabilidade para a análise das conjunturas estratégicas, bastando somente ampliar o campo de análise das distintas culturas e contextualizar os aspectos culturais no âmbito dos interesses no cenário político vigente. Essa obra possui importância fundamental para a presente dissertação, particularmente na análise histórica cruzada dos casos históricos abordados. O conceito de cultura estratégica é essencial para o entendimento dos comportamentos dos povos que utilizaram a guerra irregular como forma de resistência (no caso, chineses, vietnamitas e argelinos), bem como para se estabelecer parâmetros de análise e aplicação de doutrina compatíveis, em se tratando de culturas tão distintas como as dos povos citados e a brasileira.

1.2 REFERENCIAL METODOLÓGICO

A presente dissertação enfoca o seguinte problema: frente à motivação dos casos históricos de guerra irregular, quais as suas contribuições para a reflexão sobre a Estratégia da Resistência brasileira nos campos político, estratégico e cultural?

A pesquisa tem como objetivo geral analisar, mediante o conhecimento de casos históricos, o emprego da guerra irregular, nos campos político, estratégico e cultural, contribuindo para a reflexão sobre a Estratégia da Resistência brasileira. Seus objetivos específicos são:

- a) Compreender o conceito de guerra irregular.

b) Compreender o processo de securitização da Amazônia, baseado no histórico das tentativas de ingerência internacional sobre a região.

c) Analisar os casos históricos de emprego da guerra irregular na Guerra Sino-Japonesa, na Guerra da Indochina/Vietnã e na Revolução Argelina.

Com o intuito de atingir os objetivos anteriormente elencados, a pesquisa, no que se refere à forma de abordagem, é qualitativa, posto que dá ênfase à análise bibliográfica e documental, com a participação direta do pesquisador, buscando extrair dos casos históricos analisados as características mais relevantes e que sejam aplicáveis à doutrina brasileira da Estratégia da Resistência.

A metodologia utilizada é a história cruzada, que, segundo Werner e Zimmermann (2003):

[...] pertence à família dos procedimentos 'relacionais' que [...] pergunta pelos elos, materializados na esfera social ou simplesmente projetados, entre diferentes formações historicamente constituídas. [...] Ela permite apreender fenômenos inéditos a partir de quadros renovados de análise. Assim fazendo, ela fornece a ocasião de sondar, por um viés particular, questões gerais como escalas, categorias de análise, relação entre sincronia e diacronia, regimes de historicidade e da reflexividade. (p. 90).

Tal processo metodológico permite ao pesquisador se posicionar de maneira privilegiada perante o objeto de estudo, cruzando, dentro das categorias de análise estabelecidas, as perspectivas dos casos históricos analisados. No caso da presente dissertação, a história cruzada contribui no sentido de eliminar distorções que tendem a surgir, posto que os três conflitos ocorreram em momentos históricos distintos e foram protagonizados por povos de culturas também diferentes.

A história cruzada tem a vantagem adicional de adotar uma abordagem multidimensional, reconhecendo a diversidade dos casos analisados, por meio de interações cruzadas entre eles. Esse procedimento, diferentemente da abordagem estanque da história comparada, permite um inter-relacionamento maior entre os elementos constituintes do objeto da pesquisa, de maneira dinâmica, proporcionando um afluxo maior de dados úteis que possam contribuir para a doutrina da Estratégia da Resistência.

Outra importante contribuição da história cruzada é dada por seu caráter abrangente, ou seja, o conhecimento é produzido não só pelos cruzamentos em si, mas também pelos processos deles resultantes:

Cruzar é também entrecruzar, entrelaçar, ou seja, cruzar diversas vezes, segundo temporalidades eventualmente distanciadas. Este caráter pelo menos parcialmente processual [...] nos remete à análise das resistências,

das inércias, das modificações – de trajetórias, de formas, de conteúdos -, ou de novas combinações que podem ora resultar do cruzamento, ora nele se desdobrar. Tais transformações, aliás, não se limitam necessariamente aos elementos postos em contato, elas podem tocar ainda seu entorno próximo ou distante e manifestar-se segundo temporalidades distintas. (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 96).

Os cruzamentos permitem, ainda, impactar os objetos de estudo, que não permanecem intactos, devido à natureza interativa das situações de relação, quer sejam recíprocas ou assimétricas. Pode-se dizer, portanto, que “a história cruzada interessa-se tanto por aquilo que o cruzamento pode produzir de novo e de inédito quanto pela maneira como ele afeta cada uma das partes ‘cruzadas’, supondo que elas permaneçam identificáveis, mesmo que alteradas”. (WERNER; ZIMMERMANN, 2003).

Por ter caráter essencialmente dinâmico, a história cruzada ambiciona apreender a natureza evolutiva das situações. Não se trata de um método analítico, que busca fixar os objetos de estudo, mas, pelo contrário, os articula e movimenta, originando um maior repertório de ideias, e permitindo absorver a complexidade de cada diferente situação apresentada.

O referido método permite obter vários tipos de cruzamentos, que podem ser divididos, segundo Werner e Zimmermann (2003), em quatro grandes famílias: o cruzamento intrinsecamente ligado ao objeto de pesquisa; o cruzamento dos pontos de vista e dos olhares voltados para o objeto; o cruzamento das relações entre o observador e o objeto, que desenvolve a reflexividade; e o cruzamento das escalas espaciais e temporais. Para a presente pesquisa, foi adotado o cruzamento intrínseco ao objeto de pesquisa, ou seja, a guerra irregular.

A história cruzada caracteriza-se pela valorização do contexto no qual o objeto de estudo está inserido:

A atenção dada às situações é também uma forma de questionar o caráter de exterioridade, frequentemente engessado, do contexto, para fazê-lo parte integrante da análise. [...] a definição do contexto não é privilégio exclusivo do pesquisador. Ela remete também a referenciais próprios aos objetos e às atividades estudadas e desta forma se torna dimensão importante da história cruzada. (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 104-105).

A combinação das situações representadas pelos casos históricos analisados, bem como suas lógicas de ação, resulta na generalização sobre o objeto de pesquisa. Essa é, portanto, a maior contribuição da história cruzada: a forma

como os elementos que caracterizam o objeto são cruzados permite ao pesquisador apreender o essencial para o resultado da pesquisa.

A metodologia da história cruzada ganha importância no estudo de casos históricos distintos, pois permite um maior questionamento acerca da historicidade do objeto. Para Werner e Zimmermann (2003):

[...] historicizar significa articular o dado fundamental da reflexividade e as temporalidades múltiplas que entram na construção do objeto desde que o consideramos como uma produção situada no tempo e no espaço. A história cruzada participa deste empreendimento abrindo pistas para repensar, no tempo histórico, as relações entre observação, objetos de estudo e instrumentos analíticos postos em movimento. (p. 110).

Dessa forma, cresce de importância o papel do pesquisador/observador e sua interação com o objeto de pesquisa (reflexividade), bem como da contextualização desse objeto em cada caso histórico analisado. A historicização estabelece uma ligação interativa entre os fenômenos ocorridos no passado e a metodologia de abordagem dos mesmos. O dinamismo metodológico proporcionado pela história cruzada permite, portanto, compreender melhor o objeto da pesquisa, livrando-o de vícios de interpretação tais como o anacronismo e o excesso de subjetividade do pesquisador.

A história cruzada tem a vantagem, em relação a outros procedimentos metodológicos, de orientar a análise levando-se em conta as variações dos componentes do objeto de pesquisa, bem como sua especificidade nos diversos contextos históricos analisados, adaptando seus instrumentos analíticos a cada situação.

Se por um lado, o fato dos casos históricos apresentarem visões teóricas distintas sobre o emprego da guerra irregular ocasionar um certo distanciamento, a história cruzada se encarrega de promover a reagregação dos elementos discordantes mediante as diversas categorias de análise, produzindo efeitos de conhecimento próprios.

Portanto, a história cruzada é a metodologia mais adequada à presente pesquisa, tendo em vista a diversidade dos casos históricos no tempo e no espaço, bem como suas características particulares de emprego da guerra irregular como instrumento de resistência. O método adotado permite o posicionamento dinâmico do observador em relação ao objeto de pesquisa, ou seja, a guerra irregular, bem como reagregar contextos distintos como a Guerra Sino-Japonesa, a Guerra da

Indochina/Vietnã e a Revolução Argelina, no intuito de gerar conhecimentos válidos à doutrina da Estratégia da Resistência brasileira.

Com o propósito de colher impressões acerca do emprego das Forças Armadas em um contexto de guerra de resistência, foi realizada uma pesquisa de campo por meio de entrevistas estruturadas com especialistas, conforme quadro abaixo:

Tabela 01: Entrevistados

Código	Especialidades
M1	General de Exército. Foi Secretário de Política, Estratégia e Relações Internacionais do Ministério da Defesa e Coordenador do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército.
M2	General de Brigada. Foi Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Atualmente é pesquisador do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército.

Fonte: o autor.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS

2.1 O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

O encerramento da Guerra Fria, no alvorecer da década de 1990, produziu um novo cenário global, com o surgimento de diferentes paradigmas de Segurança e Defesa e a ampliação dos tipos de ameaça, abrangendo setores como saúde, alimentação, água, meio ambiente, desigualdade social, migração, terrorismo e tráfico de drogas.

Essa nova concepção revelava uma preocupação dos organismos internacionais, capitaneados pelas grandes potências econômicas e militares, com os temas relevantes que vinham à baila a partir do arrefecimento das tensões de um mundo bipolar que se transformava. Fruto dessa conjuntura, tornava-se necessário, portanto, estabelecer mecanismos de controle por parte dos grandes atores internacionais. Surge daí o conceito de governança global, uma nova modalidade de administração, que não se trata de um governo e nem substitui o Estado, mas que passa a se encarregar de temas ditos “globais”, ou seja, do interesse de toda a humanidade.

Tal governança tem por finalidade suprir as lacunas deixadas pelos Estados tradicionais no combate às novas ameaças globais. Começa-se, então, a relativizar a consagrada soberania estatal, com o advento de organizações interestatais ou instituições jurisdicionais que visam a “defender” os interesses da humanidade.

Contextualizando essas situações para a realidade brasileira, a preservação ambiental da Amazônia emerge como um fator de preocupação global, já que afeta, direta ou indiretamente, toda a comunidade internacional, particularmente em relação à segurança ambiental.

Porém, a preocupação internacional com o bioma amazônico esconde a tentativa, particularmente por parte das grandes potências, de flexibilizar a soberania dos Estados amazônicos e, conseqüentemente, estabelecer seu domínio político e econômico sobre a região. Obviamente, esse contexto merece uma análise mais detalhada sobre as reais intenções daqueles atores internacionais.

2.1.1 Histórico das tentativas de ingerência internacional sobre a Amazônia

As tentativas de ingerência internacional sobre o território amazônico acompanham o Brasil desde a sua gênese histórica. Entre os séculos XVI e XVII, várias incursões de holandeses, franceses e ingleses ocorreram pela foz do rio Amazonas, com a fundação de diversos fortes ao longo de suas margens, sendo necessária a realização de várias expedições portuguesas para a expulsão dos invasores, além do estabelecimento de defesas fortificadas, como, por exemplo, o Forte do Presépio, erguido pelo Capitão-Mor Francisco Caldeira Castello Branco, origem da atual capital paraense (BENTO, 2003).

Em meados do século XIX, já durante o Período Imperial, as restrições do governo brasileiro à navegação estrangeira no rio Amazonas motivaram uma campanha capitaneada pelo Tenente Matthew Fontaine Maury, superintendente dos serviços hidrográficos dos EUA, que passou a mobilizar a opinião pública norte-americana em prol da abertura da navegação amazônica. Em seus discursos nas convenções partidárias, conclamava os negociantes a explorarem a região, aos moldes da expansão norte-americana para o oeste, conforme descreve Reis (1982):

Maury, num de seus arrazoados ao Governo, sustentara que a América do Sul não passava, a seu ver, no que diz respeito à sua vida econômica, de uma península da América do Norte, e que por isso mesmo devia considerar-se e ser mesmo uma dependência. (p. 59).

No final do século XIX, já sob o governo republicano, a questão da disputa do Acre com a Bolívia fez com que o governo boliviano, na iminência de perder o território, firmasse um contrato de arrendamento com a Bolivian Syndicate, empresa organizada com capitais americanos e ingleses, a fim de explorar, com apoio das Forças Armadas daqueles países, as fontes de borracha do Acre. A ação de Plácido de Castro, liderando seringueiros cearenses, e a atuação diplomática do Barão do Rio Branco foram decisivas para que tal objetivo não se concretizasse.

Como pôde ser visto, ao longo de sua história, a Amazônia foi alvo de ingerência direta por parte de diversas potências. A partir do final do século XX, tais ingerências assumiram outra forma menos evidente, caracterizando, dessa forma, um processo de politização da questão ambiental, e desencadeando um discurso de securitização, como será visto a seguir.

2.1.2 O conceito de securitização

As transformações globais ocorridas no final do século XX trouxeram à baila novas concepções de Segurança e Defesa, adaptadas às novas ameaças surgidas no cenário que se apresentava. Um novo conceito originado nessa oportunidade foi o de securitização, apresentado por Buzan, Weaver e Wilde (1998), como o uso da retórica da ameaça existencial com o objetivo de levar um assunto para fora das condições da política normal.

Outra conceituação similar é trazida por Godoy (2011):

Securitização se pode definir como o ato de discurso pelo qual se dá status de segurança a algo e, portanto, torna-se um assunto que requer uma ação prioritária e urgente. [...] contempla três ações que caracterizam a securitização: rompimento de regras ou normas plenamente estabelecidas e reconhecidas por uma comunidade política; uso desproporcional da força frente à ação que provocou a ação securitizante; tratamento e resposta pelo aspecto exclusivamente militar à ação que provocou a ação securitizante. (p. 285-286, tradução nossa).

Cabe salientar que a securitização é, antes de tudo, um processo que se inicia com uma ou mais ameaças no âmbito regional e que tende a se projetar em escala global, conforme teorizam Buzan e Weaver (2003):

Processos de securitização podem definir ameaças como provenientes do nível global (instabilidade financeira, aquecimento global, americanização), mas os objetos de referência a serem protegidos podem estar tanto no nível global (o regime econômico global, o ecossistema planetário, as normas de não-proliferação) como em outros níveis (comunidade, Estado, região). (p. 12-13, tradução nossa).

Nesse contexto pode-se, portanto, enquadrar os casos verificados no início dessa seção como segurança humana e segurança ambiental, fazendo emergir a discussão no âmbito internacional sobre a necessidade de preservação ambiental da Amazônia. Um conceito surgido deste debate foi o de desenvolvimento sustentável:

O Relatório Brundtland, [...] define desenvolvimento sustentável como 'o processo de mudança em que o uso dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais concretizam o potencial de atendimento das necessidades humanas do presente e do futuro'. (HANAN; BATALHA, 1995, p. 42).

Porém, essa visão idealista entra em choque com o anseio do Brasil pelo desenvolvimento econômico e social, onde a Amazônia oferece excelentes perspectivas, em face de seu relevante potencial econômico. Surge, portanto, o dilema entre a preservação ambiental e a justa busca pelo crescimento, onde os governos dos países amazônicos têm que gerenciar a disputa externa pelo controle

do capital natural e do território e as demandas sociais dos habitantes da região, carentes da presença do Estado.

Diante disso, a necessidade de preservação ambiental passa a desencadear um processo de securitização pela comunidade internacional, particularmente pelas grandes potências econômicas, sob o discurso da pretensa falta de controle do governo brasileiro em relação à devastação ambiental na Amazônia, questionando a sua soberania sobre a região e reavivando a questão da internacionalização, definida abaixo por Benchimol (1992):

A internacionalização é um processo de transferência e alienação da soberania política nacional em favor de uma entidade supranacional que passaria a exercer o domínio político-jurídico sobre uma área, em nome de um grupo ou comunidade de nações. (p. 229).

Tal ideia já existia desde meados do século XX e não se limitou à retórica, com tentativas tais como o Acordo de Iquitos, em 1948, onde a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) propôs a criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, com a finalidade de fomentar a execução de pesquisas científicas na região e difundir os resultados. Inicialmente, assinaram o Acordo os governos do Brasil, Peru, Equador, Colômbia, Bolívia e Venezuela, e alguns países europeus como França, Itália e Países Baixos. Porém, recusado pelo Congresso Brasileiro e de outros países amazônicos, o mesmo não se concretizou.

O geopolítico francês Pascal Boniface, fundador e diretor do Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas da França, em sua obra *Les guerres de demain* (2001), demonstra sua percepção da soberania brasileira sobre a Amazônia:

O governo brasileiro decidiu, no início dos anos 90, **subsidiar o desmatamento de florestas da Amazônia**, ameaçando a sua integridade. A Amazônia certamente pertence totalmente ao Brasil. Mas se as potências ocidentais fizeram uma exceção ao sacrossanto princípio da soberania do Estado para empreender a guerra na Iugoslávia e ajudar os kosovares [...], por que não o fariam contra o Brasil para se apropriar da Amazônia? A desculpa não é mais a proteção da população, mas da 'raça humana'. A Amazônia é o pulmão da Terra, se o Brasil não protegê-la corretamente, será o dever de outros Estados fazê-lo em nome de toda a humanidade. (BONIFACE, 2001, p. 107-108, tradução nossa, grifo nosso).

Esses pressupostos representam a visão dos grandes atores internacionais sobre a importância da região amazônica, que transcende conceitos historicamente sedimentados como a soberania, relativizando-a: “Os brasileiros precisam ter claro que a soberania nacional sobre o imenso tesouro da Amazônia passa pela proteção de sua biodiversidade.” (HANAN; BATALHA, 1995).

Outro importante conceito relacionado a essa problemática, o de balcanização ecológica, pode ser entendido como um processo de repartição e partilha territorial da atividade humana e social, através de um ordenamento espacial e zoneamento ambiental que, por intermédio de critérios mal conhecidos e concebidos de rigidez locacional duvidosa, provoquem a criação de enclaves econômicos ou “repúblicas” ambientais, que venham travar o nosso desenvolvimento e sobrepor-se ao controle político da soberania brasileira (BENCHIMOL, 1992).

A Cimeira Mundial 2005, evento gerenciado pela Organização das Nações Unidas (ONU), promoveu o surgimento do conceito de RToP (ou R2P) – *Responsability to Protect* (responsabilidade por proteger), assim definido no documento final do evento:

138. Cada Estado é responsável por proteger as suas populações contra o genocídio, os crimes de guerra, a depuração étnica e os crimes contra a humanidade. Esta responsabilidade implica a prevenção dos referidos crimes, incluindo a incitação à prática dos mesmos, pelos meios necessários e apropriados. Aceitamos essa responsabilidade e agiremos em conformidade com a mesma. A comunidade internacional, quando necessário, deve incentivar e ajudar os Estados a cumprirem essa responsabilidade e devem apoiar as Nações Unidas na criação de um dispositivo de alerta rápido. (ONU, 2005, p. 40).

Essa definição foi implementada oficialmente pelo Relatório do Secretário Geral da ONU de 2009, que estabelece três pilares para o avanço da agenda da RToP: as responsabilidades de proteção do Estado, assistência internacional e capacitação, e resposta oportuna e decisiva (ONU, 2009). Com relação ao terceiro pilar, o documento coloca a seguinte questão:

Poderia a soberania, o alicerce essencial da era do Estado - nação e da própria Organização das Nações Unidas, ser utilizada como um escudo por trás do qual a violência em massa poderia ser infligida em populações impunemente? (ONU, 2009, p. 5)

Nota-se que a própria ONU relativiza a soberania dos Estados em situações limite, como as descritas no parágrafo 138, anteriormente citado. Outra questão também poderia ser levantada: no caso do interesse das grandes potências, a soberania brasileira sobre o território amazônico poderia ser relativizada, caso algum conflito violento entre colonos e indígenas, por exemplo, fosse avaliado pelo Conselho de Segurança da ONU (constituído pelas grandes potências) como “depuração étnica” ou “crime contra a humanidade”? A relativização da soberania é uma das consequências da influência da governança mundial, que é exercida pelas

grandes potências militares e econômicas por meio da ONU, de acordo com seus interesses.

Portanto, a preocupação com o discurso internacional acerca da pretensa relativização da soberania brasileira sobre a Amazônia levou ao início de um processo de securitização da questão ambiental, com reflexos diretos na doutrina de emprego do Exército Brasileiro, que passou a considerar a guerra irregular como forma doutrinária de emprego para a defesa da Amazônia, particularmente contra países ou coalizão de países com capacidade militar e econômica indiscutivelmente superior.

2.2 CONCEITO DE GUERRA IRREGULAR

Ao longo da História, o fenômeno da guerra tem se apresentado de diversas formas: entre Estados-nação de semelhante capacidade militar, entre coalizões de Estados, entre Estados assimétricos em termos de poder militar, ou até mesmo entre Estados e atores não-estatais.

Visacro (2009) classifica guerra irregular como um “conflito conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica institucional”. Esse conceito, dentro de sua simplicidade, visa a abranger, em um único termo, diversas denominações concebidas acerca do tema: guerra revolucionária, assimétrica, insurrecional, de guerrilhas, de resistência, insurgência, entre outras. Devido à sua abrangência e melhor aplicabilidade aos casos históricos analisados, o termo guerra irregular será adotado na presente dissertação.

Até o século XX, a guerra irregular foi empregada de forma empírica, servindo como um instrumento natural de defesa do “fraco” contra o “forte”, valendo-se de alguma vantagem que possuía, como conhecimento do terreno, motivação para lutar, apoio da população, táticas de dissimulação, entre outras. A partir da Segunda Guerra Mundial, contudo, essa modalidade de combate passou a ser a forma mais comum de guerra empregada no mundo.

Nesse mesmo período (a partir de 1945), ocorreu a sistematização da guerra irregular, provocada por vários fatores. O principal deles foi a polarização político-ideológica ocasionada pela Guerra Fria, cujos protagonistas - os EUA e a URSS - passaram a subvencionar movimentos insurgentes por todo o mundo, a fim de

garantir a expansão de suas respectivas áreas de influência. Outro fator importante foi a crescente assimetria tecnológica, fazendo com que povos de menor capacidade militar concebesssem doutrinas baseadas na guerra irregular, de modo a superar tal desvantagem.

A doutrina de guerra irregular sistematizada no período da Guerra Fria passou a ser empregada mesmo após a extinção da URSS, particularmente em situações onde ocorria uma assimetria de poder, como na Primeira e Segunda Guerra do Golfo, Guerra do Afeganistão, etc. Obviamente, a doutrina adaptou-se à cultura estratégica de cada país em que foi adotada.

Uma outra característica advinda da sistematização da guerra irregular foi a mudança de foco com relação ao centro de gravidade² – devido à impossibilidade da vitória pelo poder militar direto, o ponto a ser atacado seria a opinião pública tanto do país adversário, quanto da comunidade internacional, o que afetaria sua vontade de combater, fazendo com que perdesse a legitimidade da sua “causa”. Tal observação remete ao conceito de “guerra de quarta geração”, em que o destino dos conflitos estará ligado aos aspectos morais e psicológicos, e não mais à pura e simples confrontação física. (VISACRO, 2009). Como exemplo prático, pode-se citar a Batalha de Mogadíscio, ocorrida em 1993 na Somália, onde tropas especializadas norte-americanas, integrantes da Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM II) enfrentaram milicianos somalis. Apesar da aparente vitória militar, com um saldo de dezoito norte-americanos mortos contra a estimativa de mil a três mil somalis, a repercussão negativa dos combates sobre a opinião pública dos EUA, provocaram a retirada das tropas estadunidenses do país africano.

Outro autor brasileiro que identifica a importância estratégica da guerra irregular é Cardoso, que na obra “Os treze momentos” (1987), uma análise do legado doutrinário de Sun Tzu³, enfatiza que os doutrinadores da “guerra de guerrilhas”, entre os quais destaca-se Mao Tsé-tung, aproveitaram vários conceitos do estrategista chinês para elaborar uma solução que permitisse a vitória, mesmo dentro de um quadro de inferioridade de meios, caracterizando a famosa “estratégia de um contra cinco”.

2 Ponto no organismo do Estado adversário (militar, político, territorial, econômico ou social) que, caso seja conquistado ou o inimigo dele perca o efetivo controle, toda sua estrutura de poder desmoronará. (BRASIL, 2004, p. 3-7).

3 General, estrategista e filósofo chinês, autor da célebre obra “A arte da guerra”.

David Galula, em sua obra “Teoria e prática da contra-rebelião (1966)”, adota o termo “guerra revolucionária” para referir-se aos conceitos inerentes à guerra irregular. Segundo esse autor, deve-se ter em mente que tal modalidade de conflito constitui-se em um combate prolongado no tempo e que deve ser conduzida paulatinamente, com objetivos intermediários que levem à derrubada da ordem vigente (GALULA, 1966).

A guerra irregular significa, antes de tudo, o abandono das regras oficiais da guerra convencional, ou seja, as convenções estabelecidas pelos organismos internacionais são literalmente desprezadas pelos condutores da guerra irregular, pois a vantagem contra uma potência superior está justamente na dissimulação dos “combatentes” junto à população civil, e mesmo na participação desta de forma direta ou indireta nos conflitos, o que contraria todas as convenções pré-estabelecidas.

Ainda segundo Galula:

[...] louco seria o rebelde se reunisse todas as forças ao seu dispor e atacasse o adversário de um modo convencional, tomando como objetivo a destruição das forças do inimigo e a conquista do território. Ao invés disso, a lógica força-o a levar a luta para um terreno diferente, onde ele tem melhor possibilidade de equilibrar suas desvantagens físicas. (1966, p.19).

E qual seria esse “terreno diferente” em que o combate será travado? Seguramente, se trata do chamado terreno humano: para a condução eficiente da guerra irregular, o apoio da população é fundamental, pois possibilita que o combate se prolongue no tempo, particularmente no que se refere ao apoio logístico e ao fluxo de informações (inteligência). No caso do contra-insurgente, é necessário manter a opinião pública pelo menos neutra, o que é um desafio, pois, ao contrário do insurgente, o interesse maior é definir o conflito no curto prazo, o que leva a um maior emprego de ações de força, que normalmente produzem efeitos colaterais junto à população civil. Além disso, a fim de obter informações acerca dos insurgentes, é necessário um maior controle da população civil, o que prejudica a normalidade de sua vida cotidiana, gerando um descontentamento por parte da mesma.

Um exemplo ilustrativo da importância de dominar o “terreno humano” foi o desempenho do exército inglês na Malásia (1948-1960), combatendo os insurgentes do Partido Comunista Malaio, conforme ressalta Grey (2003):

A Malásia é a primeira campanha de contra-insurgência moderna associada à política de 'conquistar corações e mentes', mas esta abordagem levou tempo para evoluir e foi certamente ausente no início: a queima da vila de Kachau em Selangor, em novembro de 1948 pela polícia e o assassinato de vinte e quatro trabalhadores rurais chineses por uma patrulha, [...] foram atípicos da conduta britânica na campanha como um todo, mas sintomático da confusão e inexperiência das forças de segurança no início. (p. 73, tradução nossa).

Outra característica da guerra irregular é a condução de operações de informação⁴, de modo a enfatizar perante a opinião pública nacional e internacional que os condutores da guerra irregular lutam por uma causa “justa”, como a defesa do seu território, por exemplo. Um caso notório aconteceu na Guerra do Vietnã, onde a condução de uma eficiente “guerra psicológica” atribuiu ao exército dos EUA o rótulo de invasor, já que combatia em outro país contra um inimigo de menor poder militar e que defendia seu próprio território. Tal situação provocou a contrariedade da opinião pública norte-americana, levando à retirada das tropas por decisão política.

Galula ressalta, ainda, a importância da compreensão, por parte dos insurgentes, de seus problemas estratégicos, de forma a aproveitarem-se da melhor maneira possível das vantagens da guerra irregular. Por exemplo: a percepção de que o combate nunca pode tomar uma forma convencional, e o uso correto do terreno, escolhendo áreas onde o controle fica mais difícil para a potência superior (selvas, montanhas, pântanos, etc.). O autor destaca que “quanto maior o país, mais difícil para o governo controlá-lo” (GALULA, 1966), o que favorece a fluidez das ações irregulares, além do seu treinamento e logística, particularmente se a fronteira for extensa e permeável.

Para o autor, o fluxo logístico é fundamental para o sucesso da condução da guerra irregular:

O armamento é a maior dificuldade. A quantidade e a variação de armas e equipamentos disponíveis estabelecem o limite para a expansão das forças regulares do rebelde. Não se pode contar com a produção nas bases porque os arsenais oferecem alvos fixos e fáceis para o contra-rebelde. Isto deixa duas fontes possíveis: captura ao inimigo ou fornecimento do exterior. (GALULA, 1966, p. 63).

Nota-se, a partir da observação anterior, a importância de dois aspectos fundamentais: primeiro, que a força insurgente possua bases junto à linha de fronteira para permitir o fluxo logístico; segundo, a necessidade do apoio externo.

⁴ Atuação metodologicamente integrada de capacidades relacionadas à informação, em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso. (BRASIL, 2014, p. 3-1).

Esse apoio deve ser coordenado desde os tempos de paz, por meio de interesses políticos comuns. Em todos os casos de condução bem sucedida da guerra irregular, o apoio externo por meio de fornecimento logístico e de recursos, bem como na negociação diplomática é um fator fundamental de êxito.

Outra importante obra conceitual sobre guerra irregular é “*La guerre moderne*”, do francês Roger Trinquier, o qual enfatiza que:

A guerra é, atualmente, um sistema combinado de ações políticas, econômicas, psicológicas e militares que visa à derrubada da autoridade estabelecida em um país e a sua substituição por outro regime. Para atingir este fim, o agressor tenta explorar as tensões internas do país atacado – ideológicas, sociais, religiosas, econômicas – qualquer conflito suscetível de ter uma profunda influência sobre a população a ser conquistada. (2008, p. 5, tradução nossa).

A ênfase nessa concepção estratégica é o apoio da população, segundo o autor, a condição *sine qua non* para a vitória. Sua experiência na Revolução Argelina (1954-1962) o fez verificar que o inimigo não se comportava como um exército tradicional, mas atuava de maneira clandestina junto à população, que era manipulada por meio de operações de informação.

Trinquier admite a impossibilidade por parte da potência superior de controlar toda a população, já que o insurgente deverá estar infiltrado praticamente em todos os segmentos da sociedade. Essa fragilidade deve ser explorada ao máximo, com diversas finalidades: manutenção do fluxo logístico, atualização de informações, pequenas ações contra tropas de ocupação em área urbana, entre outras.

O autor ressalta que alguns princípios básicos da guerra tradicional enunciados por Clausewitz ainda permanecem válidos na guerra irregular, tais como a afirmação de que “a guerra é um ato de violência destinado a obrigar um oponente a cumprir a nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 2010). O princípio é verdadeiro, independentemente da extensão e intensidade do uso da força direta; no caso da guerra irregular, a submissão do inimigo está ligada às ações indiretas (políticas, psicológicas, etc.) que o levem a perder a legitimidade de sua “causa”. A trindade clausewitziana da guerra, que compreende razão (representada pelo governo), paixão (povo) e habilidade (exército), seria expandida para a situação de guerra irregular, apoiada nos seguintes vértices: razão, agora traduzida para verdade (representada pela ideologia), paixão (opinião pública internacional) e habilidade (forças irregulares). Essa nova configuração se expressa na figura a seguir:

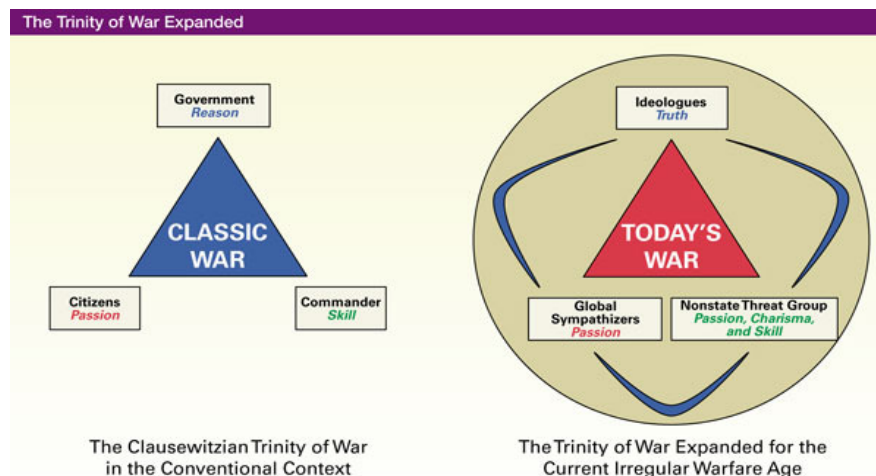


Fig. 01 – A Trindade Clausewitziana expandida. Fonte: Força Aérea Australiana.

Essa concepção atesta a relevância e a adequabilidade do teórico prussiano na análise dos conflitos contemporâneos, pois, independentemente da época, o fenômeno da guerra evoca os mesmos fundamentos, como a submissão dos aspectos militares aos políticos. Como afirma Smith (2005):

O aumento da notoriedade de conflitos envolvendo atores não-estatais na era atual não contradiz Clausewitz, como seus críticos afirmam. [...] As noções de Clausewitz são facilmente adaptáveis às formas de combate das organizações sociais que não constituem estados. [...] O que confunde muitos analistas de relações estratégicas e internacionais quando se consideram as guerras que envolvem atores não-estatais, levando-os imprecisamente a vê-los como uma forma completamente diferente de conflito, é que, enquanto que o objetivo é o mesmo, a análise de tais guerras é frequentemente diferente e mais complexa. Em confrontos militares que ocorrem entre combatentes manifestamente desiguais, sejam eles de natureza estatal ou não-estatal, as interações em guerra são um pouco mais sutis, mas eles ainda estão bastante inseridos nos conceitos de Clausewitz. (p. 49).

Apesar da obra de Clausewitz ter sido escrita em um contexto em que predominavam os exércitos nacionais, vários elementos constituintes de suas concepções sobre a guerra, tais como violência, ódio, inimizade, acaso, probabilidade, razão e intervenção, estão presentes em conflitos de qualquer natureza. A influência clausewitziana na condução da guerra irregular é notória, pois, nessa modalidade de combate, as ações militares não têm por objetivo a destruição do inimigo, mas a conquista de alvos políticos, tais como a perda da credibilidade do oponente perante a opinião pública internacional, ou o esfacelamento de sua motivação para o combate.

O cientista político italiano Luigi Bonanate, em sua obra “A guerra” (2001), enfatiza o emprego da guerra irregular como uma arma poderosa em conflitos onde existe uma evidente assimetria de poder:

O recurso à ‘guerra de libertação nacional’ se mostra, de qualquer modo, uma das principais manifestações da transformação da guerra nos últimos dois séculos, em que exércitos regulares ou semi-regulares [...] se transformam em formações totalmente irregulares como as que seriam colocadas em campo [...] pelo Vietnã de Ho Chi Minh e do general Giap, o grande intérprete no campo da teoria maoísta da guerra de guerrilha ou popular, que se movimenta na fronteira (às vezes mais pretendida do que alcançada) da guerra revolucionária. (BONANATE, 2001, p. 55).

Incorporada como estratégia fundamental de combate, particularmente pelos países orientados politicamente pelo marxismo-leninismo, a guerra irregular passou a significar guerra de libertação. Nesse contexto, tais países passaram a utilizar as principais características daquela forma de combate, como a “irregularidade das tropas em combate, sua singular mobilidade, a intensidade dos seus envolvimento ideológicos e o caráter telúrico de suas ações” (BONANATE, 2001), a fim de conquistar seus objetivos, seja a expulsão de uma potência invasora, seja a derrubada do *establishment* local.

Contudo, cabe ressaltar que, na condução da guerra irregular, os aspectos militares subordinam-se à política e são impulsionados pela motivação popular, como afirma Mao Tsé-tung:

Sem um objetivo político, a guerrilha fracassará; o mesmo acontecerá se os seus objetivos políticos não coincidirem com as aspirações do povo, e se não for possível ganhar a sua simpatia, adesão, cooperação e ajuda. A verdadeira essência da guerra de guerrilhas é o seu caráter político. (TABER, 1976, p. 84).

Certamente, a condução política tem fundamental importância no sucesso da guerra de resistência, particularmente na liderança junto à população, motivando-a para participar de um combate prolongado e desgastante contra um inimigo superior. No caso da guerra irregular, a principal arma não é o poderio militar, mas a capacidade de manter favorável a opinião pública interna e externa. Segundo Taber (1976): “o exército combate para ocupar territórios, estradas, pontos estratégicos, zonas vitais; a guerrilha combate para conquistar a população sem cuja cooperação o território de nada serve.”

Para Mao Tsé-tung, a conscientização política tanto do exército quanto do povo são a bússola norteadora e a principal fonte de motivação para o combate:

Antes de tudo, é preciso falar ao exército e ao povo sobre o objetivo político da guerra. É necessário que cada soldado, cada cidadão compreenda para que é preciso combater, que relação tem a guerra com ele pessoalmente. [...] Sem um programa político claro e concreto não é possível mobilizar todo o exército e o povo para levar até o fim a guerra antijaponesa. [...] É preciso unir a mobilização política ao andamento da guerra, à vida dos soldados e do povo simples, é preciso convertê-la em uma campanha permanente.” (TSÉ-TUNG, 1963, p. 80-81)

No Brasil, alguns movimentos insurrecionais utilizaram-se de técnicas de guerra irregular, apesar de muitas vezes não apresentarem uma sistematização das táticas, nem apresentarem objetivos políticos claros. Um exemplo emblemático foi a Guerra de Canudos, em que sertanejos do sertão baiano sob a liderança do líder messiânico Antônio Conselheiro ocuparam o Arraial de Canudos, causando preocupação aos latifundiários da região, que entendiam o movimento como uma ameaça a suas propriedades e até ao incipiente regime republicano. Várias expedições do exército foram enviadas para enfrentar os revoltosos, que adotavam técnicas e táticas não convencionais, como ataques rápidos seguidos de retiradas e emboscadas; empregavam também o combate corpo a corpo, utilizando armas brancas. Após três expedições malogradas, o exército venceu os revoltosos, pondo fim à insurreição.

Merece destaque, ainda, a atuação dos cangaceiros, onde se sobressaiu a figura de Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como “Lampião”, que, nas décadas de 1920 e 1930, promovia saques, ataques a localidades e propriedades rurais, sequestros, entre outras ações. A partir do governo ditatorial de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo, os cangaceiros passaram a ser duramente reprimidos pelas tropas policiais, conhecidas como volantes; para combater as tropas estaduais, Lampião utilizava-se de técnicas irregulares, como as emboscadas, quase sempre em ações bem sucedidas. Por suas vitórias, os cangaceiros ganharam uma aura de invencibilidade junto à população do interior nordestino, sendo vistos como justiceiros contra os proprietários rurais que dominavam o cenário político local, conhecidos como “coroneis”.

Nota-se que, em ambos os casos históricos citados, alguns aspectos marcantes da guerra irregular foram plenamente empregados, como a busca do apoio da população local e a técnica de evitar o enfrentamento direto contra tropas de poder militar superior.

A partir da década de 1960, a guerra irregular foi empregada como instrumento de oposição ao regime militar vigente a partir de 1964. Tanto na área urbana, quanto em ambiente rural, os movimentos de guerrilha foram derrotados; porém, apesar da diversidade de tendências políticas adotadas, produziram uma forma de aplicação própria, tendo como maior ideólogo o líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), Carlos Marighella, autor do “Minimanual do guerrilheiro urbano” (1969), que serviu como fonte de inspiração para vários movimentos revolucionários no mundo. Em sua obra, Marighella ressalta o papel da subversão política e das ações terroristas como armas fundamentais para a tomada do poder.

Além disso, a citada obra objetiva ser um guia de conduta para os guerrilheiros, enfatizando a importância tanto da doutrinação político-ideológica, quanto da preparação técnica para as ações irregulares, como assaltos, invasões, ocupações, emboscadas, táticas de rua, greves, deserções, libertação de prisioneiros, execuções, sequestros, sabotagem, terrorismo, propaganda armada e guerra de nervos.

Como pôde ser verificado nesta seção, a guerra irregular, apesar da diversidade de nomenclaturas, possui uma série de princípios já consagrados pelo emprego em combate, e que podem ser adaptados de acordo com a realidade política, o terreno e, principalmente, a cultura estratégica de um determinado país, com resultados que podem ser favoráveis, como nos casos históricos da Guerra Sino-Japonesa, Guerra da Indochina/Vietnã e Revolução Argelina.

2.3 CASOS HISTÓRICOS DE GUERRA IRREGULAR

Os três casos históricos que serão apresentados nesta seção (Guerra de Resistência Sino-Japonesa, Guerra do Vietnã e Revolução Argelina) foram escolhidos por se tratarem de exemplos bem sucedidos de emprego da guerra irregular contra potências invasoras de poder militar incontestavelmente superior aos países invadidos, podendo servir como parâmetro de comparação para a doutrina da Estratégia da Resistência brasileira.

2.3.1 Guerra de Resistência Sino - Japonesa

2.3.1.1 Antecedentes

A guerra de resistência da China contra o invasor japonês, ocorrida no período entre 1937 e 1945, marcou profundamente a milenar história chinesa por ser uma ameaça direta à sua existência perante as intenções expansionistas do Japão. O conflito assume, ainda, importância fundamental, pois caracterizou a afirmação militar do Exército de Libertação Popular (ELP), a ascensão político-militar de Mao Tsé-tung e a consolidação do Partido Comunista Chinês como a força política dominante naquele país. Antes, porém, de analisar o conflito, faz-se necessário entender a situação política anterior na China.

No início do século XX, o poder central da dinastia Manchu estava enfraquecido, devido à influência dos chamados “senhores da guerra”, grandes latifundiários com exércitos particulares que exerciam o poder nas diversas províncias. Em 1911, é instaurada a República, com a ascensão ao poder do médico nacionalista Sun Yat-sen que, sem Forças Armadas para garantir sua manutenção no governo e pressionado pelos senhores da guerra do norte, defensores da influência estrangeira, renuncia.

Em 1919, contudo, Sun Yat-sen retoma a ação revolucionária à frente do Kuomintang (Partido do Povo), integrado por novos atores sociais do cenário urbano chinês, como estudantes, artesãos, mulheres e operários, tendo como “bandeiras” de luta o nacionalismo, a democracia e o bem-estar social. No movimento de 4 de maio daquele ano, Sun Yat-sen toma a cidade de Cantão e instaura a República do Sul da China. O norte do país permanece sob o domínio dos senhores da guerra.

É nesse contexto que, em 1921, é fundado o Partido Comunista (PC) Chinês, constituído, em sua maioria, por chineses que estudavam na França e no Japão, e foram influenciados ideologicamente pela Revolução Russa de 1917. Surge, nesse momento, a figura de Mao Tsé-tung, um dos fundadores do partido e ferrenho defensor do movimento camponês e da reforma agrária, mas que foi relegado a um segundo plano, já que o PC priorizou o movimento operário.

Sun Yat-sen se aproxima dos comunistas e organiza um exército conjunto para combater os senhores da guerra do norte. A partir de 1924, dirigentes do PC são eleitos para cargos de direção no Kuomintang.

Em 1925, com a morte de Sun Yat-sen, inicia-se o processo sucessório que levou o dirigente Chiang Kai-chek à liderança do Kuomintang. Em 30 de maio do mesmo ano, o assassinato de manifestantes pela polícia de Xangai precipitou as ações conjuntas do PC e Kuomintang contra os latifundiários do norte, dando origem à Primeira Guerra Civil. Nessa fase, o PC passou a admitir a importância do movimento camponês e instalou uma escola para a formação de quadros rurais sob a direção de Mao Tsé-tung. A atuação do campesinato foi fundamental para a vitória sobre os senhores da guerra em 1927, com a destruição das Forças Armadas locais e do tríplice sistema de dominação feudal - patriarcal - estatal (autoridade política), de clã (autoridade familiar) e sobrenatural (autoridade religiosa).

Chiang Kai-chek, que sempre defendeu o afastamento do Kuomintang do PC, se associou à burguesia burocrática e estrangeira, aos latifundiários e a partidários da antiga monarquia para atacar os comunistas e centralizar o poder em março de 1927. No mês de agosto, é desencadeada a reação comunista com duas revoltas: uma em Hunan, sob a liderança de Mao Tsé-tung, e outra em Nanchang, capitaneada por Zhou Enlai, ambas derrotadas. Os remanescentes, cerca de trinta mil homens, reuniram-se nas montanhas Chingqang, formando o embrião do que viria a ser o Exército Vermelho.

No período entre 1928 e 1931, Mao Tsé-tung desenvolveu suas teorias sobre a guerra irregular, todas elas alicerçadas na importância da doutrinação e treinamento militar das massas camponesas. Com 80% de sua população habitando a zona rural e extenso território, a China possuía um grande histórico de revoltas no campo, bastava apenas liderar as massas sob uma forte ideologia e a vitória militar seria questão de tempo.

A partir de 1930, Chiang Kai-chek empreendeu uma ofensiva (Segunda Guerra Civil), visando ao cerco e aniquilamento do Exército Vermelho em cinco campanhas. Pela primeira vez, Mao pôde empreender as táticas de guerrilha que desenvolveu: com o objetivo de manter suas forças intactas, atacava rapidamente o inimigo e retraía para atacá-lo novamente quando a situação fosse vantajosa; quando o inimigo se dispersava, concentrava suas forças, a fim de derrotá-lo por partes. Apesar de bem-sucedida durante as quatro primeiras campanhas de Chiang Kai-chek, a tática de Mao não foi aceita pela cúpula dirigente do PC, que passou a adotar a defesa de posições fixas. Na quinta campanha de cerco e aniquilamento de 1934, o Exército Vermelho foi derrotado. A partir daí, já sob a liderança política e

militar de Mao Tsé-tung, que teve suas estratégias e táticas aceitas pela cúpula do PC, o Exército Vermelho empreendeu uma retirada de 9650 Km para a base guerrilheira de Shaanxi, ao norte do país, no que ficou conhecida como a Grande Marcha. Ao final, dos cerca de cem mil homens que constituíam o Exército Vermelho, restaram trinta mil, que ocuparam Yenan, a qual se tornou a nova base central dos comunistas.

2.3.1.2 A resistência contra o Japão

Ao invadir a Manchúria, no nordeste da China, em 1931, o Japão era a maior potência do Oriente, com Forças Armadas bem treinadas e equipadas, rivalizando com as potências ocidentais e a União Soviética. Seu projeto expansionista era notório e visava ao controle do Oceano Pacífico, ameaçado pela presença dos EUA, além de obter colônias fornecedoras de matéria-prima, já que possuía reduzido território e escassos recursos naturais.

Essa invasão contrariou o Tratado de Washington de 1922, firmado entre França, Inglaterra, EUA, Itália e Japão, o qual estabelecia que o território chinês seria área de domínio conjunto, levando as potências ocidentais a apoiarem a China.

Até a invasão definitiva do território chinês em 1937, Chiang Kai-chek, apesar de alertado por seus chefes militares, ignorou as intenções japonesas e preferiu combater as bases comunistas. Em 1936, ao tentar reprimir manifestações antijaponesas, seus generais o prenderam.

Atentos quanto ao perigo da iminente invasão nipônica, os comunistas intermediaram um acordo entre Chiang Kai-chek e as lideranças militares. Chiang foi libertado, concordando em suspender os ataques às bases comunistas, expulsar os grupos pró-japoneses, anistiar os prisioneiros comunistas, cooperar com as potências ocidentais e aliar-se ao Exército Vermelho contra os japoneses. Os comunistas, por sua vez, transformariam o Exército Vermelho em Exército Revolucionário Nacional.

Em 13 de agosto de 1937, o Japão invadiu as regiões central e norte da China, além da costa meridional. Após o ataque a Xangai, a sede do governo foi transferida para Chongqing. O comando militar japonês planejou uma guerra rápida, empregando doze divisões, pois carecia de recursos humanos e materiais para manter uma guerra prolongada.



Fig. 02 – A ocupação japonesa da China. Fonte: <http://www.zonu.com>

■ Área ocupada pelo Japão

Os chineses combateram de maneiras distintas: de um lado, os nacionalistas estavam divididos entre a colaboração com o Japão e a resistência; dessa forma, Chiang Kai-chek adotou uma tríplice postura: negociar com os japoneses, fustigar as tropas comunistas em algumas oportunidades e estabelecer uma resistência passiva contra as tropas nipônicas. Por outro lado, os comunistas constituíram o 4º e o 8º Exércitos e impuseram forte resistência aos japoneses, com suas táticas de guerrilha, e ataques de flanco e à retaguarda, provocando fortes baixas entre os invasores.

Diante dessa tenaz resistência, o exército japonês aumentou para trinta o número de suas divisões e passou a atacar as tropas comunistas, adotando a política de “queimar tudo, matar tudo, pilhar tudo”. Apesar de produzirem muitas baixas e neutralizar vários quadros do PC, não conseguiram uma vitória decisiva, nem o isolamento dos comunistas. Além disso, estabeleceram acordo com membros pró-nipônicos do Kuomintang, criando governos títeres em diversas regiões da China.

Após essa ofensiva japonesa, em 1942, o PC resolveu unificar a política da Guerra de Resistência, lançando a Campanha da Retificação, no intuito de corrigir os erros anteriores. A partir de então, foram empregados os princípios postulados por Mao, consubstanciados nas Três Principais Regras de Disciplina (obedecer às

ordens em todas as ações, não tomar uma simples agulha ou linha de coser das massas e entregar tudo o que foi capturado) e nos Oito Pontos de Atenção (falar polidamente, pagar estritamente tudo que comprar, devolver tudo que tomar de empréstimo, pagar por tudo que danificar, não agredir ou golpear as pessoas, não danificar as plantações, não tomar liberdades com as mulheres e não tratar mal os prisioneiros). Tais princípios funcionavam como orientação de comportamento e serviram não apenas para angariar o apoio dos camponeses à causa da resistência, mas também estimular que pegassem em armas para expulsar o invasor.

Mao teve a percepção de que a Guerra de Resistência deveria ser prolongada, devido à escassez japonesa de recursos humanos e naturais, e empreendeu uma guerra de longa duração em três fases: a primeira, defensiva, a fim de retardar e dispersar o inimigo; a segunda, executando ações guerrilheiras fortuitas, particularmente à retaguarda das linhas inimigas, a fim de desestabilizá-lo; e a terceira, a contra-ofensiva final, a fim de derrotá-lo e expulsá-lo. Foi de grande importância, também, a coordenação entre a guerra regular, com as tropas nacionalistas antijaponesas realizando a defensiva estratégica, e a guerrilha, executando as ações de movimento.

A partir de 1943, com a ofensiva norte-americana no Pacífico, já no contexto da Segunda Guerra Mundial, a situação do Japão começou a se deteriorar, e, em 1944, os comunistas, já bastante fortalecidos com um efetivo de 470 mil soldados e 2,27 milhões de homens nas milícias populares, intensificaram os contra-ataques contra as cidades ocupadas pelos japoneses, fomentando, também as insurreições em áreas urbanas.

Em agosto de 1945, após a invasão da Manchúria pelos soviéticos e o lançamento das bombas atômicas de Hiroxima e Nagasáki pelos EUA, o Japão finalmente capitulou, pondo fim não só à Segunda Guerra Mundial, mas também à Guerra Sino-Japonesa.

2.3.2 Guerra da Indochina/Vietnã

2.3.2.1 Antecedentes

O Vietnã, principal país da Península da Indochina, integrada, ainda, por Laos e Camboja, possui um longo histórico de resistência contra invasões externas:

chineses, mongóis, japoneses, franceses e estadunidenses já dominaram aquele território.

A partir de 1862, a França, em seu processo de expansão colonialista, ocupa a parte oriental da península da Indochina, no eixo do rio Mekong, provocando uma série de revoltas nos campos e nas cidades, que se mantiveram até o século XX. Porém, o movimento de resistência só tomou corpo com a fundação, em 1925, do Partido Comunista da Indochina (PCI) por Ho Chi Minh, composto por intelectuais, operários e camponeses. Na década de 1930, o PCI organizou uma série de agitações políticas, fortemente reprimidas pelo governo colonialista francês.

Em 1940, com a derrota francesa pelas forças alemãs, a região passou a ser ocupada militarmente pelos japoneses, sob a anuência do governo francês local, orientado por Vichy (governo títere pró-nazista na França). No ano seguinte, o líder político Ho Chi Minh funda a Liga Revolucionária para a Independência do Vietnã (Vietminh), alinhando-se aos EUA e à China no combate à ocupação japonesa.

No final de 1944, com a reconquista da França e o declínio japonês provocado pela ofensiva norte-americana, o Vietminh passou a empreender ações de guerra irregular na região montanhosa ao norte do Vietnã. Tais manobras foram lideradas por Vo Nguyen Giap, professor de História e profundo conhecedor da obra de Mao Tsé-tung, que viria a se tornar o mentor da guerra irregular vietnamita nas futuras campanhas vitoriosas da Guerra da Indochina contra os franceses e da Guerra do Vietnã contra os EUA.

Após a Conferência de Potsdam, em julho de 1945, o Vietnã é dividido por meio do paralelo 17º N, sendo prevista uma zona de ocupação chinesa ao norte e uma britânica ao sul. Porém, com a capitulação japonesa na Segunda Guerra Mundial um mês depois, o Vietminh instala um governo republicano em Hanói (parte norte) e os britânicos se comprometem a devolver a parte sul à França.

No ano seguinte, as forças francesas desembarcam em Saigon (ao sul) e seguem para o norte pelo litoral, ocupando Hanói, o que caracteriza o retorno de seu domínio colonial no Vietnã. O Vietminh abandona as cidades do norte e se retira para as florestas e regiões pantanosas, onde planeja a retomada de seus territórios e a expulsão do invasor francês.

2.3.2.2 Guerra de resistência contra a França (Guerra da Indochina)

Este conflito, ocorrido entre 1946 e 1954, marcou não só o início da destruição do império colonial francês, mas, principalmente, a comprovação da eficiência da guerra irregular como uma arma poderosa de um exército materialmente inferior contra uma potência militar, desde que empregada sob certas condições, que minimizam a assimetria tecnológica entre os contendores.

Após a reocupação do Vietnã pela França, o Vietminh concentrou suas forças nas montanhas da região norte do país, fronteira com a China, conhecida como Viet Bac. A partir dali, Giap conduziu uma guerra de resistência, de inspiração maoísta, em três fases: a primeira, defensiva, por meio de combates de retardamento de curta duração e sem engajamento decisivo; a segunda, uma guerra de movimento, com a atuação de guerrilhas na retaguarda das posições francesas; a terceira, uma contra-ofensiva geral, já contando com apoio diplomático externo da China e da URSS, além da própria opinião pública francesa, cuja elite intelectual tinha forte influência socialista.

A postura defensiva francesa, controlando apenas as áreas urbanas, conferiu grande liberdade de ação ao Vietminh, que, ao longo do conflito, manteve quase sempre a iniciativa das ações. O apoio chinês também foi fundamental, principalmente a partir de 1949, com a vitória definitiva dos comunistas sobre o Kuomintang. Esse apoio não se limitou às ações diplomáticas, mas também ao fornecimento de assessores militares, armamento e equipamento.

Em 1950, Giap passa à ofensiva (3ª fase) e vence os franceses na batalha de Cao Bang, causando severas baixas aos invasores. A França, então, entrega o comando de suas tropas ao general Jean De Lattre de Tassigny, célebre estrategista, que reorganiza as forças e, seguindo a tradição defensiva francesa, estabelece uma moderna linha fortificada (Linha De Lattre) em torno do delta do rio Vermelho, isolando a principal zona produtora de arroz do país. Em 1951, mantendo a ofensiva, Giap lança três ataques contra a Linha De Lattre em Vinh Yen, Mao Khe e Phat Diem, sendo derrotado em todos, devido à grande superioridade de fogo da artilharia francesa. O Vietminh, então, recua e decide retornar à segunda fase da guerra de resistência maoísta.

A partir de 1953, o Vetminh passa a realizar ações no Laos, em conjunto com a guerrilha do Pathet Lao e no Camboja, com apoio do grupo guerrilheiro

Khmer-Issarak. Apesar do sucesso inicial, Giap sente a necessidade de ampliar os eixos de suprimento e comunicações, abrindo diversas estradas nas montanhas, ligando as bases guerrilheiras do Viet Bac ao Laos.

Na tentativa de cortar as ligações dos guerrilheiros com o Laos, os franceses iniciam a Operação Castor, que consistiu no lançamento de tropas paraquedistas sobre a vila de Dien Bien Phu, ocupando-a. Esta região, localizada próximo à fronteira do Laos, era um vale descampado e cercado por elevações; deste ponto, o exército colonial poderia lançar ataques contra as bases do Vietminh e atrair as tropas de Giap para uma batalha decisiva, onde se acreditava que sua superioridade bélica levaria a uma rápida e definitiva vitória. Contudo, essa estratégia mostrou-se desastrosa.

A famigerada batalha de Dien Bien Phu ocorreu entre março e maio de 1954. Iniciou com o cerco das posições francesas, onde Giap realizou o impensável: com o uso de bicicletas reforçadas, os vietnamitas transportaram peças desmontadas de canhões pelas trilhas montanhosas da região e os posicionaram, juntamente com metralhadoras, em áreas cobertas pela vegetação, a salvo da observação da artilharia e da aviação francesas. O ataque foi planejado para coincidir com o início das monções de verão, fazendo com que a chuva torrencial e a neblina dificultassem sobremaneira as operações aéreas francesas, que ainda tinham que enfrentar a eficiente artilharia antiaérea vietnamita.

O cerco durou por 57 dias de ataques em ondas sucessivas que desorientavam as defesas francesas. Algumas tentativas de contra-ataque ocorreram, mas foram dificultadas pelos lodaçais provocados pela chuva intensa, tirando a mobilidade das tropas. No dia 7 de maio de 1954, após intenso combate corpo a corpo, Dien Bien Phu cai, caracterizando o término do domínio colonial francês sobre o Vietnã, ratificado pela Conferência de Genebra em 20 de julho do mesmo ano, que dividiu provisoriamente o território vietnamita, a partir do paralelo 17, em duas regiões: a República Democrática do Vietnã (RDV) - ou Vietnã do Norte - sob domínio do Vietminh, com sede em Hanói e o Vietnã do Sul, com um regime autônomo pró-ocidental, sediado em Saigon.

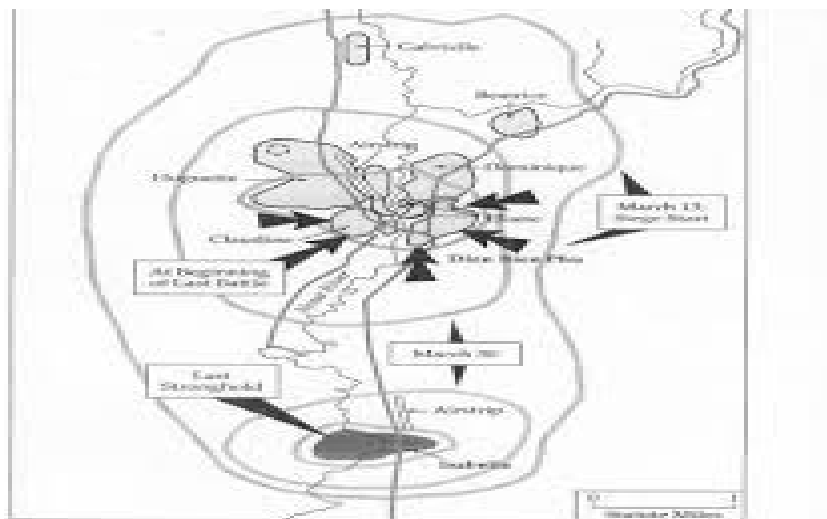
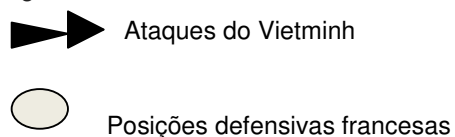


Fig.03 – O cerco vietnamita a Dien Bien Phu. Fonte: <http://www.spanishred.com>



2.3.2.3 Guerra de resistência contra os EUA (Guerra do Vietnã)

Finda a Guerra da Indochina, a influência francesa na região é substituída pela dos EUA, um dos vencedores da Segunda Guerra Mundial e que passa a disputar poder com a URSS. A intenção norte-americana é conter a expansão comunista no Oriente e, para isso, patrocina um governo capitalista no Vietnã do Sul, liderado pelo católico Ngo Dinh Diem, que passa a receber assistência financeira e treinamento militar para seu exército, e estabelece uma ditadura familiar marcada pela corrupção política.

A partir de 1957, um novo conflito começa a se delinear: o Vietminh promove uma intensa campanha de terror contra os oficiais do Vietnã do Sul, cria um centro de comando no delta do rio Mekong e exige a reunificação do país. Em 1960, Ho Chi Minh funda a Frente Nacional de Libertação (FNL), mais conhecida como Vietcong, a guerrilha de resistência sul-vietnamita.

Os EUA, inicialmente, evitam o envolvimento direto no Vietnã, limitando-se ao fornecimento de armas, assessores militares e treinamento ao exército sul-vietnamita. Aos poucos, o apoio foi aumentando, com o envio de helicópteros

tripulados e tropas de forças especiais, que passaram a executar várias ações de contra-insurgência.

Em 1963, o presidente Ngo Dinh Diem é deposto por um golpe militar e executado, ao mesmo tempo em que uma junta militar assume o poder no Vietnã do Sul. O país entra em crise e o Vietcong controla cerca de 75% do território sul-vietnamita, fazendo com que os EUA passem à ação direta.

Em 1964, surge o pretexto para a invasão: o destróier norte-americano USS Maddox, que operava no Golfo de Tonquim, é alvejado por barcos de patrulha norte-vietnamitas, o que leva o presidente Lyndon Johnson a ordenar um ataque aéreo, resultando na derrubada de dois caças dos EUA. Perante a comoção da opinião pública norte-americana, o Congresso aprova a Resolução do Golfo de Tonquim, abrindo caminho para o desencadeamento da guerra.

Os EUA iniciam os combates com o apoio de tropas sul-coreanas, filipinas, australianas e neozelandesas, já que as potências capitalistas ocidentais apoiaram apenas diplomaticamente. O objetivo norte-americano era travar uma guerra clássica, geograficamente limitada, rápida e intensa, amparada por seu imenso poderio bélico e tecnológico, que lhe proporcionava ampla mobilidade. A invasão do território norte-vietnamita estava descartada, a fim de evitar o envolvimento da China, bem como o emprego de armas nucleares, devido ao temor de uma retaliação soviética. Ressalta-se, porém, a falta de habilidade norte-americana em relação à contra-insurgência, a qual foi delegada ao exército sul-vietnamita.

Por outro lado, os norte-vietnamitas estabeleceram uma resistência baseada na guerra popular, onde todos eram combatentes, amparados na defesa da causa de nação invadida, a fim de obter legitimidade perante a opinião pública internacional. No nível tático, concentravam seus ataques com pequenos efetivos na retaguarda inimiga, fazendo com que a frente de combate fosse indefinida. O grande objetivo era o desgaste psicológico das tropas estadunidenses, aproveitando-se do terreno e clima hostis, e levando ao adversário a certeza de que o combate seria prolongado.

Em fevereiro de 1965, é desencadeada pelos EUA a operação *Rolling Thunder*, com bombardeios aéreos sobre fábricas e bases militares norte-vietnamitas e a lendária trilha Ho Chi Minh, por onde passava boa parte do fluxo logístico comunista. Ao mesmo tempo, foram realizados desembarques de fuzileiros navais (os *marines*) em Da Nang, escoltados por carros de combate e helicópteros.

No mês de novembro do mesmo ano, ocorre a batalha do Vale de la Drang, o primeiro grande embate entre forças regulares. Nesse combate, a ofensiva norte-vietnamita fracassou diante do poder militar dos EUA: a minuciosa coordenação de fogos entre artilharia, helicópteros, caças e bombardeiros B-52 desequilibrou o combate em favor dos estadunidenses. Cabe ressaltar que, apesar da derrota, os comunistas com suas emboscadas provocaram fortes baixas nos adversários, além de um grande número de deserções, particularmente no exército sul-vietnamita.

Entre fevereiro e maio de 1967, ocorre a maior ofensiva norte-americana da guerra, a operação *Junction City*, onde tropas estadunidenses e sul-vietnamitas atacam os vietcongues a oeste do delta do rio Mekong, provocando fortes baixas nas forças guerrilheiras e obrigando a transferência do quartel-general do Vietcong para o Camboja.

Porém, uma das características mais marcantes da guerrilha sul-vietnamita é suportar as baixas que lhe foram infligidas e retomar a atitude ofensiva. Essa característica ficou plenamente comprovada no episódio que ficou conhecido como a Ofensiva do Tet (Ano novo lunar): em 30 de janeiro de 1968, enquanto vigorava uma trégua em comemoração ao principal feriado vietnamita, vários ataques simultâneos foram desencadeados pelos vietcongues contra mais de cem cidades, entre elas 36 capitais de província e a própria capital do país, Saigon. Os ataques a alvos táticos e objetivos psicológicos, como a embaixada norte-americana e o palácio presidencial, foram televisionados para todo o mundo, causando forte impacto perante a opinião pública dos EUA e mundial. Simultaneamente, o exército norte-vietnamita realizou ataques às cidades de Hue e Ke Sanh, esta última guarnecida por fuzileiros navais, que enfrentaram um cerco de 11 semanas.

A reação estadunidense foi imediata, recuperando todos os territórios e infligindo mais de vinte mil baixas às forças vietcongues, levando-as praticamente ao colapso. Contudo, apesar da vitória tática dos EUA, a Ofensiva do Tet produziu um efeito moral e psicológico devastador para os invasores: as imagens do ataque vietcongue contrariavam definitivamente o discurso dos chefes militares norte-americanos de que a situação estava sob controle e a vitória seria breve.

Além desses acontecimentos, diversas ações brutais contra civis vietnamitas se tornam frequentes, como o tristemente célebre massacre de My Lai, onde soldados de infantaria invadiram um povoado à procura de guerrilheiros infiltrados e executaram cerca de 500 camponeses.

Em virtude de todos esses fatos, protestos recrudesceram nos EUA, exigindo a retirada das tropas. O comandante das forças norte-americanas, general Westmoreland, foi substituído pelo general Abrams e o presidente Lyndon Johnson desistiu de concorrer à reeleição.

Em 1969, com a eleição de Richard Nixon à presidência dos EUA, ocorre um processo de “vietnamização” do conflito, com a gradual retirada de tropas, ao mesmo tempo em que o exército sul-vietnamita assumia as ações militares, contando com o apoio aéreo norte-americano.

No dia 30 de março de 1972, Giap ataca o Vietnã do Sul em quatro frentes, no episódio que ficou conhecido como Ofensiva da Páscoa; porém, a ação foi detida pelos bombardeios aéreos norte-americanos, tanto no território do Vietnã do Sul quanto no do Norte.

Os Acordos de Paris, assinados em 27 de janeiro de 1973, determinaram o cessar-fogo imediato (que não foi acatado), a retirada das tropas norte-americanas em 60 dias, o reconhecimento de dois governos no Vietnã do Sul (o de Saigon e o Governo Revolucionário Provisório) e a realização de eleições gerais.

Após a retirada dos EUA, a situação se tornou amplamente favorável ao Vietnã do Norte que, com o apoio da China e da URSS, realizou uma grande ofensiva em 1975, provocando o colapso das forças sul-vietnamitas e invadindo Saigon, o que ocasionou a desesperada fuga de civis e remanescentes militares norte-americanos, além de vietnamitas partidários dos EUA.

Em 1976, é oficializada a reunificação do Vietnã e a capital, Saigon, é rebatizada com o nome de Ho Chi Minh, o líder da resistência vietnamita contra diversas invasões estrangeiras, morto em 1969, antes do término do conflito.

2.3.3 Revolução Argelina

2.3.3.1 Antecedentes

A Argélia, país localizado no norte da África, possui a maior parte do seu território abrangido pelo deserto do Saara, destacando-se, ao norte, a cadeia montanhosa do Atlas. A maioria de sua população é formada por árabes e berberes. A colonização francesa na região iniciou-se na primeira metade do século XIX, com

a ocupação pelos colonos, também conhecidos como *pieds-noirs* (pés negros) ou *colons*, das terras expropriadas aos nativos argelinos.

Surge, então, a primeira tentativa de resistência à ocupação francesa no interior do país, liderada pelo emir Abdel Kader, que, à frente de uma federação de tribos, conseguiu manter a independência da região oeste da Argélia por sete anos, sendo derrotado pelas tropas francesas em 1847. O movimento, apesar de não apresentar, ainda, um caráter nacionalista, serviu como inspiração para muitos outros que se sucederam.

No ano de 1865, foi oficializada a anexação do território argelino à França. Segue-se, então, um intenso movimento migratório de franceses para a Argélia, o que trouxe um desenvolvimento econômico e social para a colônia, devido aos investimentos metropolitanos. A crescente presença de franceses na região fez nascer uma elite local de ascendência francesa, que passou a gozar de privilégios políticos e sociais. Um decreto francês estabelecia que os argelinos que renegassem o código religioso islâmico (*sharia*) obteriam a cidadania francesa. A situação agravou-se com o advento do Código dos Indígenas, de 1880, que punia com severidade os nativos que desrespeitassem as leis coloniais; essa medida era uma forma de controlar e submeter a população local.

Tal situação gerou um quadro de forte desigualdade social: no campo, as principais propriedades, voltadas à exportação, pertenciam aos *colons*, enquanto os nativos praticavam a agricultura de subsistência ou migravam para as cidades, onde eram marginalizados. Nos centros urbanos, os *colons* ocupavam posição de destaque, enquanto os argelinos exerciam as atividades artesanais ou profissões de menor remuneração, sem perspectiva alguma de ascensão social. A produção industrial era toda voltada ao abastecimento da França, em detrimento da economia local. A participação política dos nativos era praticamente nula: nos conselhos municipais, a maioria era francesa; os nativos pagavam impostos mais altos que os *colons*, que dominavam também o sistema judiciário local.

Em virtude dessa exploração, começou a surgir um arraigado sentimento nacionalista entre os argelinos, aliado à repulsa ao colonizador francês. Em 1926, estudantes do Magreb (região noroeste da África, que engloba Marrocos, Saara Ocidental, Argélia e Tunísia) fundam em Paris a Estrela Norte-Africana (ENA), primeiro movimento de cunho nacionalista, cujo líder era o socialista argelino Messali Hadj. Após a dissolução da ENA pela repressão francesa, Hadj cria em

1937 o Partido do Povo Argelino (PPA), que propõe a emancipação da Argélia pela via política e se torna o partido mais importante do país. Porém, após uma grande manifestação política em Argel em 1939, o PPA é fechado pelas autoridades coloniais francesas.

É importante, também, a influência do islamismo, como ressalta Yazbek:

O islamismo de vertente sunita, religião professada pela quase totalidade da população argelina, desempenharia um papel tão importante quanto o dos partidos políticos para a conservação e o avanço da consciência nacionalista. A evocação tradicionalista do passado islâmico, seus princípios morais e seus conceitos políticos eram um forte apelo a essa consciência. (2010, p. 31).

Em virtude dessas premissas, é fundada ao final da década de 1920 a Federação dos Muçulmanos eleitos, sob a liderança de Ferhat Abbas, que se tornaria um nome fundamental no processo de emancipação da Argélia. Essa organização reivindicava maiores direitos aos muçulmanos dentro do sistema francês, e propunha a adoção de uma república argelina associada à França.

No início da década de 1930 é fundado o Partido Comunista Argelino (PCA), fortemente associado ao Partido Comunista Francês, que, embora de menor importância que o PPA, conta com o apoio da intelectualidade francesa, a qual passa a fazer intensa propaganda pró-emancipacionista. Contudo, o partido é posto na ilegalidade em 1937.

Durante a Segunda Guerra Mundial, apesar da ocupação do território francês pelas forças nazistas, os argelinos lutam ao lado dos aliados, particularmente no teatro de operações italiano. Em 1943, o líder da França Livre (governo francês no exílio), general Charles de Gaulle, constitui o Comitê Francês para a Libertação Nacional (CFLN) em Argel, visando a constituir um governo provisório francês, após a libertação do território. De Gaulle assina, ainda, uma lei permitindo aos muçulmanos argelinos o acesso a todos os postos de trabalho civis e militares, e ampliando a representação nativa nas assembleias locais, o que causou forte descontentamento aos *colons*.

Após a Segunda Guerra, os argelinos esperavam ser recompensados com maiores direitos políticos por sua participação no conflito, o que não ocorreu. Essa situação levou a uma manifestação pela emancipação da Argélia, durante as comemorações pela libertação francesa, em 8 de maio de 1945, nas cidades de Sétif e Guelma. O movimento foi duramente reprimido pelo exército francês, que abriu fogo, matando vários manifestantes. Os argelinos revidaram, provocando

fortes distúrbios em várias cidades, com execuções, mutilações e estupros contra *colons*.

A partir desses acontecimentos, os partidos mais moderados adotaram as causas da libertação argelina e da expulsão dos franceses da região, preparando a estrutura política e militar para o desenvolvimento da luta armada.

A fim de amenizar a situação, o governo francês estabeleceu, em 1947, o Estatuto da Argélia, que estabelecia um governo local “autônomo”, com representação parlamentar na metrópole, que continuaria a tomar as decisões. O documento desagradou tanto aos *colons*, que não admitiam concessões aos argelinos, quanto aos nativos, que a essa altura já reivindicavam a emancipação total.

Em 1954, as principais forças de oposição ao domínio colonial francês se uniram na criação da Frente de Libertação Nacional (FLN), cujo braço armado era o Exército de Libertação Nacional (ELN). A fundação se deu no Egito, com o apoio do líder da Liga Árabe e presidente do Egito Gamal Abder Nasser e representou o início das ações efetivas para a guerra de resistência argelina.

2.3.3.2 Guerra de resistência contra a França (Revolução Argelina)

Inicialmente, o movimento de resistência argelino se limitou às áreas rurais, porém, a partir de 1956, estendeu-se às cidades. O ELN era constituído por três tipos de combatentes: os *mudjahidin*, que realizavam as ações convencionais (regulares) e atuavam uniformizados; os *mussebilin*, que eram encarregados das ações de terrorismo e sabotagem, visando a prejudicar as comunicações e a logística inimigas, além de realizar missões de apoio logístico e de inteligência; e os temidos *fedayin*, responsáveis pelos atentados terroristas em áreas urbanas.

Para organizar suas ações, a FLN dividiu o país em seis áreas, denominadas *wilayas*, cada uma delas com uma força de guerrilha de cerca de 150 homens, chamada *katiba*. Essa organização tornou-se, após a expulsão dos franceses, o embrião da administração política argelina que substituiu a colonial.

A principal vantagem da guerrilha argelina era sua simbiótica ligação com a população nativa, o que tornou o ELN um verdadeiro exército popular, nos moldes do vitorioso ELP chinês. Além do grande conhecimento do terreno, os guerrilheiros eram impregnados de forte nacionalismo, o que lhes aumentava a motivação para o

combate, acrescido da fé islâmica, que lhes dava inigualável espírito de sacrifício pela causa.

Por outro lado, a repressão francesa foi intensa e brutal: tropas de elite, como os paraquedistas liderados pelo general Jacques Massu, realizavam massacres e torturas sistemáticas, o que só aumentava a agressividade dos guerrilheiros, além de dar-lhes legitimidade perante a opinião pública internacional. Ressalta-se que a França não tinha interesse em perder mais uma de suas colônias, já que recentemente havia ocorrido a emancipação da Tunísia e do Marrocos, além da fragorosa derrota na Indochina.

Várias ações da FLN marcaram o início das ações de resistência. A primeira delas foi o ataque à base militar francesa na região montanhosa de Aurés em outubro de 1954. A essa ação seguiu-se uma brutal reação do exército francês, provocando vários embates com as forças de guerrilha e a ocorrência de atentados no país.

Em 1955, a FLN participa da Conferência de Bandung, organizada por países do Terceiro Mundo, com o objetivo de unir forças entre os países asiáticos e africanos em prol da soberania nacional e da autodeterminação de seus povos, combatendo, destarte, o processo de exploração colonial. Essa participação serviu não só para divulgar a causa argelina em âmbito global, mas também para angariar o apoio internacional, fundamental para o sucesso da guerra de resistência.

Sem dúvida, o episódio mais marcante da Revolução Argelina ocorreu entre janeiro e setembro de 1957, e ficou celebrenemente conhecido como Batalha de Argel: após uma escalada de atentados terroristas na capital argelina, o general Massu, comandante da 10ª Divisão Colonial de Paraquedistas, recebeu plenos poderes para normalizar a situação. Seguiu-se, então, um intenso confronto urbano, particularmente no bairro árabe de Casbah, base de apoio dos insurgentes. Nesse combate, o exército francês notabilizou-se pela extrema truculência, realizando torturas, espancamentos, prisões arbitrárias, execuções sumárias, entre outras ações. Com isso, a rede terrorista da FLN foi liquidada, sendo muitos de seus principais líderes presos ou mortos. Porém, a aparente vitória na Batalha de Argel mostrou-se contraproducente: a FLN ampliou suas ações de guerrilha na zona rural e nas montanhas; devido à forte repressão francesa contra civis, aumentou o número de adesões ao recrutamento guerrilheiro. No campo internacional, cada vez mais a perda de legitimidade da França acarretava o seu isolamento moral.

Em 1958, o general de Gaulle é eleito presidente da França e se mostra disposto a negociar um acordo com a FLN, propondo a devolução de terras confiscadas aos nativos, melhores condições sociais e maior autonomia legislativa e administrativa. Contudo, a FLN é irredutível quanto ao objetivo da emancipação total, amparada pelo apoio dos países do bloco socialista e por muitos do Terceiro Mundo.

A inclinação do presidente de Gaulle pela negociação e concessão aos argelinos provocou o descontentamento dos *colons* e de vários chefes militares franceses, temerosos por mais uma perda colonial. Contrariando a política do presidente francês, continuavam os bombardeios a povoados que pudessem abrigar guerrilheiros, além da realização do chamado “reagrupamento”: moradores das zonas rurais e montanhosas eram realocados para áreas cercadas, a fim de evitar que tivessem contato com guerrilheiros, aumentando o controle da população.

A fim de impor sua autoridade sobre os militares e o governo colonial, de Gaulle destituiu o general Massu de seu cargo, o que provoca a “Semana das Barricadas”, em janeiro de 1960, uma série de protestos nas ruas de Argel por parte dos *colons*.

Em 1961, de Gaulle, amparado por um referendo que confirmou a inclinação do eleitorado francês pela emancipação argelina, abre negociações com a FLN, visando à retirada definitiva. No mesmo ano, ocorre uma tentativa de golpe militar contra o presidente francês a partir de Argel, com o apoio de forças paramilitares e paraquedistas, que fracassa, devido à não adesão da maior parte das Forças Armadas francesas.

Os golpistas fundam, então, de forma clandestina, a Organização do Exército Secreto (OES), visando a prejudicar as negociações entre o governo francês e a FLN. Realizam uma série de atentados não só na Argélia, como também em Paris, como as duas tentativas de assassinar o presidente Charles de Gaulle.

Todavia, as negociações são levadas a efeito, mesmo com a manutenção da violência entre *colons* e guerrilheiros: em março de 1962, são firmados os Acordos de Evian, instaurando o imediato cessar-fogo, institucionalizando a emancipação da Argélia e concretizando a vitória final da guerra de resistência empreendida pela FLN.

2.3.4 Conclusão parcial

Como pôde ser verificado na presente seção, os três casos históricos estudados, apesar de demonstrarem formas distintas de empreender a guerra irregular, possuem pontos de contato bastante nítidos.

O primeiro deles é a exploração da motivação de um povo para a resistência. No caso da Guerra de Resistência Sino-Japonesa, essa motivação estava ligada à doutrinação ideológica comunista junto à população camponesa, que foi percebida por Mao Tsé-tung como a principal força de combate chinesa desde os primórdios de sua história. No Vietnã, o ideário comunista serviu como pano de fundo ao anseio de unificação do país, historicamente dominado por diversas potências. Já no caso da Argélia, a motivação teve como esteio o nacionalismo de seu povo, o que foi plenamente explorado pelas forças de resistência como uma forma de antagonizar a cultura francesa; alia-se a isso o fator religioso (islamismo), que dava uma identidade comum aos argelinos, além de ser uma fonte de inspiração ideológica.

Outro fator comum é a bem elaborada exploração por parte das forças de guerrilha da imagem de agressão associada às potências invasoras, fazendo com que toda a violência e retaliação empregadas se tornassem contraproducentes junto à opinião pública internacional, dando uma aura de heroísmo à “causa” dos resistentes.

Finalmente, pode-se verificar nos três casos a importância do apoio externo, não só quanto ao fornecimento de armas e equipamentos ou ajuda econômica em si, mas principalmente com relação às pressões diplomáticas, o que agravou a difícil situação política de se justificar uma invasão de uma potência superior contra um país soberano.

Os casos históricos aqui apresentados, exemplos de vitória de movimentos nacionais de resistência contra invasores indiscutivelmente mais poderosos nos campos militar e econômico, serviram como inspiração doutrinária para a elaboração da Estratégia da Resistência brasileira, adotada a partir da década de 1990, como hipótese de emprego para a defesa da Amazônia.

2.4 A ESTRATÉGIA DA RESISTÊNCIA BRASILEIRA

Em face do assédio das grandes potências em relação à questão amazônica, o Brasil procurou, ainda durante o regime militar, estabelecer medidas que assegurassem a soberania brasileira sobre a região, procurando congregiar forças junto aos demais países amazônicos. Uma destas medidas foi a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em Brasília no ano de 1978 por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, com a finalidade de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região, em consonância com a preservação do meio ambiente. O TCA passou a funcionar como um instrumento de afirmação da soberania dos Estados amazônicos sobre a região. Essa ideia se torna clara ao analisar o Artigo IV do referido tratado:

Artigo IV – As Partes Contratantes proclamam que o uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais em seus respectivos territórios é direito inerente à **soberania** do Estado e seu exercício não terá outras restrições senão as que resultem do Direito Internacional. (MATTOS, 1980, p. 204, grifo nosso).

Dessa forma, o TCA serviu para os países amazônicos como uma afirmação de sua soberania perante as intenções de alguns países desenvolvidos de relativizá-la. Associado a isso, o crescimento econômico da região, com a conseqüente elevação do nível de qualidade de vida de sua população, favoreceria o combate à influência estrangeira.

Porém, a alternativa militar nunca foi descartada, ao se levar em conta os interesses nacionais na Amazônia. Ao mesmo tempo em que as ações diplomáticas eram levadas a cabo, a fim de desestimular quaisquer pretensões de ingerência externa, apoiadas no discurso da preservação ambiental, as Forças Armadas intensificavam as medidas para proteger a região, não só com a transferência de unidades de combate e aporte de recursos, mas com a elaboração de doutrinas de emprego.

Ressalta-se, ainda, o arraigado sentimento de nacionalismo e orgulho de pertencer à região amazônica por parte dos habitantes locais, bem mais intenso quando se compara aos moradores dos grandes centros urbanos do Brasil (MENEZES, 1997). A presença das Forças Armadas, particularmente do Exército, nos locais mais longínquos e inacessíveis da Amazônia é um dos únicos resquícios

da existência do Estado na região. Tal situação reforça o quadro de plena identificação do Exército Brasileiro com a população amazônica.

A importância da defesa da região da Amazônia, bem como a preocupação do Estado brasileiro com a percepção internacional sobre a mesma é evidente no texto da Política Nacional de Defesa (2012):

A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias. (BRASIL, p. 5).

A Estratégia Nacional de Defesa levanta como hipótese de emprego a guerra de resistência para a defesa do território amazônico:

Os imperativos de flexibilidade e de elasticidade culminam no preparo para uma guerra assimétrica, sobretudo na região amazônica, a ser sustentada contra inimigo de poder militar muito superior, por ação de um país ou de uma coligação de países que insista em contestar, a pretexto de supostos interesses da Humanidade, a incondicional soberania brasileira sobre a sua Amazônia. [...] A guerra assimétrica, no quadro de uma guerra de resistência nacional, representa uma efetiva possibilidade da doutrina aqui especificada. (BRASIL, 2012, p. 27).

Fruto de todo esse contexto, a partir da década de 1990, o Exército Brasileiro desenvolveu a Estratégia da Resistência, que passou configurar em manuais de campanha, como o C124-1 – Estratégia, que classifica a Resistência como uma das possíveis estratégias de defesa nacional.

A base teórica da Resistência inspirou-se na teoria da manobra da lassidão, do estrategista militar francês André Beaufre, que pregava que a assimetria de poder militar de um inimigo deve ser combatida com a superioridade das forças morais. As operações, desta forma, devem se desenvolver em dois planos: o material, onde as forças em desvantagem devem evitar o confronto direto, procurando fustigar o inimigo em uma guerra prolongada; e o moral, onde as pequenas vitórias das forças inferiores devem ser maximizadas por meio de propaganda interna e externa, de modo a convencer a opinião pública nacional e internacional (inclusive a do oponente), de que estas são as verdadeiras possuidoras da legitimidade.

Na situação da resistência, portanto, o Exército combateria utilizando os princípios da guerra irregular, ou seja, valendo-se de técnicas e táticas semelhantes às guerrilhas, com características não convencionais, tanto por tropas constituídas, como por elementos civis recrutados junto à população.

A Estratégia da Resistência estabelece seus objetivos de forma bastante distinta do combate convencional, priorizando: obter o impacto psicológico negativo sobre o inimigo; negar o controle total sobre as áreas urbanas e rurais (ou de selva); diminuir sua liberdade de ação; estabelecer acirrada guerra de informação, expondo perante a mídia internacional seus reveses e abusos contra a população civil, angariando, assim, o apoio da opinião pública internacional, particularmente do país invasor e seus aliados.

Trata-se de estabelecer uma guerra de longo prazo, de forma a desgastar ao máximo o invasor, abatendo-lhe o moral, ao combater em um terreno hostil e desconhecido. Ressalta-se, ainda, a necessidade de desacreditar o oponente perante a comunidade internacional, retirando-lhe a motivação política de empreender uma guerra em solo estrangeiro.

Contudo, uma relevante questão se faz presente: como um exército que atua de forma regular desde o início de sua existência pode combater segundo os princípios da guerra irregular? Alguns indícios de resposta foram propostos por John A. Van Messel em seu artigo “*Unrestricted Warfare: a Chinese doctrine for future warfare*”, em que o autor realiza a análise das ideias contidas na obra “*Unrestricted Warfare*” dos chineses Qiao Liang e Wang Xiangsui.

No citado trabalho, Van Messel avalia o inovador papel das “armas de novo conceito”, tais como os vírus de computador ou a quebra do mercado de ações provocada de maneira proposital, ou seja, instrumentos que transcendem a esfera militar. Nesse novo contexto, crescem de importância os atores não-estatais, que, por vezes, representam uma ameaça maior aos Estados do que exércitos formalmente constituídos.

A conclusão de Alvin e Heidi Toffler retrata o novo e difuso ambiente dominado pela guerra irregular:

Se as ferramentas de guerra não são mais os tanques e a artilharia, mas vírus de computador e micro-robôs, então não podemos mais dizer que as nações são os únicos grupos armados, nem que soldados são os únicos detentores das ferramentas de guerra. (TOFFLER A.; TOFFLER H. apud VAN MESSEL, 2005, p. 4).

Nesse ambiente, além do surgimento de novos atores, destaca-se o caráter onidirecional dos combates e a crescente importância da mídia, que transmite as ações da tropa para todo o mundo em tempo real, influenciando a opinião pública, que passa a ser um fator decisivo na definição da legitimidade das forças em

combate. O autor ressalta, ainda, a falta de preparo dos Estados, particularmente os EUA, para lidarem com essas novas ameaças.

Uma das armas mais poderosas atualmente utilizadas é a guerra cibernética, que consiste na confrontação com meios eletrônicos e informáticos no ciberespaço ou espaço virtual, podendo ocorrer sob a forma de ataques, represálias ou intrusão ilícita em um computador ou rede. Tais procedimentos foram amplamente empregados em 2008, na guerra entre a Geórgia e os separatistas da Ossétia do Sul, apoiados pela Rússia. Na ocasião, vários sítios do governo e de empresas privadas da Geórgia foram alvos de ciberataques.

Essa imensa gama de novas ferramentas de guerra reproduz um dos conceitos fundamentais de Clausewitz, o da guerra total, em que todos os instrumentos de combate são válidos para a consecução dos objetivos políticos.

Uma nação que se propõe a adotar a Estratégia da Resistência como forma de combater adversários assimetricamente mais poderosos, não pode ficar indiferente a essas novas ferramentas de combate. Tais procedimentos podem ser decisivos como maximizadores do poder de combate, tendo em vista o efeito devastador que podem causar a um inimigo poderoso, em relação ao baixo custo e relativamente simples execução.

Porém, há ainda muitas lacunas a serem preenchidas com relação ao entendimento e à condução de uma guerra de resistência, particularmente nos campos político, estratégico e cultural. Faz-se necessário, portanto, a busca do conhecimento por meio da análise de casos históricos de sucesso na condução da guerra irregular.

3 A DOCTRINA DA GUERRA IRREGULAR NOS CASOS HISTÓRICOS

3.1 DOCTRINA MAOÍSTA NA GUERRA SINO-JAPONESA

A concepção maoísta de guerra irregular foi, indubitavelmente, a razão do sucesso na bem-sucedida resistência chinesa contra o invasor japonês entre os anos de 1937 e 1945. Mao Tsé-tung desenvolveu uma doutrina que não se limitava aos aspectos exclusivamente estratégico-militares, mas que vislumbrava a guerra como um evento essencialmente político, incorporando as ideias clausewitzianas. Merece destaque, ainda, o campo cultural, onde o entendimento das realidades chinesa e japonesa foi essencial na condução do conflito.

3.1.1 Campo político

O princípio fundamental da doutrina de resistência maoísta foi a ampla participação popular na guerra contra o invasor japonês. Ao estudar a História de seu país, Mao percebeu que a grande força de combate na China sempre foi a população camponesa e que o Japão se aproveitou da falta de organização das massas populares chinesas para invadir o país.

O principal esforço seria, portanto, em proporcionar a união entre as principais forças do país:

Os três grandes princípios para o trabalho político no exército são: primeiro, a unidade entre oficiais e soldados, segundo, a unidade entre o exército e o povo e, terceiro, a desintegração das forças inimigas. (TSÉ-TUNG, 2006, p. 111).

Era necessário estabelecer uma união indissociável entre exército e povo, de forma tal que todo cidadão comum se tornasse um combatente, exercendo funções as mais diversas, não só de combate, como de apoio ao combate; da mesma forma, a população deveria ver no exército o grande realizador de sua aspiração maior: a expulsão do invasor. Os princípios sob os quais Mao havia começado a trabalhar eram que o exército deveria se envolver profundamente com as tarefas políticas de criar organizações de massa, governos populares locais e as condições políticas para a transformação social; e, inversamente, as organizações de massa deveriam estar envolvidas em tarefas militares, como suprimento, inteligência, serviços médicos, segurança de retaguarda e inquietação das unidades

inimigas. As relações entre o exército e a população civil deveriam ser baseadas em rigorosos princípios de honestidade, cortesia e prestimosidade (GRAY, 2002). Mao defendia o apoio mútuo entre a população e o exército: enquanto as forças armadas deveriam proteger o governo e os cidadãos civis, zelando por suas vidas e patrimônio; em contrapartida, os governantes e o povo deveriam direcionar seus esforços no apoio ao exército e na proteção dos familiares dos soldados.

Para que tudo isso fosse possível, tornava-se necessário promover a união entre as principais forças políticas chinesas, o Partido Comunista, com grande influência sobre a massa trabalhadora (particularmente a camponesa) e o Kuomintang, que governava o país e comandava as forças armadas regulares. Surgia, então, a Frente Nacional Unida Antijaponesa, com o propósito de conduzir a propaganda, a agitação e a organização junto às massas do proletariado, do campesinato e da pequena burguesia.

Logo no início da campanha, Mao faz o diagnóstico da situação do país e estabelece o papel do Partido Comunista:

A falta de consciência nacional, de respeito próprio e autoconfiança nacional por parte das massas populares, o estado de desorganização da maioria do povo, a insuficiente força militar, a economia atrasada, o sistema político antidemocrático, a presença da degeneração e do pessimismo políticos, a falta de unidade e solidariedade dentro da frente unida, etc., se combinam para criar as circunstâncias adversas. Por conseguinte, os comunistas devem encarar de forma consciente a grande responsabilidade de unir toda a nação a fim de terminar com todos os fenômenos indesejáveis. Nesse sentido, o papel exemplar de vanguarda dos comunistas é de suma importância. (TSÉ-TUNG, 1959, p. 11, tradução nossa).

Mao caracterizava a China como um país “semicolonial e semifeudal”, com debilidades militares, econômicas e político-administrativas em relação ao Japão. Tendo em vista tal situação, propunha uma guerra prolongada, de forma a permitir, a um só tempo, o desgaste das forças japonesas (nessa altura já em vias de se envolverem na Segunda Guerra Mundial) e a melhor organização da China em todos os aspectos. Para isso, eram fundamentais duas ações: em primeiro lugar, a caracterização da resistência como uma guerra justa, em que um país expansionista e imperialista agride a soberania de outro, e “vender” essa imagem interna e externamente (inclusive para o povo japonês); em segundo lugar, o aproveitamento das capacidades chinesas, tais como a extensão de seu território, a abundância de seus recursos materiais, sua numerosa população e seu grande exército, condições essenciais à sustentação de uma guerra duradoura.

Surgiam, então, alguns problemas: Como converter as potencialidades chinesas em fatores reais para a vitória em combate? Como obter o apoio integral da população, em um país com sérios entraves sociais? Como promover o real comprometimento da classe política dirigente com a causa da resistência? Segundo Mao, para realizar uma política de resistência nacional total, era preciso que a política do Kuomintang mudasse completa e radicalmente, e que toda a nação, desde os dirigentes até a base, pusesse em prática um amplíssimo programa para resistir ao Japão, ou seja, um programa de salvação nacional.

Logo no início do conflito, Mao impôs a Chiang Kai-chek algumas condições para a participação do Exército Vermelho, que consistiam nas primeiras medidas políticas para o pretendido programa:

1. Reorganizar o Kuomintang e o Governo Nacional, expulsando a camarilha pró-japonesa e aceitando os elementos antijaponeses;
2. Pôr em liberdade os dirigentes patrióticos de Xangai e todos os demais prisioneiros políticos, e garantir as liberdades e os direitos do povo;
3. Terminar com a política de 'aniquilar os comunistas' e fazer uma aliança com o Exército Vermelho para resistir ao Japão;
4. Convocar uma conferência de salvação nacional de todos os partidos, grupos, círculos e exércitos para decidir sobre a direção a ser seguida na luta contra o Japão e para salvar a nação de sua extinção;
5. Estabelecer relações de colaboração com os países que simpatizam com a resistência da China contra o Japão;
6. Adotar outras medidas específicas para a salvação nacional. (TSÉ-TUNG, 1959, p. 213, tradução nossa).

Após a citada reorganização política, fazia-se necessária, segundo Mao (1959), a implantação de medidas políticas, militares, econômicas e educacionais para o estabelecimento da resistência armada. No campo político, realizar a mobilização geral do povo de todo o país; anular a proibição dos movimentos patrióticos, libertar os prisioneiros políticos, conceder reconhecimento legal às sociedades patrióticas existentes, ampliar a organização das sociedades patrióticas entre os trabalhadores, os camponeses, os homens de negócios e os intelectuais, armar o povo para a autodefesa e para operações em coordenação com o exército; realizar uma ampla reforma da estrutura política: admitir no governo representantes de todos os partidos, grupos e dirigentes populares para que administrem conjuntamente os assuntos de Estado e extirpem os elementos pró-japoneses e colaboracionistas ocultos no governo; instaurar uma política estrangeira antijaponesa; não negociar nenhuma vantagem nem facilidade aos japoneses, mas, ao contrário, confiscar suas propriedade e repudiar seus empréstimos; acordar uma

aliança política e militar com a União Soviética e ganhar a simpatia da Inglaterra, Estados Unidos e França para a resistência contra o Japão.

No setor militar, era fundamental mobilizar as forças permanentes de terra, mar e ar, de mais de dois milhões de homens, inclusive o exército do governo central, os exércitos provinciais e o Exército Vermelho; reformar o trabalho político no exército, a fim de conseguir a integração entre os oficiais e os soldados e entre o exército e o povo; deixar claro que a guerra de guerrilhas deve ser uma parte da operação estratégica, em coordenação com a guerra regular; extirpar os colaboracionistas do exército; e reabastecer, de maneira razoável, o equipamento e as provisões das forças armadas.

Com relação ao campo econômico, realizar a proclamação de um programa para o melhoramento das condições de vida do povo e sua imediata entrada em vigor; abolição dos impostos e contribuições exorbitantes; redução dos alugueis; restrição da usura; aumento do salário dos trabalhadores; melhoramento das condições de vida dos soldados e oficiais subalternos; melhoramento da situação dos trabalhadores; ajuda para as vítimas de calamidades naturais. Além disso, estabelecer uma política financeira e econômica antijaponesa: a política financeira deve basear-se no princípio de estimular aos que têm dinheiro para que doem e de confiscar a propriedade dos japoneses e colaboracionistas chineses; a política econômica tem que fundamentar-se no princípio de boicotar as mercadorias japonesas e estimular a venda dos produtos nacionais.

Finalmente, no campo educacional, promover a educação para a defesa nacional: os periódicos, livros, filmes, obras de teatro, literatura e arte devem servir aos interesses da defesa nacional. É necessário proibir a propaganda colaboracionista (TSÉ-TUNG, 1959).

A necessidade da união para derrotar o inimigo comum suplantava, inclusive, a inevitável luta de classes, um dos conceitos fundamentais do ideário socialista:

[...] os interesses da luta de classes não devem se chocar com os da guerra de resistência, mas estar subordinados a estes. [...] A política de ajuda mútua e de mútuas concessões que defendemos, não só é aplicável às relações entre os partidos e os grupos, mas também às relações de classe. [...] Por um lado não temos que deixar as massas trabalhadoras sem proteção ou garantia política e material, e por outro também temos que levar em conta os interesses dos ricos, a fim de cumprir com a exigência da unidade contra o inimigo. (TSÉ-TUNG, 1959, p. 14, tradução nossa).

Em suma, Mao afirmava que três condições eram necessárias para aniquilar e vencer as forças do imperialismo japonês: em primeiro lugar, a criação de uma frente unida antijaponesa na China; em segundo lugar, a criação de uma frente unida internacional antijaponesa; em terceiro lugar, a intensificação do movimento revolucionário do povo japonês e dos povos das colônias japonesas (TSÉ-TUNG, 1963).

Outro aspecto político de capital importância para o sucesso da resistência chinesa foi o apoio externo. Ressalta-se que, por ocasião do início da Segunda Guerra Mundial, o Japão enfrentava a oposição das potências aliadas (EUA, URSS, Inglaterra e França), devido à sua aproximação com seus antagonistas (Alemanha e Itália) e suas pretensões expansionistas no Pacífico. O próprio Kuomintang, inicialmente relutante em promover a resistência contra o Japão, teve que ceder às pressões de seus aliados externos, segundo o panorama traçado por Mao no início do conflito:

Na China existem três forças que empreendem tenazmente a guerra contra os ocupantes japoneses. A primeira delas é o Partido Comunista, força segura, que dirige o povo na luta contra os invasores. A segunda é o Kuomintang. Como depende da Inglaterra e dos Estados Unidos, não capitulará enquanto aqueles países não lhe ordenarem fazê-lo. A terceira força são os partidos restantes, que em sua maioria [...] apoiam a resistência. (TSÉ-TUNG, 1963, p. 33, tradução nossa).

Mao percebeu a importância de contar com aliados relevantes no cenário internacional que pudessem exercer pressão política e econômica sobre o Japão, ajudando a sustentar o discurso da guerra justa em oposição ao imperialismo japonês. Por outro lado, o apoio internacional minimizava o impacto econômico dos gastos chineses no conflito. Segundo Gray (2002), a União Soviética ofereceu imediata assistência em munições, treinamento, aviões e pilotos. Além disso, um crédito da potência comunista de U\$ 250 milhões foi acompanhado por créditos dos EUA, Grã-Bretanha e França de U\$ 263 milhões.

Ao analisar o campo político, é importante o entendimento da situação do império japonês à época da invasão da China: sendo um país relativamente pequeno, enfrentava a insuficiência de recursos naturais. Seu território, caracterizado por apresentar relevo bastante acidentado, não comportava o crescimento populacional. Visando a minorar essas deficiências e estimulado pela rivalidade com seus vizinhos, o Japão empreendeu a invasão do território chinês, sob o pretexto da proteção de seus nacionais. A declaração do governo imperial

japonês quando da invasão de Xangai revela a tentativa de legitimação do ato por meio do discurso:

É política imutável do governo japonês assegurar por todos os meios que estejam a seu alcance a tranquilidade no Extremo Oriente e contribuir para o progresso pacífico do mundo. Infelizmente, as discordâncias internas e as instáveis condições políticas predominantes na China nesses últimos anos, aliadas à crescente agitação anti-estrangeira, ocasionaram sérias inquietações a todas as potências, especialmente ao Japão que, por sua proximidade geográfica e com grandes interesses envolvidos, sofreu mais que qualquer outra. Enquanto o governo japonês, em seu desejo de amizade [...] concentrou todos os esforços em manter uma atitude conciliatória, a China, aproveitando-se de nossa moderação, recorreu a frequentes violações de nossos direitos e interesses, a vários atos de violência contra os japoneses residentes e a uma intensificação do maligno movimento antijaponês [...].(ZUMOTO, 1932, p. 124, tradução nossa).

Analisando os aspectos políticos da resistência chinesa, é possível notar que estes crescem de importância na guerra irregular, suplantando até mesmo os aspectos militares, o que foi plenamente observado por Mao, que aproveitou-se da politização das massas para superar o poderio bélico japonês. Porém, o campo estratégico não foi abandonado, como será visto a seguir.

3.1.2 Campo estratégico

O campo estratégico abrange a condução das ações militares de guerra irregular levadas a cabo na resistência chinesa ao Japão. Neste sentido, Mao estabeleceu a divisão do conflito em três etapas: a defensiva, a estabilização e a contraofensiva. A primeira e a segunda etapas caracterizaram-se pela prevalência da guerra de guerrilhas, enquanto que na contraofensiva a guerra regular era a forma principal de combate. Cabe ressaltar que, mesmo na etapa da contraofensiva, a guerra irregular continuou sendo empregada.

Na primeira fase, predominaram os combates irregulares, caracterizados por ataques de surpresa e rápida retirada, evitando o confronto decisivo. Tais ações exigiam decisões rápidas e proporcionaram às tropas irregulares a oportunidade de manter a iniciativa dos combates, o que provocava um estado de constante inquietação ao inimigo. Embora fossem buscadas as ações táticas ofensivas, a etapa foi considerada defensiva, pois nessa fase o exército chinês ainda não tinha condições de se contrapor aos japoneses em um confronto direto.

A etapa de estabilização, também conhecida como prolongamento estratégico, tinha por objetivo ganhar tempo para fortalecer a resistência e, por sua

vez, acelerar e esperar as mudanças na situação internacional e o colapso interno do inimigo, para passar à contraofensiva estratégica. Mao estabeleceu as condições para que o Exército Vermelho passasse à fase da contraofensiva:

1. O povo proporciona apoio ativo ao Exército Vermelho;
2. O terreno é favorável para as nossas operações;
3. As forças principais do Exército Vermelho estão completamente concentradas;
4. São descobertos os pontos fracos do inimigo;
5. O inimigo está esgotado física e moralmente; e
6. O inimigo é induzido a cometer erros." (TSÉ-TUNG, 1959, p. 181, tradução nossa).

Com relação às próprias forças irregulares, era necessário, ainda, que tivessem um aumento em seu número, mediante a mobilização da população e a fusão de pequenas unidades, além de uma maior qualificação, o que dependeria do fortalecimento dos combatentes no transcurso da guerra e do melhoramento de seu armamento.

A terceira fase, da contraofensiva, marcou o emprego da guerra de manobras, onde as forças chinesas combateram em igualdade de condições com o exército invasor, com objetivos de combate de maior monta, como cidades importantes, por exemplo. No entanto, essa fase não representou o abandono da guerra irregular, mas permitiu que, com o grande desenvolvimento da guerra de guerrilhas, se constituísse pouco a pouco uma força principal capaz de realizar uma guerra de manobras, em torno da qual continuaram existindo numerosas forças de guerrilhas.

Para conduzir de maneira vitoriosa a guerra de resistência em cada uma das etapas verificadas, Mao inicialmente estabeleceu os seis problemas estratégicos da guerra de guerrilhas antijaponesa: 1) empreender, de maneira flexível e planejada e de posse da iniciativa, batalhas de decisão rápida dentro de uma guerra prolongada; 2) cooperação com a guerra regular; 3) criação de bases de apoio; 4) defensiva estratégica e ofensiva estratégica; 5) transformação da guerra de guerrilhas em guerra de manobras; 6) relações corretas entre os comandos (TSÉ-TUNG, 1961).

Dentro da doutrina maoísta de guerra irregular, as batalhas de decisão rápida ensejam o desenvolvimento da iniciativa em todos os escalões. A força militar que perde a iniciativa corre o risco de ser exterminada ou derrotada, pois permanece em uma posição passiva e privada de sua liberdade de ação. As operações irregulares caracterizam-se pela dispersão de suas ações, não se permitindo que

exista em suas direções o alto grau de centralização como na direção da guerra regular. É fundamental, portanto, o pleno entendimento dos objetivos de combate e da intenção dos comandantes em todos os níveis; nesse caso, pode-se dizer que nas ações irregulares o comando é centralizado do ponto de vista estratégico e descentralizado nas campanhas e batalhas (nível tático).

Outro fator de fundamental importância na condução da resistência chinesa é a interação entre as formas de combate regular e irregular: Mao destaca que a guerra de guerrilhas como um todo deverá estar coordenada, estrategicamente, com a guerra regular quando, operando na retaguarda inimiga, debilita e contém o inimigo, dificulta suas linhas de abastecimento e eleva o moral das forças regulares e da população de todo o país. Além das tropas regulares, o líder chinês ressalta a importância do aproveitamento da força de combate do campesinato:

Além de empregar tropas bem adestradas para realizar a guerra de manobras, é preciso organizar numerosos destacamentos guerrilheiros camponeses. [...] O campesinato chinês possui enorme potencial de combate. É preciso somente organizar essas forças e conduzi-las adequadamente, e, então, sem dar sossego às tropas japonesas durante as vinte e quatro horas do dia, elas fustigarão os invasores e os conduzirão ao esgotamento completo. (TSÉ-TUNG, 1963, p. 13-14, tradução nossa).

A população urbana também contribuía para os combates irregulares, atuando na retaguarda e nas zonas ocupadas pelos japoneses, sempre em ações coordenadas com as forças regulares. Igualmente importante foi o emprego das chamadas forças regionais, como as milícias e os corpos de autodefesa civis, com a tarefa específica de defender suas próprias regiões. Dependendo da situação do inimigo e das condições do terreno, a atuação das forças de guerrilha se tornava mais adequada do que as forças regulares.

Outro fator fundamental para o sucesso da estratégia maoísta foi o estabelecimento das bases de apoio: com a ocupação das grandes cidades chinesas pelas forças invasoras, e diante da necessidade de prolongar a guerra de forma a se fortalecer para a fase da contraofensiva, era de capital importância a conversão de aldeias atrasadas em avançadas e sólidas zonas de base, em grandes bastiões militares, políticos, econômicos e culturais, a fim de poder combater contra os japoneses, que utilizavam as cidades para atacar os distritos rurais. Para estabelecer essas bases, eram necessárias a existência de uma força armada antijaponesa, a coordenação das forças armadas com a população e a organização dos civis em corpos de autodefesa e unidades guerrilheiras.

Dentro da concepção de guerra irregular empregada na China, particularmente na etapa defensiva, um princípio fundamental é evitar o combate decisivo. Dada a inferioridade de poder de combate em relação às forças invasoras, é imperioso evitar batalhas de desgaste, de forma a preservar recursos humanos e materiais para as etapas posteriores, face o prolongamento do combate que se pretende, mesmo que isso implique em perda momentânea de território. Em linguagem bastante simples e esclarecedora, Mao definiu esse princípio:

Lutar quando podemos vencer e fugir quando não podemos: essa é a interpretação popular da nossa atual guerra móvel. Nenhum especialista militar de parte alguma do mundo aprovaria somente a luta e desaprovava a retirada, mesmo que poucos povos a executem como nós. No nosso caso, geralmente se emprega mais tempo em marchas que em combates, e para nós um grande combate por mês seria uma boa média. Todas as nossas retiradas visam a combater, e todas as nossas diretrizes estratégicas e operativas se formulam com o objetivo de combater. (TSÉ-TUNG, 1959, p. 204, tradução nossa).

No quadro estratégico que se formou na China, com uma força invasora de grande poder militar, com um exército adestrado, bem armado e equipado, tornou-se fundamental o emprego da guerra de movimento por parte das forças irregulares chinesas. Utilizando suas forças principais em frentes muito amplas e instáveis, e a fim de conseguir a vitória em tais condições, o exército chinês avançava e recuava, concentrando-se e dispersando-se rapidamente, no chamado “ataque em ondas”. As manobras de movimento eram essenciais quando não se podia contar com reabastecimento e com a atuação de apenas um destacamento combatendo por zona, buscando atacar principalmente os flancos e a retaguarda do inimigo, e atingindo suas bases e linhas de abastecimento.

Tendo em vista todas as características anteriormente elencadas, como iniciativa das ações, emprego de frações descentralizadas, predomínio da guerra de movimento, entre outras, as operações irregulares carecem de um meticuloso planejamento de suas ações. A informação da situação, a definição das tarefas, a disposição das forças, o adestramento militar e a educação política, o provisionamento de víveres, a organização do equipamento, o apoio da população, todas essas são questões que devem ser consideradas cuidadosamente e postas em prática efetivamente pelos condutores de guerrilhas, controlando seus resultados.

Consubstanciando todos esses princípios, Mao estabeleceu os dezoito pontos da guerra de guerrilhas, definidos a seguir: (1) redução das zonas ocupadas

pelo inimigo; (2) expansão das bases de nossas forças; (3) na etapa defensiva, imobilização do inimigo graças à luta em coordenação com as operações da frente principal; (4) na etapa de estabilização, se facilita a recuperação das tropas da frente principal, pois são mantidas as bases na retaguarda inimiga; (5) na etapa da contraofensiva, são realizadas ações coordenadas com a frente principal para recuperar o território perdido; (6) ampliação de nossas forças do modo mais rápido e eficaz; (7) ampliação máxima do Partido Comunista, de maneira que se possa organizar uma célula do partido em cada aldeia; (8) difusão máxima dos movimentos de massas, de modo que se possa organizar todos os habitantes que se encontram atrás das linhas inimigas, exceto em seus pontos fortificados; (9) criação de órgãos do poder público democrático antijaponês em um território tão amplo quanto possível; (10) desenvolvimento de um amplo trabalho cultural e educacional antijaponês; (11) melhoramento das condições de vida do povo em áreas as mais extensas possíveis; (12) aceleração eficaz da destruição das tropas inimigas; (13) manutenção do espírito do povo e fortalecimento do moral das tropas do país, em áreas mais amplas possíveis e com efeito mais duradouro; (14) impulsão do progresso da maior quantidade de exércitos e partidos amigos que seja possível; (15) adaptarmo-nos à condição de que o inimigo é forte e nós fracos, a fim de reduzir ao mínimo nossas perdas e conquistar todas as vitórias possíveis; (16) adaptarmo-nos à situação de que nosso país é grande e o do inimigo é pequeno, com o fim de infligir-lhe as maiores perdas e reduzir ao mínimo suas vitórias; (17) adestrar grandes quantidades de quadros dirigentes, de forma mais rápida e eficiente; e (18) solucionar da maneira mais conveniente o problema dos suprimentos (TSÉ-TUNG, 1959).

Tais princípios seriam a base da estruturação política, estratégica e cultural da doutrina maoísta empregada na resistência contra o Japão. Serviram, também, como norteadoras do emprego do 8º Exército, a principal força irregular do exército chinês, juntamente com o 4º Exército. Essa tropa apresentava uma orientação estratégica específica, chamada por Mao de “princípios de trabalho”, que se resumiam em três:

Primeiro, o da unidade entre oficiais e soldados, ou seja, erradicar as práticas feudais no exército, abolir o costume de castigar e amedrontar os homens; estabelecer uma disciplina consciente e adotar uma rotina em que o bem-estar e os problemas sejam compartilhados por todos na mesma proporção. [...] Em segundo lugar, o princípio da unidade entre o exército e o povo, ou seja, pôr em vigor, no trato com as massas, uma disciplina que proíba o

exército de violar os direitos de propriedade do povo; realizar propaganda entre as massas, organizá-las e armá-las; aliviar a carga financeira que pesa sobre o povo e desferir golpes nos traidores e colaboracionistas que minam o exército e o povo. [...] Em terceiro lugar, o princípio de destruir as tropas inimigas e dar um trato benigno aos prisioneiros de guerra. (TSÉ-TUNG, 1959, p. 316, tradução nossa).

O desempenho estratégico das tropas chinesas irregulares e regulares, bem como da grande massa da população empenhada em combate foram fundamentais para o sucesso da condução da resistência chinesa e a consequente expulsão do invasor japonês. Porém, pode-se dizer que o “cimento” agregador de todos os segmentos da sociedade chinesa foi o fator cultural, principal fator de motivação política e estratégica.

3.1.3 Campo cultural

Talvez o grande mérito de Mao Tsé-tung como líder político-militar na condução da resistência foi a percepção dos principais elementos culturais da China, como também de seu inimigo, o Japão. Mao vislumbrou que a tradição imperialista milenar chinesa, aliada ao estudo dos cânones confucianos, produzia uma cultura “semifeudal”, com reflexos tanto na política quanto na economia chinesas, e que era necessário estabelecer uma nova cultura e uma nova ideologia (de caráter socialista), capitaneadas por atores sociais emergentes, como a pequena burguesia e o proletariado. A primeira grande tarefa do Partido Comunista era a introdução dessa nova cultura por meio da conscientização das massas e, embora esse trabalho inicialmente fizesse parte de um projeto político de poder, foi instrumentalizado para fomentar a motivação da população para a resistência, quando da invasão japonesa.

Com foco na massa trabalhadora rural e urbana, esse trabalho de conscientização tinha por primeiro objetivo sinalizar a essas massas a perspectiva vitoriosa da guerra de resistência, a fim de que pudessem aceitar a natureza temporária das derrotas e dificuldades, face ao poderio do exército japonês, inculcando-lhes a ideia de que a vitória final seria da China, afastando, portanto, qualquer perspectiva derrotista.

Vários eram os instrumentos de doutrinação empregados: desde a formação de quadros para a “conscientização” das massas, até as publicações,

como o jornal “O Trabalhador Chinês”, extremamente difundido junto à população, e que informava a respeito da situação da luta antijaponesa, recapitulando as experiências de combate e colaborando no adestramento dos quadros políticos. Os diários chineses (particularmente em Xangai), salpicados de notas de humor provocativo, enchem suas páginas de artigos destinados a levantar o espírito público.

O trabalho de motivação política era intenso e se iniciava pela caracterização da guerra de resistência como justa perante a população, ressaltando os malefícios decorrentes da invasão japonesa:

Em relação ao aspecto material, [o Japão] priva as pessoas simples de roupa e comida, condenando as grandes massas da população à fome e ao frio; se apodera dos instrumentos de produção, e, com isso, destrói e subjuga a indústria nacional chinesa. No aspecto espiritual, o inimigo efetua uma política de anulação da consciência nacional do povo chinês. Sob a bandeira do ‘sol nascente’, o chinês se torna tão somente um submisso vassalo, boi de carga, e não se lhe é permitido a menor manifestação do espírito nacional chinês. (TSÉ-TUNG, 1963, p. 32, tradução nossa).

A motivação estava centrada no apelo ao nacionalismo, ao espírito de sacrifício, à disciplina consciente em se combater segundo os interesses da pátria e da própria população trabalhadora. Segundo esse discurso, a libertação nacional significava também a libertação da classe proletária da opressão. Gray (2002) salienta, ainda, que essa doutrinação era um meio de infundir nos recrutas camponeses as virtudes da classe trabalhadora, com o simples propósito de incutir autoestima, autodisciplina e espírito de corpo em uma força que era recrutada entre um efetivo substancial de desertores, vagabundos e bandidos. A doutrinação também ajudava a resolver os dois maiores problemas de todas as forças de guerrilha, a deserção e a violência sectária.

Essa motivação para o combate foi sem dúvida a grande vantagem chinesa diante da incontestável superioridade bélica do Japão. Dessa forma, os fatores espaço, tempo e vontade foram aproveitados pelos chineses de maneira decisiva. Conforme ressalta Taber (1976), a longa luta de libertação nacional, como previra Mao, temperara o povo chinês. Os avanços sociais e políticos criaram a “vontade”, capaz de levar a grandes sacrifícios e resistências durante muito tempo. E, mais uma vez, em contraste com o Japão, a China era um grande país, com um vasto território, amplos recursos, grande população e elevado efetivo de soldados, capaz de sustentar uma longa guerra.

No intuito de colaborar com a propaganda pró resistência e com a formação das massas, foi desenvolvida uma política educacional voltada a estimular os valores culturais chineses e a renegar aqueles ligados ao Japão, promovendo, particularmente junto aos estudantes, um espírito de orgulho nacional. Tal política, na prática, fundamentava-se na ação dos chamados “trabalhadores culturais”, quadros do Partido Comunista que faziam a divulgação da cultura popular chinesa junto às massas populares.

Com relação à política educacional, Zumoto (1932) descreve a percepção dos japoneses em relação a seus efeitos:

Em todas as instituições de ensino, tanto de primeiro quanto de segundo grau, se usam livros que contêm expressões de hostilidade ou desprezo pelo Japão ou versos de idêntico significado que os alunos aprendem de cor. As instituições militares não desperdiçam nenhuma ocasião que se lhes apresente para difundir os mesmos sentimentos. (p. 10, tradução nossa).

Mao verificou, também, a necessidade do entendimento da cultura japonesa, de modo a orientar uma estratégia de atuação sobre a motivação de combate do inimigo. O líder chinês notou que a superioridade do exército japonês não resultava apenas de seu poder militar e tecnologia, mas da preparação de seus componentes: sua boa organização, sua autoconfiança, motivada pelo fato de que nas guerras anteriores não conheceu a derrota, sua fidelidade fanática ao imperador e às divindades, sua arrogante soberba, menosprezo aos chineses, etc. Todas essas características eram resultado de sua educação no espírito do samurai, executada pelo militarismo japonês durante muitos anos, e dos costumes nacionais do Japão. Vislumbrou, então, a necessidade de se efetuar um trabalho político de propaganda internacional e estímulo aos movimentos de massa entre o povo japonês. Além disso, era necessário um trabalho para conquistar os soldados japoneses, não humilhando seu amor próprio, mas compreendendo-o e canalizando-o para o caminho desejado. Tal objetivo seria alcançado mediante um tratamento magnânimo com os prisioneiros, explicando-lhes o caráter antipopular e agressivo da guerra que faziam os governantes do Japão. Por outro lado, era preciso demonstrar-lhes o espírito inquebrantável, a heroica e perseverante capacidade combativa do exército e do povo chinês, disposto a estabelecer uma prolongada guerra de resistência (TSÉ-TUNG, 1963).

Atuando de forma a desenvolver o comprometimento do povo chinês, por meio da motivação política para o combate prolongado de resistência, e

desestimulando o inimigo a suportar as agruras do combate em solo estrangeiro, Mao conseguiu, por meio de sua grande percepção da importância do campo cultural, reverter uma situação desvantajosa do ponto de vista do poder militar. A vitória na Guerra de Resistência Sino-Japonesa serviu de estímulo e inspiração para outros conflitos de semelhante configuração, como a Guerra do Vietnã.

3.2 DOCTRINA DE GIAP NAS GUERRAS DA INDOCHINA E DO VIETNÃ

A doutrina de resistência elaborada pelo general vietnamita Vo Nguyen Giap, comandante das forças vietnamitas, caracterizou-se pela forte influência recebida da doutrina maoísta. Apesar da inferioridade do Vietnã em relação à China, seja em recursos humanos e materiais, seja em dimensão territorial, o emprego da guerra irregular resultou vitorioso contra dois poderosos inimigos: a França e os EUA.

3.2.1 Campo político

Influenciado pela proximidade com a China e pelas lições aprendidas junto a Mao Tsé-tung, Giap era partidário das ideias de Karl von Clausewitz, e acreditava na estreita relação entre política e luta armada. Dessa forma, conduziu todas as suas campanhas inspirado na tese de que o objetivo político, o original motivo da guerra, deveria ser a razão para a determinação dos objetivos militares e para o emprego da força. E, dentro desse escopo, o povo era a força motriz que gerava a vontade de lutar, sendo o seu apoio imprescindível:

Ele [Giap] sabia que seu objetivo principal não era conquistar e manter o terreno, mas ganhar a fidelidade, ou pelo menos a cooperação da população camponesa. Quando eles a conquistassem, juntos viriam o terreno, o bem-estar do país, a existência da nação. Giap sabia que se conquistasse o apoio e a lealdade do povo, e os franceses e americanos garantissem para si uma esmagadora superioridade em tanques, aviões, artilharia e efetivo de soldados, mesmo assim os estrangeiros fracassariam. (CURREY, 2005, p. 150, tradução nossa).

Giap pregava a necessidade de se unir com a população, propagando junto às massas a ideia de que a guerra de libertação era justa e visava reconquistar a independência e a unificação do país, além de proporcionar e assegurar aos camponeses o direito à terra. Antes de mais nada, era, também, uma guerra do povo: educar, mobilizar, organizar e armar toda a população, a fim de que

participasse da resistência, foi uma questão decisiva. De forma contrária, os exércitos estrangeiros acreditavam que o poder de fogo seria suficiente para atingir seus objetivos; conseqüentemente, eles ignoravam ou abusavam dos civis, que poderiam tê-los ajudado se fossem tratados de outra forma. Desse modo, a França e os Estados Unidos menosprezaram o acolhimento de potenciais aliados vietnamitas.

A fim de organizar a formação de um exército revolucionário popular, tornou-se necessário realizar a doutrinação política: o Vietminh buscou se alastrar pelos distritos montanhosos do Vietnã, criando as Associações de Salvação Nacional, células de doutrinação política e treinamento militar, em cada aldeia que fosse possível fazê-lo. Nessas associações, comissários políticos especialmente treinados explicavam para os habitantes sobre o comunismo, a implementação do programa do Vietminh e a organização de forças para combater os invasores. Giap estava convencido que era necessário que seus soldados tivessem total comprometimento com a causa revolucionária; apenas dessa maneira eles lutariam e morreriam se fosse necessário, sendo a devoção quase fanática o fator motivador que os levaria a enfrentar os rigorosos dias de combate ainda por vir contra um inimigo superior em todos os sentidos. Tal atitude não poderia ser desenvolvida apenas por meio do treinamento militar.

O fato de o exército vietnamita ser constituído essencialmente por elementos do povo, sob forte influência político-doutrinária do Vietminh, produziu soldados que não tratavam a população civil como fontes de rapina, pilhagem e saque, o que era comum nos exércitos orientais de uma forma geral. Sem possuir um território extenso nem uma população numerosa, como ocorria na China, a solução para a resistência vietnamita estava na simbiótica relação entre o exército e o povo:

Edificado segundo uma linha política, [o exército vietnamita] era animado por uma combatividade a toda prova, tinha sempre realizado um perseverante trabalho político junto aos seus homens e aplicado uma estratégia e uma tática de guerra popular. [...] contava nas suas fileiras com elementos da elite dos operários, dos camponeses, dos estudantes e dos intelectuais revolucionários e procedia das organizações patrióticas das massas populares. (GIAP, 1968, p. 33).

O exército se ocupava de ações tais como: organizar jornadas de ajuda aos camponeses nos trabalhos de produção, na luta contra inundações e contra as estiagens; durante a resistência, principalmente na retaguarda do inimigo, defender os bens e a vida dos camponeses, mesmo nas regiões habitadas por minorias raciais e nas aldeias católicas; participar nos grandes movimentos para a realização

da reforma agrária, para a coletivização agrícola e a transformação do artesanato, da indústria e do comércio; participar na construção de vias de comunicação, desmatar terras para as fazendas do Estado e construir os seus próprios quartéis.

O comandante vietnamita entendia o quão importante era para o resultado final seu domínio social e político sobre a população do país. Esse verdadeiro exército popular derrotou seus inimigos, suportando seu poder superior em batalhas decisivas e prolongando as guerras contra a França e os EUA. Os invasores, apesar de empreenderem uma luta com uma avassaladora superioridade material, não atentaram para o fato de que não combatiam contra um exército, mas contra toda uma nação.

Giap tinha como prioridade angariar o apoio da população do país, até mesmo no sul, área dominada militarmente por ambos os invasores em períodos distintos. Um exemplo disso foi o fato de que, por ocasião da Guerra do Vietnã, na maior parte das regiões rurais sul-vietnamitas, a administração Vietcong era o único governo que existia funcionando com as suas escolas e hospitais próprios, os seus censos e repartições fiscais, ou seja, fazia o papel do Estado na região, o que lhe proporcionava um amplo apoio popular na região.

Porém, para angariar o apoio popular, eram necessárias algumas ações fundamentais que se iniciaram desde a própria criação da estrutura político-militar do Vietminh em 1941. Uma das primeiras foi a criação de uma edição clandestina do jornal *Viet Lap* (Vietnã independente), no intuito de realizar a propaganda do partido e insuflar as massas para as ações revolucionárias.

Nas áreas livres do controle francês, o Vietminh gradualmente implementava sua política agrária por meio do confisco dos arrozais dos senhores de terra e sua doação aos lavradores, além da redução das taxas de arrendamento da terra e a dos juros. Buscava-se, ainda, uma política de erradicação da fome e do analfabetismo, além do incentivo à produção rural. Tais medidas foram fundamentais para garantir o apoio da população camponesa à causa da resistência.

Outra ação importante era a constituição do exército a partir de uma base essencialmente popular e que fosse um instrumento da ação partidária do Vietminh. Dessa forma, o exército de resistência vietnamita tinha total dependência do partido, que lhe determinava as tarefas, os objetivos, as estratégias e zelava pela mútua solidariedade entre a instituição e o povo. Giap (1968) analisa o real sentido da conscientização política do exército do Vietnã:

O trabalho político é a alma do exército. Inculcando-lhe essa ideologia, esse trabalho visa elevar a sua consciência política e o seu nível ideológico e reforçar a posição de classe dos quadros dirigentes e dos soldados. Durante a guerra de libertação, o trabalho político permitiu-lhe imbuir-se da política de resistência prolongada e da necessidade imperiosa, para o povo e para o exército, de contar somente com as próprias forças para vencer as dificuldades. Inculcou-lhe a profunda significação da mobilização das massas para realizar, sucessivamente, a redistribuição das rendas e a reforma agrária, o que teve um efeito decisivo sobre o moral das tropas. Após a nova etapa que se abriu com o restabelecimento da paz, o trabalho político está orientado no sentido da revolução socialista no norte e no da luta pela reunificação do país. (p. 51).

Na visão de Giap, era essencial a preparação da resistência não somente no plano militar, mas, também, no político e econômico. No plano político, era necessário educar e mobilizar ainda mais o povo, reforçar sem descanso a união nacional, repelir todas as tentativas do inimigo para enganar e dividir a população; no exterior, era preciso ganhar a aprovação e o apoio de países que pudessem oferecer apoio à resistência, inclusive da opinião pública dos países invasores. No plano econômico, a economia de resistência deveria ser edificada, aumentando-se a produção, desenvolvendo-se a industrialização do país e procurando a autossuficiência, a fim de poder prosseguir em uma resistência prolongada.

Era necessário, ainda, buscar a unificação da nação vietnamita de todos os setores sociais e grupos étnicos e religiosos em torno da causa da resistência, de modo a formar um país multinacional contra o domínio estrangeiro. Essa tolerância étnica e religiosa permitiu o apoio ao exército vietnamita no norte do país e ao Vietcong no sul, particularmente nas áreas rurais.

Da mesma forma como ocorreu na China, o apoio externo teve grande importância para a resistência vietnamita. Ainda no início da década de 1950, a República Democrática do Vietnã foi reconhecida oficialmente pela União Soviética e pela China. Por outro lado, na mesma época a França passou a contar com o apoio financeiro norte-americano, com base em um acordo firmado em 1950 entre os dois países. Essa ajuda, inicialmente, era de 15% das despesas de guerra, passando a 35% em 1952, 45% em 1953, até atingir 80% em 1954 (GIAP, 1968).

Inicialmente, Giap considerava essencial desenvolver o esforço de guerra de maneira autônoma:

Para conduzir uma guerra de resistência prolongada era impossível deixar de despertar uma firme vontade de 'procurar a salvação nos próprios esforços'. Durante os primeiros anos, quando nosso povo lutava nas condições de um bloqueio total, isso era necessidade inevitável. [...] Por sua vez, o povo fazia grandes esforços para construir a retaguarda, desenvolver a economia da

guerra de resistência para atender a todas as necessidades e abastecer a linha de frente. Impulsionamos a produção sob todos os pontos de vista, para fornecer ao povo os artigos de que necessitava e para lutar contra o bloqueio que o inimigo nos impunha. Vastas áreas foram desmatadas para aumentar a produção de víveres, numerosas oficinas de armamento foram montadas para a fabricação das armas necessárias para esmagar o inimigo. (GIAP, 1968, p. 88-89).

A partir do momento em que a conjuntura internacional evoluía favoravelmente para o Vietnã, particularmente a partir da vitória final da revolução maoísta chinesa sobre o Kuomintang em 1949, o apoio externo se intensificou: na Guerra da Indochina, o apoio chinês se efetivou, de abril a setembro de 1950, com o envio de mais de 14.000 armas leves, 1.700 metralhadoras, aproximadamente 150 peças de diferentes tipos de canhões, 2800 toneladas de grãos e grande quantidade de munição, medicamentos, uniformes e equipamentos de comunicações. Às vésperas da batalha de Dien Bien Phu, Pequim acelerou seu apoio militar ao Vietminh, enviando mais de 200 caminhões, 10.000 barris de petróleo, 100 canhões, 3.000 peças de vários tipos de armas, 2.400.000 projéteis, 60.000 granadas de artilharia e aproximadamente 1.700 toneladas de grãos. Já na Guerra do Vietnã, no período entre 1965 e 1969, o apoio da China se deu de três formas principais: o envolvimento de tropas de engenharia chinesas na construção e manutenção das posições defensivas, campos de pouso, estradas e ferrovias no Vietnã do Norte; o emprego de tropas de artilharia antiaérea chinesas na defesa de áreas estratégicas importantes na parte norte do país; e o suprimento de grandes quantidades de equipamentos militares e outros materiais (JIAN, 1998).

O apoio da então União Soviética na resistência contra a França foi fruto de uma visita de Ho Chi Minh a Moscou no verão de 1955: o governo soviético assumiu a obrigação de conceder ao Vietnã do Norte 400 milhões de rublos para restaurar sua economia, incluindo vinte e cinco indústrias e manufaturas municipais. Além disso, Moscou concordou em prover o Vietnã do Norte com bens de consumo e assistência em exploração geológica e serviço médico. Já o apoio à Guerra do Vietnã foi mais intenso, posto que ocorreu no auge da Guerra Fria: Moscou enviou substancial e crescente ajuda, tornando-se, gradualmente, o principal fornecedor norte-vietnamita. Os soviéticos apoiaram seus aliados com equipamentos industriais e de telecomunicações, caminhões, suprimentos médicos, ferramentas, minério de ferro e metais não ferrosos. No início de 1967, Moscou provia 36,8% da ajuda, enquanto a contribuição da China excedia os 50%; contudo, em 1968, a assistência

soviética cresceu para 50% da ajuda socialista, perfazendo um total de meio bilhão de dólares (GAIDUK, 1998).

Tão importante para a vitória quanto o apoio dos aliados foi o trabalho incessante de Giap na busca da aprovação e do apoio moral da opinião pública mundial para a sua causa, particularmente das populações dos países inimigos. No caso da França, procurava-se angariar a simpatia da intelectualidade socialista francesa e dos povos das colônias francesas. Em relação aos EUA, sua determinação demonstrada em combate, em contraste com os abusos cometidos pelos norte-americanos, como o massacre de My Lai e os indiscriminados bombardeios com *napalm*, resultaram em um grande movimento pacifista internacional, com reflexos na política interna dos EUA:

Com a expansão da guerra, crescia também o movimento de oposição a ela. As táticas iam desde manifestações legais, organizações de base e *lobby* parlamentar até a desobediência civil, programas de resistência e violência política. Alguns militantes se encontraram com inimigos vietnamitas. (WELLS, 1998, p. 116, tradução nossa).

Tão importante quanto entender a visão política de Giap na condução da resistência vietnamita é a compreensão da impressão de seus inimigos sobre o problema do enfrentamento da guerra popular. No caso da França, nota-se a incapacidade de seu exército em perceber que o inimigo que enfrentavam não poderia ser vencido apenas com as capacidades militares que possuíam: apesar de materialmente fraco, o exército vietnamita era essencialmente popular, uma nação em armas que se colocava inteiramente contra o invasor estrangeiro. Somam-se a isso as pressões políticas enfrentadas na França e a desmoralização ante a opinião pública interna e internacional, o que foi intensamente explorado pela propaganda do Vietminh, afetando o moral das tropas francesas, com graves reflexos em combate.

Da mesma forma, na Guerra do Vietnã, atestou-se a eficácia da propaganda vietnamita, que soube influenciar a opinião pública norte-americana e internacional, ao enfatizar os abusos cometidos pelo exército dos EUA, que usavam de força desproporcional contra um inimigo consideravelmente inferior do ponto de vista militar, mas que defendia sua soberania e sua integridade territorial, configurando, assim, o princípio da “guerra justa” por parte dos vietnamitas. Outro fator importante foi a atuação da imprensa estadunidense, que, a partir dos feitos e da figura de Giap, criava um mito:

Após a ofensiva do Tet, a revista *Time* referiu-se a Giap como 'um perigoso e astuto inimigo que tornou-se uma espécie de lenda no Vietnã do Norte e do Sul pela surpreendente derrota imposta por ele à França em Dien Bien Phu. [...] um dos principais fomentadores [...] da arte da guerra de guerrilhas, um estrategista de grande talento que os especialistas militares americanos comparavam com o marechal de campo alemão Erwin Rommel.' [...] A *Newsweek*, um impresso como seu rival, solenemente declamou que 'a audaciosa ofensiva do Ano Novo Lunar de Giap tinha, em um único golpe, alterado dramaticamente o curso da guerra'. (CURREY, 2005, p. 270, tradução nossa).

3.2.2 Campo estratégico

No início das hostilidades contra a França, o Vietnã era um país colonial e semifeudal, com uma economia agrícola e atrasada, e um exército de guerrilheiros mal adestrado, mal equipado, em luta com dificuldades logísticas e comandado por homens pouco experientes. Para enfrentar um dos exércitos mais experimentados do mundo era primordial, inicialmente, criar as melhores condições conjunturais para o combate, além de constituir uma força militar em condições de empreender com sucesso uma guerra de resistência que se pretendia prolongada.

A preocupação inicial de Giap foi estabelecer, ainda antes do conflito, uma rota de comunicações segura entre as áreas tribais montanhosas. Dessa forma, os quadros do Vietminh poderiam manter as ligações durante os períodos de repressão inimiga e os grupos de guerrilha poderiam se deslocar em boas condições durante os combates.

Com relação à direção da economia de guerra, nas condições de um país agrícola empreendendo uma resistência prolongada, como foi o caso no Vietnã, um problema fundamental tinha que ser superado: a produção de armamento e equipamento militar, pois o país era dotado de material antiquado e ineficiente, com um estoque de munições muito reduzido e não tinha blindados, nem aviões ou artilharia. Inicialmente, posto que o apoio externo era ainda muito reduzido, foram montadas usinas de armamento com recursos improvisados, que não satisfaziam todas as necessidades, sendo necessário valer-se das presas de guerra, ou seja, material capturado ao inimigo.

Outro trabalho fundamental foi a mobilização da população, constituindo o exército com base na população camponesa, sendo dirigida pela classe operária. Por volta de 1946, praticamente cada aldeia, vila, rua e fábrica do norte do país tinha uma força de autodefesa que se empenhava para ser autossuficiente em armas e

suprimentos. Essa força seria responsável, ainda, pela proteção e evacuação da população quando o inimigo atacasse toda vila, aldeia montanhosa ou localidade.

Esse exército nasceu das lutas revolucionárias da década de 1930, com base nos chamados destacamentos de autodefesa. A organização das tropas variava de uma região a outra, sendo necessário, por parte do Vietminh, paralelamente ao desenvolvimento progressivo da guerrilha em guerra de movimento e à melhoria contínua do equipamento e do reabastecimento, reagrupar as pequenas unidades para constituir outras maiores e chegar, enfim, a formar regimentos e divisões regulares, porém sem perder sua natureza revolucionária e política.

Para a constituição de seu exército, o Vietnã procurou assimilar as experiências de países vitoriosos em suas respectivas guerras revolucionárias, como a União Soviética e a China. Porém, buscou agir com espírito prático, partindo da realidade vietnamita no estudo das experiências estrangeiras, e submetendo-as a uma análise e a uma triagem. Com os primeiros anos de combate, o conteúdo da instrução militar se tornou expressamente prático, seguindo de perto a realidade do combate, com as tropas aprendendo com suas próprias experiências.

Percebe-se, nas palavras de Giap (1968), a preocupação com a preparação dos quadros profissionais do exército:

Na instrução, a formação de quadros militares se deu no cadinho dos combates [...]. Como cresceram, porém, nas condições de uma guerra de guerrilha, são fracos, segundo vários pontos de vista, no que se refere à tática convencional moderna. É por isso que, ao mesmo tempo que fazemos contínuos esforços para elevar seu nível político e ideológico, consolidar sua posição de classe, devemos conceder uma atenção muito particular à elevação do seu nível de cultura geral, da ciência e da técnica militares, para lhes permitir se tornarem, efetivamente, quadros militares competentes e servirem de núcleo a um exército revolucionário regular e moderno. (p. 108).

O compromisso do exército vietnamita com a libertação do país se expressava na plenitude em seu Juramento de Dez Pontos: (1) sacrificar tudo pela pátria, de modo a tornar o Vietnã independente; (2) obedecer e bem executar ordens e sem questionar; (3) combater sem se queixar, a despeito das dificuldades e do sofrimento e não desanimar mesmo em face da morte; (4) ser combatentes alertas e dignos, capazes de matar o inimigo e salvar seu país; (5) guardar sigilo absoluto; (6) nunca trair seus companheiros, mesmo sob tortura; (7) amar e ajudar seus irmãos de armas; (8) zelar por suas armas; (9) respeitar três mandamentos fundamentais: não roubar, não ter medo, não incomodar o povo e aderir a três grandes princípios:

respeitar o povo, ajudá-lo e protegê-lo; (10) usar a autocrítica para o aperfeiçoamento pessoal (CURREY, 2005).

Com a finalidade de aperfeiçoar seu exército, o Vietminh promoveu a entrada em vigor do serviço militar obrigatório, dos estatutos dos oficiais e dos sargentos (inclusive a instituição dos postos da hierarquia militar), do regime dos soldos e o das recompensas e das condecorações, produzindo resultados positivos. A adoção dos regulamentos internos, de combate, de disciplina, entre outros, exerceu importante ação sobre a unificação do exército sob todos os pontos de vista, impulsionando sua transformação gradativa em exército regular. Com a evolução dos combates, as tropas passaram a ser constituídas por combatentes das mais diversas armas e serviços, e o seu armamento e equipamento já não provinha apenas da captura ao inimigo, passando a receber e a adquirir material, sobretudo com origem na China de Mao e na União Soviética.

Tão importante quanto a constituição e unificação do exército foi a formação das forças paramilitares: milícias armadas dos distritos e forças de autodefesa das aldeias. As milícias armadas dos distritos, organizadas em companhias de oitenta e cinco homens e batalhões provinciais de trezentos homens, apoiavam a propaganda e o exército, e fornecia a Giap forças de ataque locais. Quando plenamente equipadas, podiam engajar unidades francesas, sustentando combates por períodos muito breves, sendo especialistas em ações de pequenas frações: emboscada, sabotagem, terrorismo armado e fogos de inquietação. Serviam, ainda, para baixar o moral dos franceses, forçando-os a proteger postos avançados.

As forças de autodefesa das aldeias, organizadas em pelotões de trinta homens, foram as verdadeiras fundadoras da guerra do povo de Giap: operando nas aldeias, essas unidades de milícia eram responsáveis por protegê-las, inquietar patrulhas francesas e preparar defesas contra investidas inimigas, com o emprego de minas, estacas *punji* e armadilhas. Também serviam como fonte de mão de obra, proporcionando recompletamento para unidades maiores e melhor equipadas.

Tanto as milícias quanto as forças de autodefesa tiveram um papel fundamental em combate: na retaguarda inimiga, essas unidades guerrilheiras, em coordenação com o exército regular, dispersavam e destruíam o adversário, imobilizando-o nas suas bases, de modo que o exército regular pudesse lançar unidades móveis para aniquilá-lo.

Na Guerra do Vietnã, o mesmo princípio foi empregado ao se organizar as forças de guerrilha sul-vietnamitas:

[...] o Vietcong tinha criado um poderoso aparato político clandestino e organizado de unidades guerrilheiras, a nível de aldeia e a nível regional, preparando-se para a luta futura. A estratégia inicial do movimento estava orientada de modo a romper a cadeia de comando político entre Saigon e as áreas rurais, isolando assim o governo de uma população concentrada em cerca de 17000 lugarejos e 8000 aldeias, através da subversão, rapto e assassinio das autoridades locais, em especial, os chamados presidentes das juntas e os membros dos conselhos municipais. (TABER, 1976, p. 127).

No que tange ao emprego das tropas, Giap procurava estabelecer uma relação judiciosa entre as diversas formas de combate. No início, via a necessidade de conceder uma grande atenção à guerrilha e seu desenvolvimento. Em um segundo momento, tendo a guerra de movimento feito sua aparição, considerava indispensável coordenar bem as duas formas de combate, reservando à guerrilha o lugar principal e à guerra de movimento um papel secundário. Ao passar a um novo estágio, a guerra de movimento ocuparia um lugar essencial, sem, contudo, abandonar o emprego da guerra de guerrilhas.

Adotando as concepções de Napoleão, Giap empregava suas tropas de modo a engajar o inimigo em várias frentes simultaneamente, mantendo-o dividido e, separadamente, derrotando suas forças dispersas com rápidas manobras. Concentrava seus homens e meios no centro de gravidade do inimigo, utilizando o princípio da massa: realizar uma superioridade esmagadora sobre o inimigo no local em que ele se encontra desprotegido, a fim de destruir suas forças, sempre com iniciativa, agilidade, rapidez, surpresa e presteza no ataque e na retirada. Enquanto a relação estratégica de forças se mantiver desfavorável, reagrupar, resolutamente, as tropas para obter uma superioridade absoluta no combate em um ponto determinado e durante um certo tempo.

A partir da terceira etapa da resistência, ou seja, a da predominância dos combates regulares, Giap empregava exaustivamente a guerra de movimento: concentrar efetivos importantes, operar em um teatro relativamente extenso, atacar o inimigo onde ele estiver exposto para aniquilar suas forças, avançar profundamente na retaguarda inimiga, recuar rapidamente e decidir rapidamente diante de situações novas.

Diferentemente de Mao, que adotava invariavelmente a mesma forma de manobra – os “ataques em ondas” – Giap procurava utilizar diferentes maneiras de

conduzir suas tropas, de acordo com as condições em que se apresentassem no momento o inimigo e o campo de batalha, dispensando a adoção de uma doutrina pré-determinada.

Giap priorizava o emprego da guerra sem frentes: devido à assimetria de forças entre seu exército e os dos invasores franceses ou norte-americanos, era fundamental evitar o combate decisivo; dessa maneira, não existiam frentes nem retaguardas, a ordem era combater em todo lugar em que o inimigo tinha guarnição, para enfraquecê-lo e impedi-lo de se desdobrar muito rapidamente e, em seguida, quando as condições se tornassem desfavoráveis, retirar a maior parte dos efetivos atacantes, a fim de preservar as forças, tendo em vista uma resistência de longa duração. Para realizar tal intento, as unidades se subdividiam em companhias autônomas, operando em profundidade dentro da zona ocupada pelo inimigo para desencadear a guerrilha, criar bases e proteger o poder popular local. Essa “onipresença” das tropas vietnamitas era, no entender de Giap, um de seus maiores trunfos:

‘Vocês americanos foram muito fortes com armas modernas, mas nós fomos fortes com algo mais. Nossa guerra era a guerra do povo, empreendida por toda a população. Nosso campo de batalha era em todo lugar, ou em lugar nenhum, e a escolha era nossa.’ Ele resumiu seu parecer: ‘Estar no lugar, em todo lugar, era a melhor mobilidade de todas.’ (CURREY, 2005, p. 258, tradução nossa).

À semelhança de Mao, Giap preconizava o estabelecimento de bases e áreas de retaguarda, com a finalidade de prover homizio às tropas e ser o ponto a partir do qual o exército lançava os ataques às forças inimigas. Para o estrategista vietnamita, as bases precisavam dispor de amplos recursos humanos, financeiros e materiais e garantir todas as necessidades da edificação do exército em tempo de paz, bem como os da vida cotidiana e das operações em tempo de guerra. Enquanto na frente de combate o exército lutava para esmagar o inimigo, nas bases de retaguarda o povo esforçava-se para aumentar a produção, o camponês nos campos, o operário nas fábricas de armamento, todos com o propósito de abastecer o exército.

Com relação aos inimigos do Vietnã, tanto os franceses quanto os norte-americanos enfrentavam alguns problemas estratégicos que foram cruciais para seu fracasso. No caso da França, o grande óbice era a falta de conhecimento para conduzir uma guerra não convencional, em um terreno que lhe era estranho e hostil

e contra uma população de características culturais completamente distintas da ocidental; além disso, não havia um exército realmente francês: das tropas que o compunham, aproximadamente 40.000 combatentes eram legionários estrangeiros, e outros 50.000 consistiam de soldados do Marrocos, Argélia, Tunísia, Senegal e África Ocidental Francesa (CURREY, 2005). Já os EUA tinham dificuldade em entender as características das guerras do povo, em que cada homem ou mulher pode a qualquer momento tornar-se um combatente, com um perfeito conhecimento do terreno; como se tratava de uma guerra de libertação nacional, praticamente toda a população estava contra os americanos. O secretário de Defesa norte-americano à época da guerra, Robert McNamara, definiu os problemas enfrentados no Vietnã:

[...] o presidente [Lyndon Johnson], eu e os outros conselheiros civis devemos partilhar o fardo da responsabilidade por permitir lutar uma guerra de guerrilha com táticas militares convencionais contra um inimigo disposto a absorver enormes baixas, em um país sem a estabilidade política necessária para conduzir efetivamente operações militares de pacificação. (LOWE, 1998, p. 8, tradução nossa).

3.2.3 Campo cultural

Além de suas habilidades como estrategista da guerra irregular, como já foi verificado, Giap teve o grande mérito de compreender a realidade cultural de sua principal força de combate: a população camponesa vietnamita. Vivendo isolada, era autônoma nos aspectos cultural, econômico e político; falava distintos dialetos, às vezes dentro do mesmo grupo étnico. Giap se empenhou em aprender os dialetos locais, a fim de comunicar-se com seus aliados e entender seus estilos de vida e relações sociais. Tal atitude foi fundamental, pois lhe permitiu ganhar a confiança dos camponeses, realizar sua doutrinação política e constituir o exército de resistência.

Giap pregava que era necessário combater os invasores franceses (e mais tarde os americanos), a fim de garantir a independência, a liberdade, a cultura nacional e os valores morais do Vietnã, além de aplicar os ideais revolucionários de justiça social e divulgar a causa a outros povos do mundo. O objetivo nacional proposto à população era a reunificação do país e, apesar de não terem tradicionalmente um senso de nacionalismo, os vietnamitas certamente possuíam um sentimento próprio de cultura, com idiomas e valores que não poderiam ser impostos por estrangeiros.

O movimento de resistência procurou estimular a motivação para o combate em sua população a partir do orgulho da tradição histórica do Vietnã, nascida nos tempos antigos com a resistência a outros povos invasores, como mongóis e chineses. Em consequência desses combates e rebeliões, estabeleceu-se uma gloriosa e altiva tradição de resistência às invasões estrangeiras que se arraigou no imaginário popular.

A propaganda do Vietminh procurava enfatizar a unidade do povo vietnamita, independente da situação política que então vigia:

Não importa que divisões temporárias fossem impostas em seu país, o Vietnã era uno e indivisível. Mesmo que a sede do governo comunista fosse em Hanoi, os velhos guerreiros do norte não acreditavam que eram conquistadores estrangeiros, mas vietnamitas, buscando um país unificado. (CURREY, 2005, p. 232, tradução nossa).

Outro importante fator de motivação do povo vietnamita foi a própria doutrina socialista: Giap procurou associar o patriotismo com o amor pelo socialismo, pregando que o caminho socialista era o único que levaria à libertação nacional, trazendo em seu bojo a justiça social. Quanto mais ele e o partido conseguiram associar seu programa à causa do povo, mais fortalecidos eles se tornavam. Dessa forma, toda a nação se levantaria para recuperar e proteger a independência e a liberdade da pátria.

Tão importante quanto as ações de motivação para o combate com base em elementos culturais vietnamitas foi a compreensão, por parte de Giap, dos aspectos culturais de seus inimigos, o que orientou suas ações durante a guerra de resistência. A percepção dos franceses era de que seu nível de civilização superior e a proficiência técnica de seu exército poderiam esmagar qualquer resistência do Vietminh sem dificuldade; dessa forma, resolveram concentrar todo seu poder militar em Dien Bien Phu, julgando que construiriam um dispositivo defensivo inexpugnável, tendo em vista a inferioridade de meios dos vietnamitas. Giap se aproveitou desse espírito de autoconfiança dos franceses para impor-lhes uma humilhante derrota naquele bastião.

Contra os norte-americanos, Giap utilizou a propaganda para manipular uma característica cultural daquele povo: a baixa tolerância da opinião pública e da classe política às perdas em combate. Durante a ofensiva do Tet, por exemplo, as redes de televisão e os jornais trouxeram a guerra para a casa dos americanos, sempre de forma dramática e, por vezes, falsa. Em meio a uma derrota tática, Giap

impôs uma quebra na motivação americana quando eram transmitidas imagens de um avião C-130 em chamas em Khe Sanh, de sabotadores na embaixada americana em Saigon, e dos combates na cidadela de Hue. Encontrado esse ponto fraco, Giap aproveitou-se dele, apregoando que tinha destruído “a crença antiquada que modernos equipamentos e forças armadas poderosas poderiam garantir a vitória”, aposentando o mito da insuperável força das tropas norte-americanas (CURREY, 2005). A manipulação da opinião pública norte-americana teve um saldo devastador para o governo daquele país, o que fez com que o presidente Lyndon Johnson não obtivesse a indicação do Partido Democrata para concorrer à reeleição em 1968. Mais tarde, Richard Nixon, eleito presidente, efetivou a chamada vietnamização do conflito, procedendo à gradual retirada das tropas estadunidenses da região.

Como foi visto, o emprego da doutrina de guerra irregular como forma de resistência às invasões estrangeiras, embora com algumas diferenças, se deu de forma similar no Extremo Oriente. Porém, como ocorreu esse emprego em uma realidade cultural bastante distinta como a da África islâmica?

3.3 DOCTRINA DE GUERRA IRREGULAR NA REVOLUÇÃO ARGELINA

A FLN, em sua luta de resistência contra a colonização francesa, empregou a guerra irregular de maneira diferenciada em relação aos casos históricos já analisados: além de a organização não contar com um exército regular, o fator ideológico de coesão da causa da resistência não foi o comunismo, mas a religiosidade muçulmana, acrescida da noção comum de ancestralidade árabe. Apesar de tais diferenças, a resistência se mostrou eficaz contra um inimigo de poder militar e econômico superior, com forças armadas experientes no combate de contra-insurgência.

3.3.1 Campo político

À semelhança da China e do Vietnã, os camponeses constituíam a grande força de combate da Argélia: seu conhecimento do território argelino, desde as montanhas até os desertos, aliado à sua rusticidade natural, os tornavam combatentes de grande valor. Com a ocupação gradual das melhores porções do

território pelos colonos franceses, os nativos foram, ao longo do tempo, sendo expulsos das áreas rurais, migrando para a periferia de Argel, vivendo em condições de miséria e ocupando uma posição rebaixada na sociedade argelina. Tornavam-se, dessa forma, uma massa de desassistidos, extremamente suscetível ao recrutamento pelas forças de resistência, representadas pela FLN e seu braço armado, o ELN.

Como a Argélia não possuía estruturas políticas ou militares sólidas ou inteiramente autônomas, o recrutamento tinha que ser feito pelos partidos políticos e pelos sindicatos, em um trabalho realizado diretamente junto às famílias argelinas. Fazia-se necessário, portanto, realizar uma forte propaganda a fim de estimular a consciência revolucionária das massas. Além disso, outras medidas eram fundamentais: constituir as lideranças, conseguir armas e dinheiro, unificar o combate magrebino e usar a fé islâmica como forma de união.

A FLN era liderada por homens de origem humilde, mas com formação militar, que, aos poucos, foram atraindo um significativo apoio em todas as camadas da sociedade: cristãos e muçulmanos, progressistas, intelectuais liberais e comunistas, todos insatisfeitos com o papel que o governo francês lhes reservava e com a progressiva deterioração do nível de vida da população local. Acresceram-se, ainda, os veteranos argelinos que lutaram junto aos Aliados na campanha da Itália, na Segunda Guerra Mundial: o esperado decreto que deveria dar-lhes a cidadania francesa não se concretizou e, de volta à terra natal, reencontrando a miséria e a humilhação do jugo colonial, foram facilmente recrutados para empregarem sua experiência de combate em prol da resistência.

Um dos principais líderes da FLN, Ferhat Abbas, expôs os objetivos iniciais da organização:

1º Recrutar equipes operacionais de argelinos a fim de advertir a administração colonial que a guerra travada tanto pelo exército profissional, quanto pelos demais contingentes contra a nossa população poderia atingi-los dentro de suas próprias cidades.

2º Aumentar a base popular da FLN. À tese dos colonialistas que pregavam o isolamento do ELN, que a mesma era uma reunião de 'bandidos' isolados nas regiões de Aurès e Kabylie, se opunha a realidade revolucionária da Argélia muçulmana, essa era a realidade. [...]

3º Começar a redigir a Carta da FLN [...]. Dar conhecimento interna e externamente da razão da nossa luta. Reunir em um congresso as lideranças das guerrilhas para discutir essa Carta, colocá-la em prática e unir os combatentes em um acordo aceito por todos.

4º Reforçar a delegação no exterior para estar em condições de angariar o apoio internacional à nossa causa. Destruir o mito de que a Argélia era um

'departamento francês', e não um país real, o que distorcia os fatos do problema colonial. (1980, p. 139, tradução nossa).

A organização preconizava que a independência só se imporia pela guerra, e, a partir daí, definiu sua atuação político-estratégica em quatro fases: a primeira era a de afirmação, posto que era necessário provar à maior parte da população não só a sua existência, mas sua capacidade de confrontar o poder colonial; a segunda fase consistia em realizar um trabalho explicativo junto ao povo das metas da organização, tanto para o combate quanto para o exercício do poder; a terceira etapa era criar e generalizar um clima de insegurança e formar um poder paralelo; por último, a criação de zonas liberadas, conquistadas do inimigo.

Com a finalidade de se afirmar como uma alternativa de poder viável, a Frente procurou montar uma estrutura de governo paralela às autoridades coloniais francesas, com base em seus chefes militares e em tecnocratas altamente instruídos, e extraiu sua força de uma rede nacional de ramificações da organização em que pequenos comerciantes, proprietários rurais e professores desempenharam um papel fundamental.

Essa estrutura paralela se organizava da seguinte forma: a Zona Autônoma de Argel (ZAA) era dirigida por um colegiado, o Conselho de Zona, que compreendia quatro membros: um chefe político-militar, um assessor político, um assessor militar e um assessor de relações internacionais e informações. O assessor de relações internacionais e informações tinha sob sua subordinação um certo número de comitês, onde eram alocados os intelectuais da FLN; os principais eram: Comitê de Ligações, responsável pelas ligações internas com as *wilayas* (divisões do território argelino arbitradas pela FLN) e externas (particularmente Tunísia, Marrocos e França); Comitê de Informações, embrião dos futuros serviços especiais (órgão de inteligência argelino); Comitê Editorial, encarregado dos relatórios, comunicações e registros para vários órgãos (ONU, imprensa nacional e estrangeira, etc.); Comitê de Justiça, órgão de fiscalização dos cidadãos franceses de origem muçulmana, resolução de litígios, encarregado do direito civil e criminal; Comitê Financeiro, encarregado do recolhimento de fundos, junto à população em geral, ou órgãos financiadores (empresas, bancos, grandes comerciantes, etc.); Comitê de Saúde, responsável pelo encaminhamento dos feridos e doentes, de forma sigilosa, aos hospitais; Comitê Sindical, encarregado das ligações com os sindicatos (TRINQUIER, 2008).

Dentro da estrutura da FLN, tinha fundamental importância a Organização Político-Administrativa (OPA), que se encarregava de obter o apoio da população civil. Constituída principalmente por professores, médicos e estudantes que haviam aderido à guerrilha, tinha o encargo de manter os serviços essenciais como casamentos, registros de nascimento, divórcios, e também a justiça, a coleta de impostos, o abastecimento, etc. Sua razão de ser era subtrair o povo à autoridade do regime colonial, prejudicando sua administração e criando serviços paralelos aos seus. Na visão da população civil, quem realizava verdadeiramente o papel do Estado, particularmente nos subúrbios mais pobres, era a OPA.

Outra ação importante da FLN foi a criação de instituições de ensino no idioma árabe, com a finalidade de libertar as instituições islâmicas do controle do Estado francês. Os religiosos se envolveram na vida política do país com a exigência nacionalista de que os muçulmanos tivessem direitos iguais dentro do sistema francês sem ter de abrir mão de suas leis distintas e de sua moralidade social específica.

Um fator político de capital importância no desenvolvimento da Revolução Argelina foi a opinião pública interna e externa. A manutenção, por parte da França, de um sistema político desigual, principalmente levando-se em consideração a participação dos muçulmanos em duas guerras ao lado dos franceses, gerou um sentimento crescente de insatisfação naqueles que acreditaram no discurso dos políticos que, na metrópole, prometiam a igualdade e a integração. No início do conflito, julgando se tratar apenas de atentados isolados, o governo colonial se negou em alterar o estatuto da Argélia, o que estabeleceria uma real igualdade entre os cidadãos argelinos, quer de origem francesa ou nativa; essa atitude acabou por atirar a grande maioria da população de nove milhões de árabes nos braços da FLN.

A FLN, ao fazer do terrorismo sua principal arma, atraiu tanto os *colons* quanto as tropas francesas para uma situação irreversível de violência, gerando um verdadeiro confronto étnico. Os interrogatórios efetuados por especialistas, as deportações e as execuções sumárias tornaram-se práticas recorrentes das forças de repressão. Vítima de crimes e massacres cometidos por ambos os lados, a população nativa acabou aderindo aos argumentos nacionalistas e submetendo-se às metas e aos objetivos guerrilheiros. Tanta violência provocou a mobilização da opinião pública internacional, provocando uma forte pressão para que a França cedesse à emancipação política argelina.

Um fator diferencial da Revolução Argelina em relação aos casos históricos anteriormente estudados foi a intensidade do uso da propaganda como arma política, por diversos meios de comunicação. A FLN compreendeu a importância de que a causa da resistência argelina fosse discutida tanto na mídia internacional quanto na ONU; para isso, buscou sempre realizar ações terroristas de grande repercussão, com o maior número de vítimas, além de maximizar seus efeitos nos veículos de comunicação.

Inicialmente, verificou-se que a simples panfletagem não era suficiente para se contrapor à propaganda do regime colonial. Foi fundado, então, o jornal *El Moudjahid*, “O combatente”, que realizava a divulgação do ideário e das ações da FLN, além de servir como instrumento de doutrinação da população, com mensagens que estimulavam o recrutamento de novos combatentes, exaltando valores como o aperfeiçoamento pessoal, a elevação religiosa pelo sacrifício, a abnegação e o devotamento à causa comum.

A utilização do rádio, principal meio de comunicação na época, foi bastante intensa, garantindo a divulgação da causa argelina pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, o principal fiador do movimento:

A Voz dos Árabes irradia as notícias, que fazem de Nasser o defensor da causa argelina. A repercussão dessas informações é gigantesca, numa hora em que a maioria dos muçulmanos da Argélia ainda se sentem inseguros, em que os valores da integração fascina grande número deles, em que muitos por vezes ignoram até os objetivos da FLN. O enxerto da luta da FLN na causa islamo-árabe age como um fermento, como uma alavanca, que levanta as massas com um entusiasmo infinito. (FERRO, 1996, p. 362).

O cinema também mereceu atenção especial por parte da propaganda argelina, particularmente como forma de influenciar a intelectualidade socialista francesa. O filme ítalo-argelino *La battaglia di Algeri* (A Batalha de Argel), do diretor italiano Gillo Pontecorvo, retratou fielmente o estado de convulsão social que tomou a capital argelina durante a repressão do exército francês ao ELN, no intuito de denunciar a violência dos métodos empregados pelas forças coloniais, com o uso abusivo e indiscriminado de prisões, torturas e execuções sumárias, mostrando que a maior vítima daquela situação era a população civil de Argel, encurralada entre a violência da repressão do Estado francês e a dos terroristas da FLN. O filme, sobejamente premiado, causou grande repercussão em todo o mundo, principalmente na França, por denunciar a tortura sistemática como uma forma de controle da população colonizada por parte da civilização cristã ocidental.

A propaganda argelina atraiu o indispensável apoio externo para a sua causa: particularmente em seu entorno geográfico, países como Marrocos e Tunísia, de maioria muçulmana e mesma colonização francesa, tinham conquistado sua independência recentemente (1956) e de forma menos violenta, e passaram a apoiar a guerra argelina, fornecendo refúgio, apoio político e suprimentos aos integrantes da FLN.

Nessa época, forjou-se o termo “Terceiro Mundo” para designar os países em retrocesso de desenvolvimento, particularmente aqueles pertencentes aos ex-impérios coloniais, mantendo-se descomprometidos com qualquer dos dois blocos, o do “Ocidente” capitalista (Primeiro Mundo) e o do “Oriente” comunista (Segundo Mundo). Taís países consideravam possuir um certo poder pela ação conjunta na Assembleia Geral das Nações Unidas e, no ano de 1950, reuniram-se na Conferência Internacional de Bandung, onde a FLN expôs a sua causa, solicitando o apoio dos participantes, particularmente dos países árabes, por meio da exortação a seus valores comuns, cultura e experiência histórica divididas, além de interesses partilhados. Na ocasião, a delegação externa da FLN tinha as seguintes missões: (1) internacionalizar o problema argelino, refutar os argumentos dos franceses, destruir os mitos da anexação e da Argélia francesa; (2) arrecadar fundos, armas e munições para o ELN; (3) manter a solidariedade e a unidade da delegação externa para assegurar sua representatividade e eficácia; (4) não permitir a identificação pessoal com a revolução ou a personificar, ressaltando o trabalho de um povo soberano (ABBAS, 1980). A participação em Bandung rendeu aos argelinos apoios significativos, como o do presidente indiano Jawaharlal Nehru, do primeiro-ministro chinês Zhou Enlai e do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser.

Porém, o apoio externo mais representativo e eficaz para a causa da Revolução Argelina foi o da intelectualidade francesa, liderada pelo filósofo e escritor Jean-Paul Sartre, cuja atuação intensa passou a exercer grande influência sobre a opinião pública da metrópole. A imprensa francesa foi uma fonte fundamental de divulgação dos ideais independentistas argelinos: publicações como *France Observateur*, *L'Express*, *Témoignage Chrétien*, *Le Monde* e outras revistas como *Esprit* ou *Preuves* ajudaram a influenciar toda uma geração de franceses, com a divulgação dos métodos repressivos do exército de ocupação, principalmente a tortura. Por outro lado, o terrorismo empregado pelos argelinos era tratado como um

instrumento legítimo de luta em prol da libertação do jugo colonial, apesar de seus efeitos colaterais sobre a população civil.

Esse apoio da população metropolitana se manifestou claramente no referendo instituído por de Gaulle sobre a autodeterminação da Argélia, no qual o “sim” venceu com 75% dos votos na França e 69% na Argélia, o que provocou o engajamento pessoal do presidente em favor da emancipação política argelina.

3.3.2 Campo estratégico

Assim como nos dois casos históricos analisados anteriormente, o ELN tinha raízes solidamente populares, representando o povo em armas, o que lhe possibilitou um apoio e uma cobertura fundamentais às suas ações. Tal característica propiciava uma rápida mobilização de combatentes, bem como sua perfeita dissimulação junto à população civil, o que dificultava sobremaneira sua identificação e conseqüente repressão por parte do exército francês.

Com relação às suas formas de atuação, baseava-se no confronto étnico, na guerra de guerrilhas, no terrorismo urbano, no combate à influência cultural francesa e no estabelecimento de uma governança autóctone efetivamente aceita pela maioria da população, de modo a anular a administração colonial.

Inicialmente, as ações foram inspiradas na guerra revolucionária concebida por Mao Tsé-tung, priorizando-se as ações de guerrilha nas áreas rurais, evitando-se o confronto direto com as forças coloniais e aproveitando a grande vantagem que os argelinos possuíam que era o conhecimento do terreno. O ELN procurava empregar pequenas frações, realizando emboscadas ou golpes de mão, seguidos por uma rápida retirada. Porém, gradativamente, as ações foram se deslocando do campo para a cidade, provocando o recrudescimento da violência urbana por meio do emprego intenso de ações terroristas.

A estrutura do ELN era vocacionada à execução do terrorismo urbano: as ações eram perpetradas pela chamada “rede de bombas”, subordinada diretamente ao Conselho de Zona. Essa rede, extremamente organizada e compartimentada, era composta por aproximadamente 5700 integrantes e dividia-se em quatro grupos: caricaturistas, responsáveis pela fabricação e transporte dos corpos das bombas (revestimentos) até a estocagem; artífices, encarregados da colocação da carga explosiva e do dispositivo de detonação nos corpos das bombas; equipes de

transporte, que entregavam as bombas aos executores; executores, responsáveis pelo reconhecimento dos locais, posicionamento e detonação das bombas (TRINQUIER, 2008).

Com o apoio em armas recebido da Líbia – o primeiro lote, segundo Boudiaf (*apud* FERRO, 1996), somava trezentas armas e o segundo incluía vinte metralhadoras, trinta revólveres, cinco fuzis e duas caixas de granadas ofensivas – o terrorismo da FLN se intensificou, apresentando-se sob cinco formas distintas: a primeira, os ataques a edifícios públicos, era voltada diretamente contra o regime colonial; a segunda, contra a população civil francesa, de forma a transmitir a mensagem de que não havia franceses “bons” e “maus”, mas todos deveriam ser expulsos; a terceira, contra os argelinos não árabes, visando a depuração da comunidade militante; a quarta, conhecida como terrorismo “cego”, voltada contra uma população anônima, tanto europeia quanto muçulmana, a fim de mostrar a onipresença dos ativistas e criar um clima de insegurança; a quinta, direcionada contra os árabes, tinha a função de instaurar um clima de terror, para demonstrar que a FLN constituía um poder paralelo à administração francesa, e que tinha por objetivo substituí-la, sendo a única organização apta a garantir a segurança da população.

Trinquier (2008) relata o devastador efeito psicológico dos atentados terroristas perpetrados contra a população civil francesa ou argelina:

O objetivo almejado pela guerra moderna é a conquista da população; o terrorismo é a arma particularmente indicada, posto que visa diretamente os habitantes civis. Na rua, no trabalho, em sua casa, em qualquer lugar, o cidadão é ameaçado de morte violenta. Na presença do perigo permanente à sua volta, ele tem a impressão deprimente de ser um alvo isolado e vulnerável. O fato de que as autoridades públicas e a polícia não são capazes de prover a sua segurança aumenta o seu desespero. Ele perde a confiança no Estado e em sua capacidade de lhe assegurar proteção. Ele é, cada vez mais, atraído para o lado dos terroristas, que são os únicos realmente capazes de lhe proteger. (p. 14, tradução nossa).

Contudo, as ações terroristas da FLN não se limitaram às áreas urbanas, sendo empregadas com grande eficácia nas extensas zonas camponesas do interior da Argélia, devido à quase inexistência de forças policiais. Essas ações serviriam como fonte de inspiração à juventude idealista do país, sem perspectiva de futuro sob a dominação estrangeira.

No campo estratégico, a Batalha de Argel tornou-se um importante ponto de inflexão dentro do contexto da Revolução Argelina. Apesar da vitória militar das

tropas francesas, provocando sérias perdas à FLN, o exército colonial não soube aproveitar a oportunidade, se limitando a perseguir bandos sem importância no interior do país. Isso permitiu que os remanescentes do movimento de resistência voltassem a se fortalecer em Argel, reassumindo o controle da população. Três anos depois, a FLN retomava suas atividades terroristas com a mesma intensidade que antes da Batalha de Argel, e contando com maior apoio da opinião pública interna e externa.

Na visão dos invasores franceses, a derrota de um exército experiente e bem equipado de mais de 300.000 homens para 30.000 homens com equipamento inferior e praticamente sem armamento leve deveu-se a erros estratégicos recorrentes, principalmente ao emprego desproporcional da força repressiva contra a população civil: apesar de utilizar táticas eficazes de contra-insurgência, obtendo vitórias militares significativas contra o ELN, esses êxitos foram completamente anulados devido ao efeito contraproducente da repressão indiscriminada perante a opinião pública internacional, efeito esse maximizado pela intensa propaganda da intelectualidade socialista francesa.

3.3.3 Campo cultural

O fator cultural teve um papel preponderante na guerra de resistência argelina, particularmente destacando-se o papel da religião islâmica como elemento agregador da população, fazendo com que o sentimento de pertença ao mundo árabe servisse como motivador da população para a luta, suportando os expressivos sacrifícios dela decorrentes.

Por sua característica internacionalista, o Partido Comunista da Argélia não teve o mesmo papel decisivo de seus congêneres da China e do Vietnã, perdendo espaço para os nacionalistas da FLN. Porém, apesar da ideologia socialista não se apresentar como o principal fator de motivação do movimento de resistência argelino, sua influência se fez notar no aspecto organizacional de sua estrutura política, além da proposta de guerra prolongada, de inegável inspiração maoísta.

Outro aspecto de grande importância foi a valorização da cultura árabe como instrumento de resistência à influência francesa. O acultramento estabelecido pelo colonizador foi durante décadas um instrumento de dominação: a imposição do idioma, a obrigação de se comemorar as efemérides francesas – em 1939, por

ocasião dos 150 anos da Revolução Francesa, jovens árabes e mourescos desfilavam, os primeiros portando o traje dos *sans-cullotes*, os segundos, com a fronte cingida por uma coroa tricolor (FERRO, 1996) – tudo servia para tentar anular a identidade cultural dos argelinos.

Contudo, em diversas regiões do Magreb, a colonização cultural francesa foi solenemente ignorada, particularmente nos bazares, mesquitas e *medersas* (escolas religiosas muçulmanas), onde os costumes locais eram cultivados secretamente. Essa resistência cultural era uma forma velada de reação ao menosprezo com que os argelinos eram vistos pelos franceses: tidos como inferiores, só serviriam para trabalhos de baixa qualificação intelectual.

A exploração promovida pelos colonos apresentava-se sob todos os aspectos, desde a ocupação das melhores terras, relegando os argelinos à miséria social, até a imposição de uma cultura exógena. Esse estado de coisas contribuía para a tentativa de destruir o estilo de vida dos nativos, suas instituições e sua cultura, tornando-os estrangeiros em seu próprio país. Fanon (*apud* FERRO, 1996) relata de maneira emblemática o sentimento argelino naqueles tempos:

O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse: sentar-se à mesa do colono, dormir na cama do colono, com sua mulher se possível. O colono sabe disso. 'Eles querem pegar nosso lugar.' É verdade. Não há um único colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono. (p. 149).

O próprio idioma árabe era reconhecido apenas como uma língua estrangeira, sendo a segunda no vestibular, o que fazia com que os alunos de origem francesa tivessem nítida vantagem em relação aos argelinos e provocava um grande sentimento de revolta nos árabes instruídos, motivando-os cada vez mais a aderir à causa independentista. Os próprios lares dos argelinos passaram a ser um reduto da resistência da cultura islâmica, o que fortaleceu a base de apoio ao ideário da FLN.

Até a questão da vacinação contra a varíola tornou-se motivo para contestar o regime colonial: os argelinos não queriam que o “sangue” dos franceses se misturasse com o deles. Recusar-se à vacinação obrigatória era, simbolicamente, negar a autoridade francesa no país, caracterizando o emprego da desobediência civil como uma forma eficaz de resistência.

Com base nos três casos históricos analisados no presente capítulo, pode-se verificar as características fundamentais da doutrina de guerra irregular empregada como alternativa de resistência a um invasor estrangeiro. Essas características servem de base fundamental para a análise cruzada que será realizada no capítulo a seguir.

4 ANÁLISE CRUZADA DA GUERRA IRREGULAR

4.1 MARCADORES

A fim de realizar a análise cruzada, a presente pesquisa utilizou marcadores baseados nas características que determinam o objeto de estudo, no caso, a guerra irregular. A definição dos marcadores fundamentou-se nas definições e características já verificadas no capítulo 2, particularmente as enumeradas por Visacro, Galula e Trinquier. Buscou-se, ainda, selecionar marcadores dentro dos três campos analisados, ou seja, o político, o estratégico e o cultural. Dentro do campo político, os marcadores são a participação popular, a condução política da guerra irregular, o apoio externo e a propaganda; no campo estratégico, foram selecionados a negação do confronto direto e o centro de gravidade; finalmente, no campo cultural, o marcador adotado foi a motivação. A seguir, será definido cada um dos marcadores citados.

O primeiro marcador, a participação popular, representa as formas de envolvimento da população civil com os movimentos de resistência analisados. Abrange, ainda, os meios empregados no recrutamento dos civis pela liderança político-militar, bem como as características das populações que as levaram à vitória contra os invasores.

A condução política da guerra irregular engloba as diferentes formas como as lideranças políticas empregaram os fundamentos dessa forma de combate; cabe salientar que, na guerra irregular, os aspectos políticos se sobrepõem aos militares. Dessa forma, esse marcador busca avaliar a estrutura política das organizações, suas relações com os demais atores sócio-políticos, bem como as medidas desencadeadas para viabilizar a resistência.

O apoio externo visa analisar os países/organizações que auxiliaram os movimentos de resistência, e de que maneira esse apoio foi prestado, seja diplomático ou material, além das motivações que levaram tais países a assumirem o compromisso de apoiarem seus aliados.

Com relação à propaganda, esse marcador tem por finalidade analisar os meios que os três países utilizaram para angariar o apoio da opinião pública interna e externa para suas causas e os efeitos dessa propaganda sobre as forças invasoras.

Dentro do campo estratégico, a negação do confronto direto é uma característica comum a todos os casos de emprego da guerra irregular, notadamente pela assimetria na correlação de forças: os exércitos/guerrilhas de menor poder militar buscam realizar pequenas ações, a fim de preservar suas forças, buscando maximizar os seus efeitos por meio da propaganda.

O centro de gravidade, conforme já foi abordado nesta pesquisa, constitui o ponto do oponente que, caso conquistado ou neutralizado, acarretará a destruição de sua estrutura de poder. Esse marcador pode se apresentar de diversas formas, dependendo da situação de emprego da guerra irregular analisada; a abordagem do centro de gravidade também pode ser diferenciada, de acordo com os métodos de atuação das forças de resistência.

Por fim, a motivação é um marcador que se apresentou sob formas distintas em cada caso analisado, posto que está diretamente ligada à realidade cultural de cada uma das populações envolvidas na guerra de resistência. A forma pela qual os condutores da guerra irregular exploraram essa característica em proveito de suas causas também será objeto da análise cruzada.

4.2 MARCADOR 1: PARTICIPAÇÃO POPULAR

Nos três casos históricos analisados, a participação popular nos movimentos de resistência teve papel decisivo para a consecução de seus objetivos. No caso da China e do Vietnã, a grande força de combate foi a população camponesa, historicamente comprometida com a expulsão de sucessivas ondas de invasores estrangeiros.

Tanto o Partido Comunista Chinês quanto o Vietminh perceberam a importância não só de conquistar o apoio do campesinato, mas também de empregá-lo como participante ativo na guerra irregular movida contra seus oponentes. Mao Tsé-tung pregava que a população e seu exército deveriam formar um conjunto indissociável, movidos pelo mesmo propósito. Tanto para o Japão, no caso chinês, quanto para França e EUA, no caso vietnamita, era impossível diferenciar os combatentes regulares dos irregulares, tamanha era a interação obtida entre todos os setores da sociedade que empreendiam a guerra de resistência.

Já no caso da Argélia, apesar de sua origem camponesa, a população sofreu um intenso processo migratório para as áreas urbanas, tendo em vista a

gradual ocupação das melhores terras pelos colonos franceses. Toda essa massa de refugiados se estabeleceu nos subúrbios de Argel, e, alimentada pela revolta com a exclusão social de que vinha sendo vítima, tornou-se, à semelhança dos casos chinês e vietnamita, a principal força de combate da FLN. Apesar dos cargos de chefia serem atribuídos a uma elite intelectual argelina, o ELN era essencialmente popular, fruto de um intenso e agressivo recrutamento entre a juventude sem perspectivas.

A diferença fundamental entre os três casos analisados encontra-se no tratamento da população, visando sua cooptação à causa da resistência. Nos casos chinês e vietnamita, nota-se uma preocupação com as condições de vida da população: na China, as tropas tinham determinações claras de preservar os bens da população e de auxiliá-la em tudo o que fosse possível; no Vietnã, o exército era responsável por diversas tarefas em benefício da população, como auxiliar os camponeses na produção agrícola, defesa civil, entre outras. Essa atitude contrastava com o desprezo com o qual os invasores tratavam as populações locais, chegando a executar verdadeiros massacres em aldeias camponesas.

De maneira contrária, a FLN chegou a perpetrar ataques terroristas direcionados à população civil argelina, inclusive de origem árabe, de modo a gerar um clima de insegurança e dependência da proteção da organização, estabelecendo-se como um poder paralelo que visava substituir a decadente administração colonial francesa. Tal situação de insegurança provocada pelo terrorismo propiciou o aumento da adesão popular à causa da FLN, fortalecendo seus quadros, apesar da imposição pelo medo.

Conclui-se, portanto, que, independentemente do método empregado para angariar o apoio, a participação popular se deu de maneira efetiva nos três casos históricos analisados, sendo decisiva como força fundamental do combate de resistência, graças ao conhecimento do terreno pela população nativa e a dificuldade por parte dos exércitos invasores de identificar os combatentes no meio dos civis.

4.3 MARCADOR 2: CONDUÇÃO POLÍTICA DA GUERRA IRREGULAR

Uma das características fundamentais da guerra irregular é o papel preponderante dos aspectos políticos sobre todos os demais, inclusive os militares,

e essa característica se manifestou de maneira significativa nos três casos históricos analisados.

Sob esse aspecto, na Guerra Sino-Japonesa, um fator de dificuldade era a divisão política interna existente entre o partido no poder, o Kuomintang e o Partido Comunista, que idealizou e foi o principal empreendedor da guerra de resistência; uma das primeiras providências de Mao, então, foi promover a união entre as duas forças políticas, apesar do antagonismo existente, de modo a enfrentar o invasor em melhores condições. No caso do Vietnã, a situação era menos complexa, já que o Vietminh era a força política preponderante no norte do país e acabou por dominar a condução das ações políticas; ressalta-se, ainda, que a influência do partido estendia-se até o sul do Vietnã, mesmo sob a ocupação das tropas estrangeiras, inspirando movimentos de subversão, como o Vietcong. A Revolução Argelina, por sua vez, apresentou um quadro político mais heterogêneo, com diversas organizações procurando assumir a liderança do movimento de emancipação, sob várias perspectivas; contudo, a força política preponderante foi a FLN, que aglutinou de maneira mais significativa o apoio tanto da elite intelectual quanto da população civil.

Na China, diversas medidas de cunho político foram necessárias para garantir o apoio da população camponesa à causa da resistência, tais como a abolição dos impostos, a redução dos aluguéis sobre as terras cultiváveis, o aumento de salários, o auxílio às vítimas das recorrentes calamidades naturais, entre outras. Em relação ao Vietnã, de maneira semelhante, buscou-se melhorar as condições de vida da população: ao norte, com a participação do exército em trabalhos de interesse social e ao sul por meio do Vietcong, que provia aos camponeses abandonados pelos governos títeres educação, saúde e demais serviços sociais, exercendo o verdadeiro papel do Estado na região. Na Argélia, a estrutura de governança da FLN, no intuito de estabelecer um poder paralelo à administração colonial francesa, fornecia por meio da Organização Político-Administrativa (OPA) serviços essenciais à população civil, como registros, casamentos, etc; particularmente no campo da educação, a FLN, ao promover a instituição de escolas no idioma árabe, procurou estimular o sentimento de independência em relação à autoridade civil francesa e, ao mesmo tempo, se afirmar como uma alternativa de poder viável e legítima para os argelinos.

Na presente seção, pode-se concluir que a condução política da guerra irregular nos três casos históricos analisados teve como principal finalidade criar as condições necessárias à vitória do movimento de resistência: em um primeiro momento, unificar as forças políticas locais; após isso, buscar melhorar as condições de vida da população sob todos os aspectos, de modo a garantir o seu apoio à causa e representar a verdadeira autoridade estatal, procurando tirar essa atribuição da força invasora, e, conseqüentemente, a legitimidade de sua governança.

4.4 MARCADOR 3: APOIO EXTERNO

O apoio externo à resistência, nos três casos analisados, ocorreu sob duas formas: tanto por parte do governo de países aliados, quanto por parte de movimentos civis organizados, o que ocorreu até mesmo nos países invasores.

O movimento chinês de resistência, aproveitando-se do contexto da Segunda Guerra Mundial, procurou obter o apoio dos países oponentes do Japão no conflito, isto é, os Aliados, do qual faziam parte os EUA, Inglaterra, França e URSS. Mao Tsé-tung pregava, inclusive, que tais países constituíssem uma frente unida internacional antijaponesa. No intuito de enfraquecer o Japão em seu entorno estratégico, os Aliados ofertaram créditos financeiros à China da ordem de aproximadamente meio bilhão de dólares, além do apoio em munições, treinamento, aviões e pilotos concedidos pela URSS, principal aliado militar, político e ideológico chinês. Salienta-se, porém, que o apoio mais decisivo, apesar de indireto, foi prestado pelos EUA ao derrotar as forças japonesas no Pacífico, levando a potência nipônica ao colapso e abreviando a Guerra Sino-Japonesa.

De forma semelhante, a resistência vietnamita contou com um importante aliado externo: a China, particularmente após a vitória definitiva do Partido Comunista e a conseqüente ascensão de Mao ao poder em 1949. Incapazes de suportar o esforço de guerra de maneira autônoma, os vietnamitas receberam daquele país armas leves e pesadas, munição de diversos tipos, alimentos, combustíveis, medicamentos, uniformes e equipamentos de comunicações. Na guerra contra os EUA, a ajuda se ampliou com o envio de tropas de engenharia e de artilharia antiaérea. O apoio soviético também foi intenso, com financiamento, instalação de indústrias para alavancar a produção de guerra, bens de consumo, serviço de saúde, equipamentos industriais e de telecomunicações, caminhões,

medicamentos, ferramentas e minérios. Ao final da guerra, a URSS era a principal fornecedora de suprimentos ao Vietnã.

No caso da Argélia, o apoio mais próximo vinha de seus vizinhos, Marrocos e Tunísia, recém independentes do domínio colonial francês, que forneciam, além de refúgio e apoio político, vários tipos de suprimentos que passavam constantemente por suas fronteiras. O apoio dos países árabes também teve grande importância, principalmente do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, líder do pan-arabismo, movimento de união dos países de origem comum árabe; esse apoio, originado na Conferência de Bandung, em 1950, possibilitou uma maior divulgação da causa argelina, além de uma rede de oposição aos métodos repressivos franceses, o que favoreceu a propaganda de legitimidade da causa argelina.

Além do relevante auxílio material, os três movimentos de resistência analisados souberam angariar o apoio da opinião pública internacional, que, por vezes, foi mais decisivo que as constantes remessas de armas e recursos financeiros. A busca chinesa por envolver a sua luta de uma aura de legitimidade, evocando o princípio da “guerra justa”, aliada à associação dos japoneses com o nazi-fascismo europeu, acabaram por produzir efeitos positivos interna (motivação de seu povo) e externamente (adesão do apoio das populações dos países aliados).

O Vietnã, da mesma forma, soube reverter a violência do invasor em legitimidade para sua causa: na resistência à França, procurou explorar a forte opinião da elite intelectual socialista francesa, que movia intensa campanha pela retirada de suas tropas do Oriente; no caso dos EUA, a truculência empregada pelas tropas norte-americanas, com a utilização de *napalm*, a condução de verdadeiros massacres contra os camponeses, entre outras atrocidades, ajudou a estimular o surgimento de diversos movimentos de cunho pacifista por todo o mundo, principalmente nos EUA, que passaram a pressionar o poder político pela desocupação do Vietnã.

No caso da Revolução Argelina, o engajamento da intelectualidade francesa com a causa da descolonização foi ainda mais intenso, influenciando toda a opinião pública internacional com a divulgação dos abusos cometidos pelas forças francesas na repressão à FLN, onde a população civil foi a maior vítima da violência provocada por ambos os lados.

Portanto, para os três movimentos de resistência o apoio externo foi essencial à vitória obtida, posto que o domínio territorial do invasor dificultou

sobremaneira a produção e o fluxo de suprimentos, evidenciando a necessidade de financiamento e fornecimento de diversos itens, como armamento, munição e até alimentos. Ressalta-se que tal apoio ocorreu por meio de países fronteiriços e, na maioria das vezes, por forças antagonistas ao invasor, demonstrando a necessidade de, desde os tempos de paz, diversificar as relações internacionais, de modo a contar com múltiplas possibilidades de apoio. Outro fator de capital importância foi a conquista do apoio da opinião pública internacional, procurando “rotular” o movimento de resistência como uma “guerra justa”, e garantindo legitimidade à causa e desmoralização ao oponente, no intuito de que a pressão política interna do país invasor levasse à retirada de suas tropas.

4.5 MARCADOR 4: PROPAGANDA

A propaganda constituiu, nos três casos de guerra irregular analisados, um instrumento poderoso de divulgação do ideário da resistência, tanto para o público interno, de forma a convocar a população às armas, quanto no exterior, a fim de atrair o apoio da opinião pública internacional e pressionar politicamente o país invasor, tirando a legitimidade de suas ações.

Na China, o jornal “O Trabalhador Chinês” cumpria a importante tarefa de agitar politicamente as massas, divulgando o espírito da resistência ao invasor estrangeiro, de forma a mobilizar os civis para a luta armada. Servia, ainda, como uma forma de difusão das experiências de combate, transmitindo informações, a fim de aperfeiçoar as técnicas e táticas de combate. No âmbito externo, a propaganda chinesa visava à desmoralização dos japoneses, atribuindo-lhes a pecha de usurpadores do território chinês, procurando minar sua credibilidade no campo internacional e caracterizar a resistência como uma justa defesa da soberania chinesa; buscava-se, também, influenciar a massa trabalhadora japonesa para que se mobilizasse, de forma a pressionar seus governantes a suspenderem a agressão contra a China.

A resistência vietnamita também utilizou de forma bastante intensa a propaganda: a edição do periódico *Viet Lap* (Vietnã Independente) tinha por finalidade disseminar entre as massas camponesas a doutrina comunista e incitar a subversão contra o domínio colonial francês, contribuindo para o engajamento da população à guerra de resistência. Os vietnamitas se notabilizaram, ainda, pelo

emprego da propaganda no plano internacional, o que se tornou decisivo para a consequente vitória da resistência, particularmente na guerra contra os EUA: as imagens dos bombardeios aéreos norte-americanos massacrando a população civil apresentaram ao mundo a violência indiscriminada do invasor; com uma abordagem diferente, a divulgação das cenas da Ofensiva do Tet, com diversos ataques a Saigon, centro da administração do exército de ocupação, levou o terror ao telespectador norte-americano, que via seus filhos morrerem em terra estrangeira contra um inimigo agressivo e determinado a defender seu território por muitos anos, se fosse preciso. Apesar da derrota militar vietnamita, com o quase extermínio do Vietcong, a propaganda atingiu seu objetivo final, a retirada das tropas estadunidenses da Indochina.

A Revolução Argelina caracterizou-se pela diversificação dos meios de propaganda, seja visando o público interno, seja mobilizando a opinião internacional. O jornal argelino *El Moudjahid* (O combatente) apoiava a doutrinação da população, exaltando o sacrifício pessoal pela pátria. A emissora de rádio “A Voz dos Árabes”, a serviço do pan-arabismo de Nasser, transmitia mensagens de apoio à causa argelina, exaltando os valores comuns aos árabes e exortando-os à luta. O cinema também foi um veículo da propaganda argelina: o filme “A Batalha de Argel” retrata o caótico panorama dos combates travados entre o ELN e as forças francesas, enfocando as arbitrariedades cometidas pelo exército colonial contra a população civil, como torturas e execuções; o impacto produzido pelo filme, intensamente premiado, maximizou a divulgação da resistência argelina, gerando uma pressão política sobre a França para que admitisse a emancipação da colônia. Finalmente, a imprensa francesa por meio de vários jornais como *France Observateur*, *L’Express*, *Témoignage Chrétien* e *Le Monde*, e revistas como *Esprit* e *Preuves* difundiram o apoio da intelectualidade francesa à luta da FLN; como sua divulgação extrapolava as fronteiras francesas, os ideais da emancipação argelina tornaram-se rapidamente conhecidos em todo o mundo.

Como pode ser verificado, a propaganda foi um instrumento de grande utilidade para a consecução dos objetivos políticos de angariar o apoio da opinião pública interna e externa, e de desmoralizar o invasor, de forma a caracterizar a guerra de resistência como uma causa justa, eliminando a motivação política para o combate por parte da potência invasora.

4.6 MARCADOR 5: NEGAÇÃO DO CONFRONTO DIRETO

Dentro do campo estratégico, uma das características que melhor definem a guerra irregular é a negação do confronto direto, pois representa, em um quadro de assimetria de poder militar, a melhor forma de preservar as forças de combate do oponente mais fraco. Dessa premissa derivam praticamente todas as formas de manobra empregadas na guerra de resistência.

A busca de se estabelecer uma guerra de resistência prolongada no tempo, característica presente nos três casos de que trata a pesquisa, representa uma consequência da negação do confronto direto: tendo em vista a necessidade de preservar as forças de resistência, de mobilizar meios para minimizar a superioridade do oponente, de conduzir ações de desgaste e inquietação, e de prejudicar a imagem do invasor perante a opinião pública internacional, torna-se necessário que a resistência dure o maior tempo possível.

A concepção estratégica de Mao Tsé-tung baseava-se em três fases: defensiva, estabilização e ofensiva. Particularmente as duas primeiras se fundamentavam pela negação do confronto direto. Na etapa defensiva, predominavam os ataques rápidos de surpresa, com retiradas planejadas; essas operações garantiam duas vantagens aos chineses: a manutenção da iniciativa, deixando as tropas invasoras em constante estado de inquietação, e a preservação dos efetivos, garantindo poder de combate para ações posteriores; na fase de estabilização, ocorria uma diminuição dos confrontos, com a finalidade de mobilizar meios para a resistência, realizando a transição de força de guerrilha para exército regular, a fim de passar à ofensiva em melhores condições. Mesmo na terceira fase, o princípio da negação do confronto direto não foi completamente abandonado, visto que o exército chinês empregou muitas vezes os chamados “ataques em ondas”, com sucessivos avanços e recuos, concentrações e dispersões de tropas, tudo visando o mínimo de desgaste e perdas para suas tropas.

Apesar de apresentar a mesma divisão por fases adotada por Mao, a estratégia vietnamita utilizou formas de combate diferenciadas de acordo com as situações que se apresentavam, porém todas estavam alicerçadas no princípio da negação do confronto direto. Inspirado por Napoleão Bonaparte, Giap procurava atacar o inimigo em várias frentes de forma simultânea, evitando os pontos mais fortes do dispositivo oponente; isso gerava uma grande apreensão por parte do

exército invasor por não saber onde se daria o ataque inimigo, o qual poderia, inclusive, interromper seu fluxo de comunicações e de suprimentos. Mesmo na fase da ofensiva, o exército vietnamita procurava atuar de maneira descentralizada, no intuito não só de preservar as tropas, evitando grandes perdas de uma só vez, mas também para garantir a continuidade dos ataques, dando uma impressão de onipresença às forças de resistência.

De maneira semelhante aos demais casos, a resistência argelina buscava constantemente evitar o confronto direto com as tropas de repressão francesas, aproveitando-se de seu maior conhecimento do terreno e do apoio de sua população para realizar ações de pequenas frações, como emboscadas, seguidas de rápidas retiradas, de forma a preservar os integrantes do ELN, duramente recrutados junto à população. A atuação do movimento de resistência baseada em ataques terroristas caracterizava plenamente a negação do confronto direto, por se tratarem de ações dissimuladas, com o emprego de pequenos efetivos e que somente eram percebidas após desencadeadas, gerando um clima de inquietação não só às forças francesas, mas também à população civil como um todo. A estrutura compartimentada do ELN dificultava a identificação de seus integrantes por parte da repressão, o que contribuía para manter seu efetivo para as ações subsequentes.

Conclui-se, então, que a negação do confronto direto foi uma característica recorrente nos casos históricos de guerra irregular analisados, sendo praticada com a finalidade principal de preservar as forças de combate para ações futuras dentro de um quadro de guerra prolongada. Essa negação ocorreu tanto na escolha das formas de manobra adotadas contra o invasor, quanto pela constituição das estruturas de combate das forças de resistência.

4.7 MARCADOR 6: CENTRO DE GRAVIDADE

Na guerra irregular, de forma diferente do combate convencional, o centro de gravidade normalmente escolhido por muitas vezes não corresponde a objetivos físicos, como acidentes no terreno (elevações, pontes, cruzamentos de estradas, etc.), mas elementos intangíveis, como o moral da tropa oponente, a opinião pública interna, entre outros.

No caso da resistência chinesa, o centro de gravidade almejado foi a motivação para o combate da tropa japonesa. As ações de desgaste realizadas pelo

Exército Vermelho e pelas forças regionais procuravam constantemente inquietar o exército invasor, de forma a afetar seu espírito combativo. Da mesma maneira, as ações de propaganda sobre a população chinesa visavam estabelecer um espírito de desobediência civil e de aversão ao invasor estrangeiro, de modo que os japoneses tivessem a permanente sensação de hostilidade por parte da população local. Sem dúvida, tanto as ações militares quanto a propaganda tiveram efeito devastador sobre o moral do exército japonês; tal situação, agregada às derrotas militares no Pacífico levaram à retirada das tropas imperiais do território chinês.

Os condutores da guerra de resistência vietnamita escolheram como centro de gravidade a opinião pública internacional, particularmente a dos países invasores; apesar do formidável efeito conseguido na resistência à França, foi contra os EUA que esse objetivo foi atingido de maneira mais significativa: aproveitando-se da baixa tolerância da opinião pública norte-americana às baixas de combate, característica fundamental da cultura estratégica daquele país, a resistência procurou maximizar os efeitos dos ataques vietnamitas, aproveitando-se das imagens das redes de televisão, de modo a influenciar a opinião pública, os movimentos pacifistas e, principalmente, a classe política. Um exemplo emblemático foi a Ofensiva do Tet, cujos efeitos foram decisivos para o desgaste do poder político norte-americano, apesar da vitória militar.

A Revolução Argelina, de maneira semelhante ao que ocorreu no Vietnã, adotou como centro de gravidade a opinião pública internacional, porém enfatizando a perda de legitimidade por parte do exército francês. Os ataques terroristas desencadeados pela FLN em Argel, com seus efeitos que repercutiram por todo o mundo, geraram uma reação desproporcional de violência indiscriminada e exacerbada por parte das forças de repressão, o que foi utilizado pela resistência – e, da mesma forma, pelos socialistas franceses – para questionar a legitimidade da colonização da França na região. Sob uma forte ação de propaganda, a ideia foi disseminada por todo o mundo, gerando uma pressão política pela retirada das tropas da Argélia e pela descolonização africana em geral.

Dessa forma, chega-se à conclusão que, na guerra irregular, é imprescindível escolher de maneira correta o centro de gravidade do inimigo a ser atacado. Em se tratando de potências de grande poder militar, esse ponto dificilmente estará ligado aos aspectos militares, mas deve representar as contradições que um país invasor evidencia, todas de certa maneira ligadas à

questão da legitimidade; seus excessos devem ser explorados, de forma que a potência invasora seja vítima das consequências de sua própria violência.

4.8 MARCADOR 7: MOTIVAÇÃO

Dentro do campo cultural, a característica decisiva para a condução da guerra irregular é a motivação para o combate. Com base nos exemplos que se sucederam ao longo do tempo, qualquer movimento de resistência que se pretende vitorioso não deve prescindir do apoio popular. Dentro desse escopo, cabe à condução política propiciar a motivação necessária para levar a população às armas, o que pode ser feito de diversas maneiras, de acordo com as características culturais de cada povo.

Mao Tsé-tung soube, desde os primórdios de sua luta para a conquista do poder na China, identificar a histórica capacidade de combate da população camponesa e, a partir da ideologia comunista, desencadear um processo longo e contínuo de doutrinação, de forma a motivá-la para combater, inicialmente, as forças do Kuomintang e, posteriormente, os invasores japoneses. Esse trabalho de conscientização das massas visava a prepará-las para uma guerra prolongada contra um inimigo melhor preparado materialmente e motivado pela crença na superioridade japonesa. Mao procurou mesclar os princípios socialistas com outros valores, tais como o nacionalismo, o espírito de sacrifício, a autoestima e a disciplina consciente. Dessa forma, buscou incutir na população a necessidade de se conquistar dois objetivos necessariamente interligados: a libertação nacional do invasor japonês e o fim da opressão político-econômica da classe proletária.

Essa motivação era estimulada por meio da identificação da população com os valores culturais chineses. Crescia, então, de importância a atuação dos “trabalhadores culturais”, cuja missão era divulgar os aspectos da milenar cultura tradicional chinesa junto às massas. Ao mesmo tempo, era desenvolvida uma política educacional de hostilidade aos valores culturais japoneses, de modo a fomentar o espírito de resistência na população, particularmente no seio da juventude chinesa.

Com relação ao Vietnã, da mesma forma que na China, o alvo do trabalho de motivação popular foi a população camponesa. Porém, no caso do campesinato vietnamita, a situação era distinta: o quadro era mais complexo, onde cada região do

campo vivia uma realidade política/econômica/cultural diferenciada; falavam-se dialetos diferentes, muitas vezes dentro de um mesmo grupo étnico. A fim de realizar sua doutrinação política e emular a motivação para combater os invasores, Giap e seus correligionários procuraram aprender os costumes e dialetos locais, fazendo com que a massa camponesa se identificasse com a ideologia socialista e engrossasse as fileiras do exército de resistência.

Giap buscou, ainda, motivar a população a partir da ideia-força da unificação nacional: era necessária a recuperação da parte sul do país invadida por estrangeiros interessados na riqueza pertencente à nação vietnamita. Esse mote ganhou força inclusive no sul do Vietnã, onde boa parte da população, particularmente a camponesa, aderiu à causa da resistência, constituindo a força de guerrilha Vietcong.

De maneira distinta dos dois casos históricos anteriores, a doutrina socialista teve um papel secundário no movimento de resistência argelino. Tendo em vista a opressão política exercida pela colonização francesa, que conduziu um processo de aculturação da população, a FLN procurou enfatizar a motivação política para o combate, alicerçando-se no sentimento de unidade árabe da população, com foco na religião muçulmana, fator de identificação cultural. Para isso, apoiou-se na ideologia do pan-arabismo de Gamal Abdel Nasser, presidente egípcio e líder da Liga Árabe, que promoveu a união e o apoio mútuo entre os países de origem árabe.

Com base no sentimento nacionalista de orgulho árabe, a FLN passou a incentivar o estudo da língua árabe como forma de contraposição ao idioma francês. Da mesma forma, a população manteve sempre uma situação de resistência cultural, praticando secretamente seus costumes e tradições, com total menosprezo pelas imposições culturais do invasor. Essa postura foi plenamente utilizada pelos condutores políticos da guerra de resistência para catalisar a revolta da oprimida população argelina.

Como foi verificado, a motivação foi o “motor de combustão” que mobilizou os verdadeiros executores dos movimentos de resistência nos três países estudados: a população em armas. Esse fator, intrinsecamente ligado aos aspectos culturais de cada povo, foi trabalhado de maneira diferenciada em cada um dos casos históricos e mostrou-se decisivo para o êxito obtido nas três situações.

Encerrando o presente capítulo, pode ser constatado que os diversos marcadores/características fundamentais da guerra irregular aqui elencados se

apresentaram, em maior ou menor grau, em todos os casos históricos analisados, mesmo que de maneiras distintas, dadas as peculiaridades políticas, estratégicas e culturais de cada país. A seguir, será verificado se e como tais características podem ser úteis à doutrina brasileira da Estratégia da Resistência.

5 CONTRIBUIÇÕES DOUTRINÁRIAS

Nesta seção serão analisadas, a partir dos marcadores elencados, as contribuições doutrinárias dos casos históricos à Estratégia da Resistência brasileira, ressaltando-se as adaptações necessárias à realidade política e cultural do país.

Com relação à participação popular, sendo este fator de fundamental importância para o êxito da resistência, como foi verificado nos três casos históricos, o Brasil não poderá prescindir dessa força fundamental de combate. Na atualidade, nota-se, porém, o predomínio da população urbana e será necessário, portanto, atraí-la para a luta, conquistando sua adesão desde os tempos de paz. As Forças Armadas deverão cada vez mais procurar se integrarem à população, angariando sua confiança. Nesse sentido, é preciso - paralelamente à sua principal atividade, que é a preparação para a defesa territorial - estimular sua participação (o que já vem ocorrendo) em atividades de importância ao desenvolvimento do país e de sua população, tais como a construção e reforma de infraestruturas críticas, como rodovias, aeroportos, ferrovias, etc; apoio à defesa civil, por ocasião de calamidades e/ou desastres ambientais; apoio eventual à segurança pública, entre outras.

Além disso, dentro desse quadro de integração Forças Armadas – povo, é necessário promover o conhecimento por parte da população civil sobre as atividades militares que subsidia por meio de impostos e os assuntos de Defesa em geral. Isso pode ser obtido de duas formas: a primeira, que já existe, é o serviço militar obrigatório, que prepara o cidadão como reservista, visando a seu futuro emprego em combate, no caso de um conflito; a segunda é a conscientização da população – principalmente dos futuros formadores de opinião, como os estudantes universitários – em relação à importância dos assuntos de Defesa, expondo as estratégias vigentes do Estado brasileiro, particularmente a da Resistência.

Cabe salientar que um fator que favorece a integração da população com suas Forças Armadas é o fato de que, em muitas regiões do país, em especial na Amazônia e na faixa de fronteira, as organizações militares constituem a única presença efetiva do Estado, cumprindo, por diversas vezes, atribuições atinentes a outros órgãos governamentais, o que aumenta a percepção favorável da população.

Entretanto, à semelhança do que ocorreu nos casos históricos analisados, é importante promover a efetiva participação popular na resistência, não só em apoio às ações militares, mas como a verdadeira força de combate. O tradicional espírito

salvacionista das Forças Armadas é um paradigma que deve ser quebrado, para que a condução política e militar da resistência permita armar a população civil, garantindo uma maior efetividade ao combate contra o invasor.

A segunda característica da guerra irregular – a condução política – apresentou-se fundamental, mais até que os aspectos militares, na consecução dos objetivos dos movimentos de resistência estudados. No caso do Brasil, o maior desafio é a adoção efetiva da resistência como uma estratégia de Estado, tendo em vista que, atualmente, apesar de seu reconhecimento por meio da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, a Estratégia da Resistência permanece desconhecida pela classe política brasileira. Essa estratégia deve ser estudada e considerada como hipótese viável pela classe dirigente nacional desde os tempos de paz para que, em caso de necessidade, seja efetivamente empregada. Ressalta-se que tal condição é um desafio, posto que a Estratégia da Resistência não é consensual nem dentro das Forças Armadas, como podemos observar nos depoimentos dos entrevistados. Vejamos a opinião de M1: “[A Estratégia da Resistência] Deve ser encarada não apenas como uma possibilidade, mas como uma necessidade estratégica.” (APÊNDICE A). Já na visão de M2:

[A Estratégia da Resistência] Deve ser estudada, preparada e planejada, mas a prioridade é a guerra convencional. A guerra de resistência é a opção de dignidade de quem foi derrotado inicialmente e teve seu território ocupado pelo inimigo depois de combater para impedi-lo. Portanto, é o prosseguimento da campanha, mas não o seu início a priori. (Apêndice B, p. 130).

Outra condição importante, dentro da condução política, para que a Estratégia da Resistência seja bem sucedida é a busca pelo melhoramento das condições de vida da população, paralelamente à sua conscientização em relação à defesa do território, conforme esclarece Jaguaribe (2008):

[...] nenhuma política séria de defesa nacional é exequível, no Brasil, se não se der prévio atendimento a dois requisitos habilitatórios. O primeiro diz respeito à adoção de um novo modelo macroeconômico e de uma estratégia adequada, em condições satisfatórias, à substituição do atual modelo de equilíbrio estático por um modelo de equilíbrio dinâmico, de caráter neodesenvolvimentista, com profundo compromisso social e ecológico. O segundo requisito, que constitui, ademais, condição de sustentação pública do primeiro, consiste em se promover um amplo movimento de conscientização do povo brasileiro do imperativo de preservar e significativamente ampliar as já estreitas margens de autonomia interna e externa de que dispõe o Brasil e da necessidade de se integrar nossa defesa nacional com a dos países do Mercosul. (p. 522).

No que tange ao apoio externo, em um quadro de resistência, será imprescindível que o Brasil estabeleça, antes mesmo da configuração do conflito, alianças com países antagonistas ao invasor no plano internacional, particularmente em sua faixa de fronteira. Tal situação favoreceria, além da continuidade do fluxo logístico, o apoio internacional à legitimidade da causa da resistência. É importante, desde os tempos de paz, diversificar as alianças internacionais, estimulando a multilateralidade das relações exteriores brasileiras. Tal atitude propiciará uma maior quantidade de alternativas de apoio, caso se configure um quadro de guerra de resistência. Da mesma forma, é necessário estabelecer uma política de cooperação com os países limítrofes ao Brasil, particularmente os da região amazônica, de modo a promover, a longo prazo, a constituição de uma verdadeira comunidade de segurança, o que é primordial para a defesa dos interesses brasileiros no subcontinente sul-americano. Uma maneira efetiva de se promover essa cooperação é estimular o desenvolvimento de organismos regionais, tais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União de Nações Sul-americanas (UNASUL) e o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). Da mesma forma, é necessária a participação em organismos extrarregionais, de modo a aumentar as alternativas de alianças com potências que possam se contrapor no plano internacional a um possível invasor no caso de uma guerra de resistência.

A propaganda, elemento essencial de divulgação da causa da resistência e de mobilização da opinião pública contra uma eventual força invasora, deve ser pensada desde os tempos de paz, de modo a sensibilizar a opinião pública interna em relação à importância da defesa da Amazônia e de suas riquezas nacionais, além da soberania brasileira sobre aquele território. Da mesma forma, no plano internacional, a propaganda deve ser amplamente empregada, no intuito de divulgar que o país tem totais condições de promover o desenvolvimento da região de maneira sustentável, evitando a destruição do patrimônio biogenético que é a Floresta Amazônica.

Por ocasião de uma eventual escalada da crise, com a configuração de um cenário de emprego da Estratégia da Resistência, a propaganda seria empregada como elemento derradeiro de dissuasão, de forma a divulgar a intenção da população brasileira em resistir, com ênfase nas dificuldades que encontraria uma tropa invasora estrangeira. Em se concretizando a invasão, a propaganda seria

direcionada em duas frentes: a primeira, para o público interno, de modo a fortalecer o espírito de resistência e preparar psicologicamente a população para uma guerra prolongada de desgaste; a segunda, voltada para a opinião pública internacional, com a finalidade de angariar seu apoio, com base na legitimidade da causa da soberania brasileira, no sentido de provocar uma pressão política internacional sobre o país invasor.

Da mesma maneira que ocorreu nos três casos analisados, a negação do confronto direto seria plenamente empregada pelas Forças Armadas brasileiras em um quadro de resistência, tendo em vista a nossa inferioridade em termos de poder militar. Essa negação seria caracterizada pelo emprego de ações rápidas, fortuitas e de grande repercussão na mídia internacional, de modo a maximizar os efeitos da resistência, ao mesmo tempo preservando as tropas para a guerra prolongada. Como já foi mencionado, é importante a ampla participação popular em ações de combate, gerando uma sensação de inquietação ao exército invasor pela “onipresença” de seus inimigos.

Porém, surge um problema: como fazer com que Forças Armadas regulares passem a combater de acordo com as características típicas da guerra irregular? De acordo com o entrevistado M2:

A grande dificuldade é a criação do perfil do combatente irregular, que é diferente, pois os tipos de guerra são distintos. Mas, mesmo assim, os militares não deveriam ficar em apenas uma das vertentes do EB e sim passar algum tempo em cada. A guerra não ocorre de um momento para o outro e daria tempo de intensificar o adestramento antes do combate começar. (APÊNDICE B, p. 131).

Já o entrevistado M1 ressalta que:

O ambiente operacional de quarta geração requer motivação superior e liberdade de ação que transcendem as condições normais. É preciso habilitar o pessoal psicologicamente, politicamente, tecnicamente, e dotá-lo de uma rusticidade física excepcional, condições difíceis de se obter sem as incertezas e agruras do combate. (APÊNDICE A, p. 129).

É necessário, portanto, estabelecer uma mudança de paradigma na formação e adestramento dos militares brasileiros, de modo a intensificar o treinamento de parte das tropas em um cenário de guerra de resistência, como já ocorre na região amazônica por parte do Exército Brasileiro. Antes de mais nada, é necessário se criar no militar brasileiro a mentalidade do combatente irregular, não se esquecendo que a principal força de combate será a população civil mobilizada.

Essa condição só se concretizará por meio de incansável treinamento desde os tempos de paz, com tropas especialmente vocacionadas à guerra de resistência.

Cabe, entretanto, esclarecer que mudanças de paradigmas como essas não são simples em instituições hierarquizadas e de cultura organizacional fortemente arraigada como as Forças Armadas; estão intrinsecamente ligadas a mudanças no ambiente externo, conforme esclarece Kier:

Faz sentido que a influência dos interesses das organizações militares nas decisões doutrinárias exige a compreensão do contexto cultural em que essas decisões são tomadas. Nem todos os militares compartilham o mesmo conjunto de idéias sobre a força armada, e essas crenças refletem como a organização responde a mudanças em seu ambiente externo. (1996, p. 203, tradução nossa).

Quanto ao centro de gravidade, considerando a hipótese de invasão do território brasileiro por potência ou coligação de países de poder militar incontestavelmente superior, a melhor escolha seria atuar sobre as contradições desse invasor, ou seja, fazer com que perca a legitimidade, seja pela propaganda negativa com base na violação da soberania de uma nação independente, seja pela exploração e maximização dos inevitáveis efeitos colaterais de suas ações repressivas.

Dessa forma, o centro de gravidade a ser explorado seria a opinião pública internacional, particularmente a do país invasor, por meio da propaganda e enfatizando a inutilidade das vidas perdidas em um território inóspito e contra uma população hostil, em prol de uma causa ilegítima, de modo que a pressão política desencadeada propiciasse a perda da motivação e do apoio para o combate.

Por fim, a motivação para o combate é a característica mais importante na execução da guerra irregular, pois a vontade popular é o fator determinante para o engajamento da resistência como estratégia de enfrentamento de possíveis forças militares invasoras. Nesse sentido, com base nos três casos históricos analisados e tendo em vista a realidade brasileira, tornam-se necessárias duas medidas fundamentais a serem priorizadas, a fim de se obter a motivação popular necessária.

A primeira é a intensificação da presença do Estado na região amazônica. Por ser uma área de baixa densidade demográfica e, conseqüentemente, de reduzido número de eleitores, a Amazônia gera pouco interesse político no plano nacional. É necessária, portanto, uma quebra de paradigma, no sentido de reconhecer a região como alvo de interesses econômicos externos, o que aumenta a sua importância para a defesa territorial brasileira. Portanto, torna-se fundamental,

desde já, incentivar o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, com medidas de caráter inclusivo, de modo que a população tenha a sensação de proteção social pelo Estado, sentindo-se motivada a combater pelo seu país, se necessário.

A segunda medida é a valorização do sentimento de patriotismo, por parte da população da Amazônia, o que pode ser obtida de várias maneiras: primeiramente, pela educação, conscientizando as pessoas desde os bancos escolares da importância da região amazônica para o Brasil, estimulando o orgulho nacional e a necessidade de proteger suas riquezas; além disso, pode ser desenvolvida uma campanha de defesa da Amazônia, por meio de propaganda nos diversos meios de comunicação; deve ser estimulado um forte sentimento de pertença dos amazônidas a uma região de grande potencial econômico e riqueza cultural inestimável.

CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou realizar a análise de três casos históricos bem sucedidos de emprego da guerra irregular: a Guerra Sino-Japonesa, a Guerra da Indochina/Vietnã e a Revolução Argelina, no intuito de obter contribuições teóricas à doutrina da Estratégia de Resistência brasileira.

Tendo em vista esse objetivo, a análise dos dados obtidos direcionou-se com base nos chamados marcadores – características definidoras do objeto da pesquisa, a guerra irregular. São eles: a participação popular, a condução política da guerra irregular, o apoio externo, a propaganda, a negação do confronto direto, o centro de gravidade e a motivação.

A partir daí, procurou-se obter contribuições relevantes à doutrina brasileira da Estratégia da Resistência, de modo a aperfeiçoar o adestramento das tropas, bem como fornecer subsídios teóricos ao planejamento nos níveis político e estratégico. Cabe ressaltar que foi levado em conta o fato de os três casos terem ocorrido em épocas históricas diferentes, com cenários estratégicos e culturais distintos. Para isso, o conceito e os princípios da cultura estratégica foram ferramentas teóricas fundamentais, que permitiram fazer as adaptações pertinentes à realidade cultural brasileira.

Diante de tudo o que foi analisado nesta dissertação e com base nas experiências históricas de países que, mesmo em uma situação de inferioridade econômica e militar, enfrentaram e venceram poderosos e experientes inimigos, chega-se à conclusão que a Estratégia da Resistência pode ser uma alternativa viável para a defesa territorial brasileira em uma situação de enfrentamento de um invasor de poder militar incontestavelmente superior. Para isso, é necessário criar as condições para que seja possível o seu emprego, desde que a classe política brasileira a reconheça como uma estratégia de Estado de forma efetiva e não se restrinja à formalização de documentos.

REFERÊNCIAS

- ABBAS, F. **Autopsie d'une guerre**. 1. ed. Paris: Garnier, 1980.
- BEAUFRE, A. **Introdução à Estratégia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- BENCHIMOL, S. **Amazônia: a guerra na floresta**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1992.
- BENTO, C. M. **Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção**. 1. ed. Porto Alegre: Gênese, 2003.
- BLOCH, M. **L'Étrange défaite**. Freedbooks. Disponível em: <http://www.ebooksgratuits.com>. Acesso em 19 mai. 2014.
- BONANATE, L. **A guerra**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BONIFACE, P. **Les guerres de demain**. 1. ed. Paris: Éditions du Seuil, 2001.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2. ed. Brasília, DF, 2012.
- _____. Exército. Estado-Maior. **C 124-1: Estratégia**. 4. ed. Brasília, DF, 2004.
- _____. Exército. Estado-Maior. **EB20-MC-10.213: Operações de informação**. 1. ed. Brasília, DF, 2014.
- _____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 1. ed. Brasília, DF, 2012.
- _____. **Política Nacional de Defesa**. 2. ed. Brasília, DF, 2012.
- BUZAN, B.; WAEVER, O. **Regions and powers: the structure of International Security**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- _____; WILDE, J. **Security: a new framework for analysis**. 2. ed. London: Lynne Rienner, 1998.
- _____; HANSEN, L. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2012.
- CARDOSO, A. M. **Os treze momentos: análise da obra de Sun Tzu**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1987.
- CHAMBRE, H. **De Marx a Mao Tse Tung**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1963.
- CLAUSEWITZ, C. V. **Da guerra**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- CLUTTERBUCK, R. **Guerrilheiros e terroristas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

- CURREY, C. B. **Victory at any cost**. 3. ed. Washington, DC: Potomac Books, 2005.
- FERRO, M. **História das colonizações**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GAIDUK, ILYA V. The Soviet Union and Vietnam, 1954-75 In LOWE, P. (org). **The Vietnam War**. 1. ed. Hampshire: Macmillan Press, 1998.
- GALULA, D. **Teoria e prática da contra-rebelião**. 1. ed. Rio de Janeiro: GRD, 1966.
- GARCIA, F. P. Estudo Introdutório In GIAP, V. N. **Manual de estratégia subversiva**. 1. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2005.
- GIAP, V. N. **O Vietnam segundo Giap**. 1. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- GODOY, H. et al (org). **Construyendo lo global: aportes al debate de Relaciones Internacionales**. 1. ed. Barranquilla: Universidad del Norte, 2011.
- GRAY, C. S. **Modern Strategy**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 1999.
- GRAY, J. **Rebellions and revolutions: China from the 1800s to 2000**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2002.
- GREY, J. Malaya: 1948 – 1960: Defeating communist insurgency In THOMPSON, J. **The Imperial War Museum book of modern warfare**. 2. ed. London: Pan Books, 2003.
- HANAN, S.; BATALHA, B. H. L. **Amazônia: contradições no paraíso ecológico**. 1. ed. São Paulo: Cultura, 1995.
- HOURLANI, A. **Uma história dos povos árabes**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- JAGUARIBE, H. **Brasil, mundo e homem na atualidade**. 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- JIAN, C. China and the Vietnam wars In LOWE, P. (org). **The Vietnam War**. 1. ed. Hampshire: Macmillan Press, 1998.
- JOHNSTON, A. I. Thinking about strategic culture, **International Security**, Spring, v. 19, n. 4. 1995.
- KEEGAN, J. **The Iraq War**. 1. ed. New York: First Vintage Books, 2004.
- KIER, E. Culture and French military doctrine before World War II In KATZENSTEIN, P. J. (org). **The culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. 1. ed. New York: Columbia University Press, 1996.

LOWE, P. Introduction In LOWE, P. (org). **The Vietnam War**. 1. ed. Hampshire: Macmillan Press, 1998.

MAGNOLI, D. Guerras da Indochina In MAGNOLI, D. (org). **História das guerras**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARIGHELLA, C. **Minimanual do guerrilheiro urbano**. 1969. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm#topp>. Acesso em 02 jun. 2014.

MATTOS, C. M. **Uma geopolítica pan-amazônica**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

MENEZES, D.T. **O militar e o diplomata**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

MEROLLE, S.; PONTECORVO, G. **La battaglia di Algeri**. [Filme-vídeo]. Produção de Sergio Merolle, direção de Gillo Pontecorvo. Roma, Igor Videocine Produzioni, 1966. 1 arquivo digital, 1h 56 min. son.

MESSEL, J. A. V. **Unrestricted Warfare: a Chinese doctrine for future warfare**. 1. ed. Quantico: Mariners Corps University, 2005.

ONU. Assembleia Geral. **Documento final da Cimeira Mundial 2005**. 1. ed. Nova Iorque, 2005.

_____. Assembleia Geral. **Implementing the responsibility to protect: Report of the Secretary-General**. 1. ed. Nova Iorque, 2009.

POMAR, W. **A Revolução Chinesa**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

SMITH, M. L. R. Strategy in age of 'low-intensity' warfare. In DUYVESTYEN, I.; ANGSTROM, J. 5. **Rethinking the nature of war**. 1. ed. New York: Frank Cass, 2005.

TABER, R. **Teoria e prática da guerrilha**. 2. ed. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

TRINQUIER, R. **La guerre moderne**. 4. ed. Paris: Economica, 2008.

TSÉ-TUNG, M. **O Livro Vermelho**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **Obras escogidas**. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Platina, 1959.

_____. **Problemas estrategicos de la guerra de guerrillas antijaponesa**. 3. ed. Pekin: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1961.

_____. **Sobre la guerra prolongada**. 2. ed. Pekin: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1963.

VISACRO, A. **Guerra Irregular**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

VISENTINI, P. F. **A Revolução Vietnamita**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2008.

WELLS, TOM. The anti-Vietnam war movement in the United States In LOWE, P. (org). **The Vietnam War**. 1. ed. Hampshire: Macmillan Press, 1998.

WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. **Textos de História**, Brasília, v.11, n.1/2, 2003.

YAZBEK, M. **A Revolução Argelina**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

ZUMOTO, M. **Contiendas chino-japonesas**. 1. ed. Tóquio: Herald Press, 1932.

APÊNDICE A – Entrevista com M1

1. A Estratégia Nacional de Defesa (2012) estabelece como aspecto a ser considerado na elaboração das hipóteses de emprego das Forças Armadas a “ameaça de forças militares muito superiores na região amazônica”. O Sr concorda?

Resp: Concordo. É o caso de agressão por parte de um Estado hegemônico ou de uma coligação hegemônica.

2. No caso de agressão ou intervenção por força armada estrangeira em território brasileiro, qual seria a melhor resposta, em se tratando de país/coalizão de países com poder militar superior ao do Brasil?

Resp: No caso de uma agressão por força com supremacia no ambiente operacional, a Estratégia da Resistência pode ser a melhor resposta.

3. Em sua opinião, qual a região do território brasileiro em que seja mais provável a ocorrência de uma agressão externa? Por que?

Resp: Na atual conjuntura é o território amazônico, devido à pressão manifesta de fortes interesses globalistas representados por seus prepostos do Terceiro Setor e à vulnerabilidade geopolítica da Região. A possível área-objetivo é subpovoada pela população brasileira e indefesa, mas detém espaço territorial habitável, água potável, imensos depósitos de minérios estratégicos e/ou em extinção e um potencial biológico incomensurável. Esses recursos naturais atraem cobiça dos controladores globais das commodities, interessados no mercado futuro. O Estado brasileiro, atualmente, tem uma expressão política fraca em relação ao potencial nacional. Em tese, se houver conivência ou omissão dos EUA, o Brasil pode vir a ser envolvido em conflagrações do mesmo gênero das que flagelam a África Central.

4. Qual a sua opinião sobre a validade do emprego da Estratégia da Resistência pelo Brasil?

Resp: Deve ser encarada não apenas como uma possibilidade, mas como uma necessidade estratégica.

5. Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades para um exército regular combater segundo os preceitos da guerra irregular? Como superá-las?

Resp: A maior dificuldade são as regras universais que limitam a atuação das forças regulares. O ambiente operacional de quarta geração requer motivação superior e liberdade de ação que transcendem as condições normais. É preciso habilitar o pessoal psicologicamente, politicamente, tecnicamente, e dotá-lo de uma rusticidade física excepcional, condições difíceis de se obter sem as incertezas e agruras do combate.

APÊNDICE B – Entrevista com M2

1. A Estratégia Nacional de Defesa (2012) estabelece como aspecto a ser considerado na elaboração das hipóteses de emprego das Forças Armadas a “ameaça de forças militares muito superiores na região amazônica”. O Sr concorda?

Resp: Concordo não apenas com relação à Amazônia como também com relação a outras áreas estratégicas. As áreas estratégicas prioritárias para a defesa estão nos trabalhos que encaminho nos anexos a este e-mail.

2. No caso de agressão ou intervenção por força armada estrangeira em território brasileiro, qual seria a melhor resposta, em se tratando de país/coalizão de países com poder militar superior ao do Brasil?

Resp: Dispor de um Sistema Conjunto de Defesa Antiacesso e Negação de Área como o proposto nos anexos a este e-mail.

3. Em sua opinião, qual a região do território brasileiro em que seja mais provável a ocorrência de uma agressão externa? Por que?

Resp: Foz do Amazonas (para impor condições de exploração dos recursos da região. Conquista – ocupação temporária – imposição de condições para desocupar – desocupação com manutenção de base temporária. O Brasil mantém a integridade territorial, mas perde soberania plena para explorar seus recursos); ou o Núcleo do Poder (com Bacia de Campos) para ameaçar o centro político-econômico do País, impor condições sem ter que desembarcar e combater. Ver anexos a este e-mail.

4. Qual a sua opinião sobre a validade do emprego da Estratégia da Resistência pelo Brasil?

Resp: Deve ser estudada, preparada e planejada, mas a prioridade é a guerra convencional. A guerra de resistência é a opção de dignidade de quem foi derrotado inicialmente e teve seu território ocupado pelo inimigo depois de combater para impedi-lo. Portanto, é o prosseguimento da campanha, mas não o seu início a priori.

5. Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades para um exército regular combater segundo os preceitos da guerra irregular? Como superá-las?

Resp: O Exército Brasileiro tem 26 brigadas (sem contar a de Artilharia Antiaérea). Jamais terá recursos para deixá-las em condições operacionais para a guerra convencional. Portanto a metade delas poderia ser constituída por núcleos de brigada, com ênfase em Infantaria leve e estas seriam preparadas para Garantia da Lei e da Ordem, atividades subsidiárias, segurança de instalações e de área de retaguarda, e Guerra de Resistência – atendendo ainda à Estratégia da Presença (para esta estratégia não há necessidade de blindados, Artilharia, Engenharia de Combate e outras exigências da Estratégia da Dissuasão).

A grande dificuldade é a criação do perfil do combatente irregular, que é diferente, pois os tipos de guerra são distintos. Mas, mesmo assim, os militares não deveriam ficar em apenas uma das vertentes do Exército Brasileiro e sim passar algum tempo em cada. A guerra não ocorre de um momento para o outro e daria tempo de intensificar o adestramento antes do combate começar. Lembrar que na guerra de guerrilha, a missão dos combatentes deve ser de cidadãos incorporados, sendo enquadrados por Oficiais e Sargentos profissionais, particularmente das Forças Especiais. Enquanto isso, o Exército “regular” com pessoal da ativa e classes de recrutas mais novos estaria se mobilizando e concentrando para as operações. Outra dificuldade é o adestramento voltado para o material, que exige tempo maior para o equipamento mais complexo da guerra convencional, daí ser o caso de termos dois tipos de forças. A guerra irregular precisa de lideranças preparadas para enquadrar civis e realizar, também, a resistência passiva e desobediência civil nas áreas ocupadas, algo como o que fez Gandhi na Índia. Ver os anexos a este e-mail.